

Yuri Martins Fontes / Patricia Mechi
(organizadores)

HISTÓRIA E LUTAS SOCIAIS

a classe que trabalha em movimento



PUC-SP

edue

HISTÓRIA E LUTAS SOCIAIS: A CLASSE QUE TRABALHA EM MOVIMENTO

Yuri Martins Fontes

Patrícia Mechi

(organizadores)

Vera Lucia Vieira

(Coordenadora)

educ



São Paulo
2019



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Reitora: Maria Amália Pie Adib Andery

educ

Editora da PUC-SP

Direção: José Luiz Goldfarb

Conselho Editorial

Maria Amália Pie Adib Andery (*Presidente*)

Ana Mercês Bahia Bock

Claudia Maria Costin

José Luiz Goldfarb

José Rodolpho Perazzolo

Marcelo Perine

Maria Carmelita Yazbek

Maria Lucia Santaella Braga

Matthias Grenzer

Oswaldo Henrique Duck Marques

História e lutas sociais : a classe que trabalha em movimento / Yuri Martins Fontes, Patícia Mechi, organizadores; Vera Lucia Vieira, coordenadora. - São Paulo : EDUC, Brasília : CAPES, 2019.

recurso on-line : e-book

Bibliografia.

ISBN: 978-85-283-0642-2

1. Movimentos sociais. 2. Movimentos sociais - Brasil. 3. Movimento trabalhista. 4. História social. I. Fontes, Yuri Martins. II. Mechi, Patrícia. III. Vera Lucia Vieira.

CDD 303.484

322.2

303.09

Bibliotecária: Carmen Prates Valls- CRB 8a./556

EDUC/CAPES - Processo 2016: 88881.122258/2016-01

EDUC/CAPES - Processo 2017: 88881.139871/2017-01

Produção Editorial

Sonia Montone

Realização dos volumes

Equipe Adhilac-Brasil

Editoração Eletrônica

Gabriel Moraes

Waldir Alves

Coordenação

Profa. Dra. Vera Lucia Vieira

Administração e Vendas

Ronaldo Decicino

Editor assistente

Ms. João Leopoldo e Silva

Editora assistente e Capa

Paola de Ávila Barbosa

A Preparação e a Revisão dos textos são de responsabilidade dos organizadores e dos autores do livro.

Editora da PUC-SP

Rua Monte Alegre, 984 – sala S16

CEP 05014-901 – São Paulo – SP

Tel./Fax: (11) 3670-8085

E-mail: educ@pucsp.br – Site: www.pucsp.br/educ

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

HISTÓRIA E LUTAS SOCIAIS DE CLASSE – um panorama do contemporâneo 5

Yuri Martins Fontes

Patrícia Mechi

TRABALHADORES E COMUNICAÇÃO POPULAR – SÃO PAULO, 1970-1990 13

Heloisa de Faria Cruz

OS MORADORES QUEREM VOTAR:

Santos e sua luta pela autonomia política (1983-1984)..... 23

Dayane Santos Araujo

TRAJETÓRIAS DE LUTA E DE ORGANIZAÇÃO POPULAR POR MORADIA NA PERIFERIA DE SÃO PAULO NO PERÍODO DA DITADURA MILITAR NO BRASIL (1964-1985) 33

Edimilson Peres Castilho

“SOMOS MAIS QUE MEIA DÚZIA!” A luta por moradia e dignidade dos sobreviventes da tragédia de janeiro de 2011, em Teresópolis, região serrana do Rio de Janeiro..... 41

Ronaldo Sávio Paes Alves, Jeane Barbosa de Souza, Natalia Pimentel de Queiroz

JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO, ANISTIA E MEMÓRIA:

uma análise da ação de descumprimento de preceito fundamental

nº 153 e suas consequências para a sociedade brasileira..... 53

Luiz Antonio Dias, Rafael Lopes de Souza, Tharsila Helena Paladini Augusto

O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DAS TRINTA HORAS SEMANAIS AOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE DIADEMA: avanços e desafios 65

Claudia Lima Monteiro

CAMPONESES FAXINALENSES E OS CONFLITOS E LUTAS PELA PERMANÊNCIA NA TERRA: questões entre a identidade coletiva e classe social 75

Solange Struwka

A PERIFERIA CONTRA O ESTADO? Para escapar das ciências tristes..... 89

Alana Moraes, Henrique Z. M. Parra, Hugo Albuquerque, Jean Tible, Salvador Schavelzon

LOS RECIENTES MOVIMIENTOS SOCIALES EN AMÉRICA LATINA, EL CASO COLOMBIANO..... 97

Mauricio Archila Neira

APRESENTAÇÃO

HISTÓRIA E LUTAS SOCIAIS DE CLASSE – um panorama do contemporâneo

Yuri Martins Fontes*
Patrícia Mechi**

A partir de fins da década de 1960, os enormes lucros que aqueceram o capitalismo por duas décadas – advindos da destruição promovida pela Segunda Guerra Mundial – começam a esmorecer, e se mostra cada vez mais nítida a “queda tendencial da taxa de lucro”, pronunciada por Marx. Como consequências drásticas deste cenário de crise econômica, por um lado, no *centro* do capitalismo, tem-se a paulatina supressão do principal argumento da pseudoética burguesa: já não há espaço para o tão louvado “Estado do bem-estar social”. Por outro, no tocante às nações periféricas, passa a haver forte pressão por parte do poder imperialista para que promovam os chamados “ajustes estruturais” (também vendidos eufemisticamente como “austeridade fiscal”), e ainda para que liberem suas autoproteções nacionais, abstendo-se de sua já frágil soberania – tanto com relação ao comércio internacional, como à propriedade territorial. Note-se que esta nova *crise moderna* apenas *recomeça* na década de 1970 (embora a partir de então com características estruturais irreversíveis nos limites da lógica do sistema capitalista), pois que este estado de *crise* se manteve perene, com raras tréguas, durante todo o *breve século XX*: época *auto-destrutiva* que Hobsbawm (1995, pp. 15 e seg.) batizaria de “era da catástrofe”.

Conhecida por *globalização neoliberal*, esta violenta reação conservadora por parte do poder patronal abre novos mercados para o grande capital – concentrado e administrado desde os países centrais. Este privilégio extra para as elites se dá na medida em que o resultado do afrouxamento protecionista e do declínio do

investimento estatal foi um devastador sucateamento das já poucas políticas sociais das nações dependentes – notadamente as de cunho agrícola, tais como os créditos para pequenos produtores camponeses e a reforma agrária –, além de uma concomitante autorização legal para que o grande capital invadisse fronteiras de terras por ele ainda subexploradas e mesmo inexploradas (inclusive áreas florestais), tanto através do extrativismo (recursos naturais para a indústria ou produção de energia), como do agronegócio (que facilitado pela precarização das políticas sociais promove a pilhagem de pequenas propriedades agrícolas tradicionais, forçando populações camponesas a avançar selva adentro, o que por sua vez agrava o desmatamento, além de deslocar e mesmo exterminar comunidades indígenas).

Dentre as mais perversas consequências sociais desse modelo de *globalização* (ou *mundialização* do poder espoliativo do capital) está – para além do desemprego e rebaixamento de salários – a marginalização de um enorme contingente de povos que praticavam a agricultura de subsistência, desde camponeses a povos originários, com um subsequente êxodo rural e escalada da miséria como jamais antes visto na história. O auge desta irracionalidade *moderna* (sempre em nome da *razão*) se daria por volta de 2007-2008 com o fenômeno da “crise do preço dos alimentos”, desequilíbrio econômico-agroalimentar que lançaria à desumanidade da *fome* o número recorde de “um bilhão” de seres humanos (segundo dados da ONU amplamente divulgados inclusive pela imprensa corporativa que ajudou a promover a tragédia da “década neoliberal”¹).

Durante todo esse período, há logicamente uma escalada de conflitos sociais: *lutas de classe* que ora adquirem novos formatos – atualizados, como não poderia deixar de ser, de acordo com as novas condições

* Doutor em História Econômica da América Latina (USP/CNRS-França), com pós-doutorados em Ética e Filosofia Política (USP) e em História, Cultura e Trabalho (PUC-SP); além da escrita, desenvolve atividades militantes como educador popular e jornalista, e coordena o Núcleo Práxis do LEPHE/USP. Contato: yurimfl@usp.br.

** Doutora em História pela PUC-SP, professora da Universidade Federal da Integração Latino-americana.

1. Veja-se, em especial, os meios corporativos, historicamente golpistas e antinacionais: *Folha de S.P.*, *Estado de S.P.*, *Editora Abril*, e o *Grupo Globo* (RJ).

históricas vigentes. Os novos *sujeitos sociais* que emergem e ganham protagonismo nesse cenário contemporâneo devastador são aqueles que viriam a ser chamados de *novos movimentos sociais* – conceito com que se busca diferenciá-los dos movimentos sociais clássicos, de organização maiormente operária.

Novos movimentos sociais em perspectiva histórica

Os movimentos sociais se fizeram presentes de diversas maneiras, ao longo de milênios na marcha da história: agrupamentos camponeses, étnicos, religiosos, de escravos, e mesmo feministas – caso das *beguinhas* no século XII (GUNDER FRANK e FUENTES, 1989, pp. 20-21). No contemporâneo, porém, com o enfraquecimento dos movimentos de classe tradicionais (partidos e sindicatos resultantes dos últimos séculos de “progresso” técnico-industrial), o processo de retomada de manifestações sob novos formatos (os “novos movimentos sociais”) adquire impactante importância sociológica – especialmente no caso daqueles movimentos de corte popular, marcadamente inseridos na luta de classes.

Embora fruto de um quadro histórico complexo – e que, portanto, tem naturalmente suas peculiaridades, conforme cada realidade histórica nacional e regional diversa –, cabe elencar alguns dos principais elementos históricos que originam essa nova onda “movimentista”, cujos sintomas iniciais são captados nos anos 1960, quando se inicia a conjuntura econômica mundial desfavorável (dado o desencadeamento da crise estrutural sistêmica). Como consequência da paulatina diminuição de direitos sociais, emergem mundo afora várias rebeliões com bases de novo tipo e diferentemente organizadas que concorrem para o início desta que seria considerada por muitos autores uma *nova onda* dos movimentos sociais, tais como: as rebeliões democráticas estudantis contra ditaduras, autoritarismos e por cidadania (negros, mulheres, imigrantes); os protestos populares em apoio às revoluções de libertação nacional e independência, dentre os quais se destacam sobretudo as massivas manifestações anti-imperialistas que se disseminariam pelo mundo com a agressão militar estadunidense ao povo vietnamita.

Como mencionado, o extraordinário crescimento econômico do centro do capitalismo que tem lugar após a Segunda Guerra Mundial gera importantes lucros

para os Estados Unidos, os quais são também repartidos, especialmente com a Europa, no intuito de se promover um suficiente “Estado de bem-estar social” que seduzisse corpos e mentes destes povos estratégicos na delicada disputa ideológica da Guerra Fria – em que se temia perder aliados para o campo socialista-soviético. Nesse processo, restam até mesmo algumas migalhas respingadas nas periferias do sistema – caso do chamado “milagre econômico brasileiro”, cuja falácia é bem descrita na interpretação materialista histórica de Caio Prado Júnior (*História Econômica do Brasil*, 1981), quando o marxista demonstra que tal fenômeno não passou de um “breve surto artificial”, e sem nenhum legado realmente *estrutural*, sendo motivado pela excepcional e instável conjuntura internacional que sucedeu a Segunda Guerra (MARTINS FONTES, 2016, pp. 57 e seg.).

Efeito notável dessa breve e parca bonança foi a intensificação de investimentos em educação superior, tanto nas nações centrais industrializadas, como nas periféricas que vivenciam rápida urbanização e industrialização – o que teve por objetivo fomentar o processo produtivo em franca ascensão. Em contrapartida, nesse movimento de formação técnico-educacional, ingressam nas universidades cada vez mais jovens – não apenas de classes médias, mas também oriundos de classes populares –, dentre os quais vale se destacar pelo protagonismo que teriam: os segregados negros, no caso estadunidense; os segregados imigrantes, no caso europeu (então convocados desde suas nações colonizadas, para serem explorados na reconstrução do continente); e ainda toda uma nova camada de milhões de estudantes universitários nos países dependentes, em meio ao citado surto industrial do pós-Guerra (o que também teve como resultado o aumento vertiginoso do proletariado urbano). Estes jovens estudantes obteriam aí certa conscientização político-social – ideais socialmente progressistas que acabariam por se voltar contra seus próprios Estados oligárquicos, quando nos anos 1960 o crescimento passa a arrefecer e os direitos sociais começam a ser tolhidos. No caso dos Estados Unidos, um país tradicionalmente repressor no que toca à política e sociedade – em que partidos e sindicatos, tão somente reformistas, foram perseguidos, quando não postos na ilegalidade ou exterminados (veja-se a “caça às bruxas” do macartismo nos anos 1950) –, as manifestações sociais universitárias surgem como uma explosiva válvula de escape. Conforme observa Fernandez Buey (2008), dentre os motivos que, aguçados pelo problema

econômico, concorrem para o estouro das revoltas (as quais têm um marco no episódio de 1964 do campus universitário de Berkeley, na Califórnia), estão: o autoritarismo universitário (dessas instituições caracterizadas à época como “fábricas de conhecimento”, nas quais se proibia até mesmo reuniões acadêmicas em que se tratasse de *política*); as crescentes reivindicações por liberdades cidadãs (demandas de populações subalternizadas, como negros e mulheres, agora com maior acesso aos estudos e mais conscientes de seus poucos direitos); a oposição de ampla parcela popular da juventude estadunidense ao recrutamento de praças para a guerra imperialista no Vietnã; e ainda a própria recusa *ética* à violência descabida desse massacre, o que ecoa alto com as agressões estadunidenses a civis em sua ofensiva contra o movimento popular libertário vietnamita.

A Guerra EUA-Vietnã se prolonga, e na segunda metade dos anos 1960 tem seu ponto culminante; paralelamente a isto, some-se o impacto das generalizadas revoluções anticoloniais de libertação africana, em especial dos “Vietnãs portugueses”: Angola, Moçambique, Guiné (o que desataria outrossim uma revolução dentro da própria metrópole lusitana). É neste período de tensões bélicas e por liberdades no auge, que as movimentações progressistas estudantis se multiplicam, angariam amplo apoio popular, e se espalham por todo o mundo, especialmente nas metrópoles com relevante população universitária (ARCARY, 2000, p. 505n).

Che Guevara, por esses tempos, faria seu histórico chamamento para que se criassem vários “Vietnãs” – ideia que mesmo após seu brutal assassinato (em 1967), seria repercutida em numerosas manifestações estudantis pelo planeta, tanto nos centros, como nas periferias. É nesse palco revoltoso que emergem as sublevações de 1968 – este que foi o momento clímax dos levantes mundiais anti-imperialistas –, processo que tem nas manifestações contra as agressões à Revolução Vietnamita um “fio vermelho unificador” da maioria dos protestos estudantis à época. No caso da *nossa América* de 1968 – que tem por exemplos emblemáticos da luta por democracia e anti-imperialista, no período, a “Passeata dos 100 mil” no Rio de Janeiro (em junho), e as manifestações e enfrentamentos de rua da Cidade do México (de julho) –, a agitação estudantil veio entrelaçada ao “anti-norte-americanismo tradicional”, exacerbado por toda parte pelas hostilidades estadunidenses em favor do regime autoritário e desprestigiado de Saigon (FERNANDEZ BUEY, 2008).

Esses eventos mundiais de 1968 são o que Valerio Arcary (2000, pp.192n, 508 e seg..) considera o início de uma *nova onda revolucionária*, após o relativo apaziguamento do início dos anos 1960, e cuja característica marcante viria a ser a *ampliação dos sujeitos sociais históricos*: com a crescente participação das classes médias urbanas, especialmente estudantes universitários formados no crescimento do pós-Guerra; e com o ganho sistemático de espaço político das massas camponesas, que desde há décadas já se punham como protagonistas em diversos processos da revolução mundial, e que passariam a se organizar por toda parte de formas cada vez mais efetivas. Vale quanto a isto destacar que, durante o século XX, em vários países não-industrializados do mundo, os camponeses deslocaram a *centralidade revolucionária* do proletariado urbano, pondo-se à frente das lutas anticapitalistas (casos das grandes revoluções socialistas da China, Coreia e Vietnã, dentre tantas outras ocorridas nos vários continentes). Já no caso da *classe média* enquanto sujeito histórico de vanguarda, veja-se o caso da Revolução Cubana, que reúne em torno de sua luta – inicialmente nacionalista –, jovens estudantes progressistas e camponeses.

Movimentos sociais populares periféricos

Fora do centro capitalista, onde nunca houve um “bem-estar social”, conforme a crise se estabelece, nos anos 1970 (findados os artificiais “milagres econômicos” que aqueceram algumas periferias do mundo no pós-Guerra), as renovadas manifestações sociais desde logo adquirem contornos populares, de classe.

Na década de 1980, a crise econômica avança, e com ela se intensificam os ataques à classe trabalhadora, através das políticas neoliberais ditadas pelo governo de Ronald Reagan nos Estados Unidos (que então dispõe de forças hegemônicas adquiridas no pós Segunda Guerra), e por seus também poderosos vassallos ingleses, sob o comando de Margaret Thatcher – mecanismos com que o comando do capital impõe às *classes que trabalham*² sua “socialização de prejuízos”. O resultado disto é a rápida deterioração das condições laborais e aumento do desemprego e subemprego – primeiramente na periferia, e em seguida nos guetos

2. Ou ainda, as classes que “vivem de seu trabalho” (como propõe Ricardo Antunes), ou seja: as *classes trabalhadoras* vistas de modo ampliado, inseridas, portanto na complexidade do contexto contemporâneo – conceito que serve para evitar confusões daninhas,

cêntricos sujeitos ao processo que o filósofo Paulo Arantes (2004) denomina “periferização do mundo”; isso faz com que as mobilizações sociais ganhem *corpo*, e agora segundo um caráter marcadamente de *classe*, com pautas ligadas sobretudo a questões do trabalho e da habitação (as chamadas “novas contradições urbanas”).

Em meio a esse processo de expansão e consolidação neoliberal que ameaça grande parte da espécie humana com seus *ajustes econômicos* e demais *políticas* dogmáticas de feição neopositivista, diversos sujeitos coletivos se formam e ganham peso, dada sua capacidade de mobilizarem, em torno de causas comuns, enormes contingentes humanos: uma verdadeira multidão que no fim do século XX já atingia centenas de milhões de militantes (GUNDER FRANK e FUENTES, 1989, pp. 23 e seg.). Tal caminho político excludente, em sua sanha por lucratividade, além de piorar sensivelmente a vida de *bilhões* de pessoas (pobres e quase pobres) em prol da manutenção das taxas de lucros (e luxos e desperdícios) de uma malta ínfima, tiveram a função de enfraquecer os movimentos políticos de classe tradicionais – caso dos sindicatos e partidos socialistas de vários matizes (comunistas, social-democratas, trabalhistas, etc), fragilizados pelas terceirizações e pelo aumento *estrutural* e *massivo* do exército industrial de reserva (fruto do desemprego *tendencial*).

Como seria de se supor, são os países da periferia do sistema-mundo os mais afetados com os ajustes *antinacionais* do comércio mundial, com que os Estados centrais logram exportar o grosso de sua *própria crise* – crise causada por seu *próprio projeto* irracional e insustentável de sociedade.

Uma característica de tais países excêntricos é que a *resolução da questão agrária* (ou da *evolução industrial*) é uma impossibilidade dentro dos parâmetros capitalistas – e portanto, nesse processo de reorganização e aprofundamento da exploração capitalista, o já excluído campesinato seria ainda mais gravemente lesado. O avanço capitalista expulsa assim, de suas escassas terras, massas de pequenos produtores, que irão se tornar *semiproletários* (no campo e na urbe). Estes *novos excluídos* acabam por conformar – em defesa de

seu alimento, dos recursos naturais com que subsistem, ou mesmo de um abrigo para sobreviverem nas cidades – *renovados* movimentos de resistência.

James Petras (1997) mostra que o baque sofrido pelos movimentos de esquerda tradicionais (partidos e sindicatos), em meio à *reorganização exploradora* do capital, deu espaço à formação de pujantes *organizações populares de resistência* – decepcionadas com a impotência demonstrada pelos antigos movimentos quanto à resolução de problemas sociais, em especial aqueles que defendiam intransigentemente a *via eleitoral*. De início, eles estruturam sua resistência fundamentalmente de maneira *local* – mas logo muitos adquirem consciência dos aspectos internacionais das ameaças por eles vividas, e passam a se articular em âmbitos mais extensos. Radicados em sua maior parte no meio rural, estes novos militantes sociais são uma mescla rural-urbana de pequenos plantadores e semiproletários, e sua direção é exercida de forma bastante horizontal por “intelectuais camponeses” – em oposição à verticalidade das vanguardas *intelectuais universitárias* de outrora. Tais novos dirigentes operam normalmente segundo o princípio de que cada *membro* é também um *organizador* (e note-se aqui a semelhança com o *chefe indígena*, tema analisado pelo antropólogo Pierre Clastres, cuja função é apenas a de um *porta-voz*, sem real poder de comando). A estratégia destes novos movimentos é geralmente a de manter autonomia em relação a quaisquer partidos políticos e Estados, embora cada vez mais estabeleçam alianças com outros movimentos sociais. Sua ideologia tende a unir o *pensamento marxista* com o *discurso político étnico*, vinculando-se também, e cada vez mais, às questões de *gênero* e às *ecológicas*.³

Vale aqui destacar que esses impactantes *novos movimentos sociais populares* – que tanto têm movimentado o cenário político contemporâneo – também são, como se pode observar, nitidamente *movimentos de classe*.

Movimentos Sociais no Brasil

No caso brasileiro, em meados da década de 1970, o país vê começar a se esvanecer seu falso “milagre econômico”, processo a que sequer a ditadura

tais como a de “críticos do valor” que, não obstante seus interessantes aportes, reduzem os “trabalhadores” a apenas aqueles operários empregados assalariados, abrindo perigosos precedentes quanto à questão da práxis revolucionária.

3. SAM MOYO e P. YEROS. *El resurgimiento de los movimientos rurales bajo el neoliberalismo*. Buenos Aires: Clacso, 2008, pp.19 e seg.; e PETRAS, James., América Latina: la izquierda contraataca. *Nueva Sociedad*, nº 151, set., 1997, pp. 27 e seg.

resistiria em pé (Martins Fontes, 2016). A partir de 1974 – com o choque do petróleo –, o crescimento econômico, embora siga positivo, sofre uma impactante queda percentual. Durante o falso “milagre”, massas de retirantes haviam deixado o campo rumo às grandes cidades (dada a concentração agrária promovida pela ditadura, e a concomitante expansão industrial momentânea).

Acabada a farsa econômica ditatorial, em meio ao aumento da carestia, à falta de trabalho, ao crescimento descontrolado de favelas, o Estado militar pressionado tem de responder às demandas por parte especialmente de moradores dos bairros periféricos sem infraestrutura (habitação, saneamento básico, saúde e transporte públicos) – de modo a apaziguar as manifestações que, com “persistência” e veemência”, passam a soar mais alto. No início da década de 1980, instala-se definitivamente a crise econômica; conforme se dão os cortes nas políticas públicas (habitacional, de saúde, educacional), o acirramento dos problemas sociais molda um “clima de perplexidade”, no qual manifestações de “ação direta” põem a nu a impotência de soluções por parte do Estado para as requisições básicas daqueles setores mais deserdados (e que consequentemente têm seus já baixos padrões de sobrevivência mais atingidos pela recessão). Metrôpoles como São Paulo e Rio de Janeiro são abalroadas por um clima de revolta, vendo suas ruas se converterem em cenário de ocupações coletivas de terras, saques e depredações de ônibus e trens (de péssimos serviços). Tais movimentos sociais têm base nitidamente *popular* – de *classe*: são setores da população que se veem ameaçados em suas condições de existência; suas demandas são, portanto, centradas, não em aspectos de caráter socio-cultural (como as dos movimentos oriundos de classes médias, tais como certos grupos ecologistas, feministas e homossexuais da época), mas no plano mais básico da *reprodução da força de trabalho*. Com sua luta, movimentos coletivos comunitários tornam publicamente manifesta sua legítima reivindicação por direitos básicos, pondo ênfase em uma noção de “coletividade” que rompe com os padrões de manifestação política até então vigentes. Isto ocorre sobretudo em movimentos sociais ligados a bases progressistas – e mesmo radicais – da igreja católica, caso da Teologia da Libertação com sua interessante interpretação marxista centrada no “pobre”, não como objeto de caridade, mas como “sujeito” de sua própria libertação; bem como naqueles coletivos com proximidade a partidos de esquerda ou

centro-esquerda – como se vê na nítida influência do Partido dos Trabalhadores (PT), no caso de São Paulo, na dinâmica de vários deles. Apesar disso, por precaução, suas lideranças ocultam tais conexões políticas (JACOBI, 1987, pp.12 e seg.; LÖWY, 2006, p.58-59).

Se é em meados dos anos 1970 que surgem esses novos atores sociais brasileiros, seria em meados dos 1980 que se dá a criação daquele *movimento social de novo tipo* que se tornaria um dos mais atuantes e bem organizados do mundo: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), grupo que logo passaria oferecer uma solução concreta para a vida de milhões de pequenos camponeses sem terras para plantar, e também para retirantes forçados ao êxodo rural pela concentração fundiária da época ditatorial. Assim como tantos outros movimentos radicais na América, o MST tem origem no chamado “cristianismo da libertação” – ou mais especificamente nas *Comunidades Eclesiais de Base* e na *Pastoral da Terra* –, embora logo tenha vindo a se autonomizar em relação à instituição católica, incorporando notadamente a *concepção dialética da história* (filosofia começada por Marx e Engels) em suas análises da realidade brasileira e em seu programa agrário (de nítida inspiração socialista). Com sua tática criativa e persistência combativa a fazer frente ao neoliberalismo agressivo de fim de século, o MST cativou o apoio de ampla parcela da opinião pública: não apenas da população de camponeses *sem terra* propriamente, mas também dos *deserdados urbanos* (cuja origem é quase sempre também *rural*), e mesmo das parcelas mais educadas e progressistas das classes médias, postando-se já há tempos como um movimento dos mais avançados e completos no contexto da luta de classes brasileira e mesmo mundial (LÖWY, 2006, p. 63; PETRAS, 1997, pp. 27 e seg.).

Em fins dos anos 1980, com o agravamento das políticas neoliberais, o desemprego cresce exponencialmente e o êxodo se agrava. É então que, a partir da aproximação do MST a movimentos de habitação citadinos, surge o também exemplar Movimento dos Sem-Teto (MTST) – em um momento no qual a maioria de pobres do mundo passava a estar nas urbes, e não mais no campo.

Cabe ainda frisar que esses movimentos sociais de classe brasileiros, surgidos na dita “era movimentista” – ao longo das décadas de 1970 e 1980 –, contribuiriam de modo decisivo, através de suas pressões organizadas, para a conquista de vários dos direitos civis que vieram a ser inscritos sob a forma de leis na *Carta*

de 1988 (GOHN, 2011, p. 342); *constituição* ora rasgada pelo golpe de novo tipo (midiático-judiciário-parlamentar) que ameaça o país com um retrocesso social não de décadas, mas secular (ARANTES e MARTINS FONTES, 2017).

* * *

Diante do quadro regressivo aprofundado pelo golpe de Estado brasileiro de 2016, o estudo da atuação dos movimentos sociais torna-se urgente e necessário, visto que, em que pese o risco de restringirem sua atuação nos marcos da conquista da cidadania burguesa, em decorrência da própria pressão do capital, é no interior destes movimentos que se encontra potencial para o desenvolvimento de novas formas de enfrentamentos anticapitalistas, tal como se observa, por exemplo, nas ocupações estudantis secundaristas de 2015/2016.

No âmbito desta problemática, os estudos aqui reunidos, brevemente descritos a seguir, tratam sobretudo das questões do choque entre capital e trabalho, abordando um espectro diversificado de movimentos sociais e de reflexões sobre estes sujeitos históricos que ganharam protagonismo desde meados da segunda metade do século passado, quando se torna patente a situação de crise estrutural do sistema – fenômeno que teria por consequência o acirramento da exploração de classes, mecanismo com o que a burguesia busca prolongar a vigência de seus níveis de lucratividade.

Propõe-se, pois, com este contato entre distintos prismas de observação das lutas sociais contemporâneas, enriquecer o debate sobre um tema que se caracteriza por ser fortemente interdisciplinar.

* * *

O primeiro artigo desta coletânea é de autoria da professora Heloísa de Faria Cruz; intitulado *Venha para o Centro Popular: movimentos sociais e comunicação popular – 1970/1990*, reflete sobre as “redes de comunicação popular”, constituídas entre as décadas de 1970 e 1990, analisadas no interior do contexto das lutas de resistência à ditadura e pela redemocratização. Tratam-se de redes organizadas por movimentos sociais diversos, que expressam variadas demandas não contempladas pelos partidos políticos tradicionais, como clube de mães, associação de moradores e pastorais, entre outros. Abordando uma dimensão ainda pouco explorada desses movimentos, qual seja, a

constituição da comunicação como um elemento formativo dos movimentos sociais, o artigo mapeia potencialidades de pesquisa e levanta questões instigantes sobre o *fazer-se* dos movimentos em suas práticas comunicativas, situando perspectivas de análise das redes de comunicação, não apenas no Brasil, mas no contexto latino-americano.

As lutas populares brasileiras na ditadura civil-militar são o tema do trabalho de Dayane Santos Araujo – *Os moradores querem votar: Santos e sua luta pela autonomia política (1983-1984)*. A resistência democrática, em particular aquela focada em questões relativas à autonomia das cidades e estados, além das mobilizações por eleições diretas, são questões que perpassam a análise em torno reconquista da autonomia política da cidade de Santos. A autora demonstra como a dinâmica das lutas e as respostas dadas pelos governos ditatoriais que se desenvolviam na cidade estavam em íntima conexão com as lutas nacionais, às vezes antecipando-as. A cidade de Santos, que se tornou área de segurança nacional em 1969 foi a primeira a ter restituída sua autonomia política, com eleição direta para prefeito em 1983.

Já o artigo *Trajetórias de luta e de organização popular por moradia na periferia de São Paulo no período da ditadura militar no Brasil (1964-1985)*, de Edimilson Peres Castilho, traça uma importante análise acerca da formação das periferias da cidade de São Paulo, formadas em sua maioria por migrantes vindos de outras regiões do país para servir de mão de obra nas indústrias paulistas. Com foco no bairro de Cidade Tiradentes, o texto discute os impactos sobre a moradia provocados pela dinâmica excludente da industrialização brasileira desde o período Juscelino Kubitschek, passando pelas políticas habitacionais pós-1964, e relacionando a carência de moradia ao rebaixamento salarial e ao empobrecimento da classe trabalhadora impostos pela ditadura. Tal situação fomenta a organização de movimentos populares pelas periferias de São Paulo, emergência que se dá em torno de diversas questões que denotam a ausência de atendimento por parte do Estado das demandas básicas de sobrevivência – entre elas, a moradia.

Também refletindo sobre o tema da moradia, desta vez com foco na região serrana do Rio de Janeiro, Ronaldo Sávio Paes Alves, Jeane Barbosa de Souza e Natália Pimentel de Queiros, em *‘Somos mais que meia-dúzia!’: a luta por moradia e dignidade dos sobreviventes da tragédia de janeiro de 2011 em*

Teresópolis – Região Serrana do Rio de Janeiro, apresentam a luta dos moradores da região contra o poder público, decorrente do não atendimento das vítimas das enchentes de janeiro de 2011, considerada a maior tragédia climática do país.

Cláudia Lima Monteiro, no texto denominado *O processo de implantação das trinta horas semanais aos funcionários públicos de Diadema: avanços e desafios*, discute a luta dos trabalhadores do setor público em Diadema pela redução da jornada de trabalho, entendendo-a não apenas como uma maneira de propiciar descanso, mas também como resistência à superexploração do trabalho. A autora apresenta aspectos da constituição da população de Diadema – em sua maioria migrantes nordestinos e de Minas Gerais, que vinham a São Paulo trabalhar em pequenas e médias empresas fornecedoras de peças e serviços para as indústrias automobilísticas do ABC paulista. É desse contingente de migrantes de baixa renda que se desenvolverá o funcionalismo público da cidade. Este artigo da coletânea é centrado na análise do *movimento sindical* – essa tão importante experiência desenvolvida na região do ABCD, que marca a luta dos trabalhadores na região, e que também foi expressiva na luta dos trabalhadores organizados do Sindicato dos Funcionários Públicos de Diadema (SINDEMA).

Quanto à complexidade da questão camponesa brasileira, o tema tem uma de suas mais interessantes manifestações abordadas no denso artigo de Solange Struwka, sob o título *Camponeses Faxinalenses e os conflitos e luta pela permanência na terra: questões entre a identidade coletiva e classe social*. Neste trabalho, fruto de dissertação de mestrado defendida no Instituto de Psicologia da USP, sob orientação de Bernardo Parodi Svartman, a autora problematiza a luta camponesa em perspectiva histórica, evidenciando as continuidades das lutas atuais e passadas, em geral socialmente invisibilizadas. O objeto de análise do texto é a trajetória de organização do movimento Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses (APF), que se localiza na região Centro-Sul e Centro do Paraná, e que tem como uma de suas características a reivindicação pelo reconhecimento de sua identidade coletiva – baseada no uso comum da terra. Examinando a hipótese de que as identidades culturais podem dialeticamente apoiar a formação da consciência de classe, e chamando a atenção para a necessidade de se romper com a marginalização dos camponeses, ela reconstitui essa trajetória comunal, pontuando os diversos momentos em que

se interpõem entraves para a manutenção do modo de vida tradicional dos camponeses faxinalenses, além de mostrar as fragilidades da via jurídica.

Uma inquietante reflexão e chamamento à pesquisa-militante é feita coletivamente por Alana Moraes, Henrique Parra, Hugo Albuquerque, Jean Tible e Salvador Schavelzon em seu ensaio-manifesto *A periferia contra o Estado?* – para escapar das ciências tristes. Se há mais de um século Lenin afirmava que “sem teoria revolucionária, não há movimento revolucionário”⁴, assertiva recuperada um sem-número de vezes na luta social do século XX por grandes pensadores marxistas, atualmente, no século XXI, o dístico dá mostras de sua ainda intensa vitalidade – e sua potência criativa sustenta a argumentação destes autores. Constatando um perigoso ajustamento de parte das esquerdas à epistemologia dominante, eles tecem aguda crítica aos limites deste modo de conhecimento restrito – limites evidenciados tantas vezes no colonialismo da reflexão social –, o que se reduz, em última instância, ao binarismo excludente Estado versus Mercado, esquema incapaz de compreender outras formas de sociabilidade antineoliberais. Contra a hegemonia neoliberal, os autores propõem uma ciência engajada, cultivada com “afetos alegres”, atuando na produção de formas de vida solidárias e emancipatórias.

Por fim, em *Los recientes movimientos sociales en América Latina: el caso colombiano* – texto publicado em seu idioma original, castelhano –, o professor da Universidad Nacional de Colombia, Mauricio Archila, parte da constatação do nítido aumento dos protestos sociais na América Latina, no início do século XXI, para em seguida traçar um panorama dos atuais movimentos sociais, apresentando algumas de suas novas formas organizativas, demandas, preocupações. No interior deste quadro, sobressai no estudo a análise dos movimentos sociais colombianos, no complexo contexto da construção dos acordos de Paz entre o Estado colombiano e a guerrilha marxista-leninista das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo (FARC-EP), em especial no tocante ao problemático processo do plebiscito levado a cabo pelo governo de centro-direita neoliberal de Juan Manuel Santos. Como bem observa o autor: “a paz é algo tão sério que não se pode deixá-la nas mãos dos políticos”.⁵

* * *

4. Vide Lenin, em *Que fazer*, 1902.

5. Tradução nossa.

Esperamos que o leitor aprecie esta obra elaborada a partir de escritos que tratam de problemas infelizmente tão atuais, e que essa leitura possa ser importante, não apenas quanto ao necessário aprendizado que há no contato com tais estudos, mas sobretudo no sentido de suscitar novas reflexões e ações de resistência frente às agressões capitalistas que vêm se agudizando nos últimos tempos – e inclusive retomando temerárias feições fascistas.

Referências

- ALIER, Joan. *O ecologismo dos pobres*. São Paulo:Contexto, 2007.
- AMARTYA Sen. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho – ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo:Boitempo, 2009 [1999].
- ARANTES, Paulo. *Zero à Esquerda*. Conrad. São Paulo, 2004.
- _____. *O novo tempo do mundo*. São Paulo:Boitempo, 2014.
- ARANTES, Paulo Eduardo; MARTINS FONTES, Yuri. A teoria crítica de Paulo Arantes: golpe-de-novo-tipo e a ditadura sem cerimônias (entrevista). In *Revista Mouro*, nº 11, jan., 2017.
- ARCARY, Valerio. *As esquinas perigosas da história: um estudo sobre a história dos conceitos de época, situação e crise revolucionárias no debate marxista*. São Paulo:Departamento de História – FFLCH-USP (Tese de Doutorado), 2000.
- CASTRO, Josué de. *Geopolítica da Fome*. v. I., São Paulo:Brasiliense,1965.
- CLASTRES, P. *La sociedad contra el Estado* [1974]. Caracas:Monte Avila, 1978.
- DUPAS, Gilberto; Diegues, A. C. *Meio ambiente e crescimento econômico*. São Paulo:Unesp, 2008.
- FANON, Franz. *Os condenados da terra*. Juiz de Fora:Editora UFJF, 2010.
- FERNANDEZ BUEY, F.. Entre Mayo del 68 y la Guerra de Vietnam (2008). In Biblioteca Virtual Buey, Barcelona:Universitat Pompeu Fabra. www.upf.edu. Acesso em 25 jul. 2017.
- FURTADO, Celso. “Os desafios da nova geração”. In *Revista de Economia Política*, v. 24, nº 4, out., 2004.
- GARCÍA LINERA. *Marxismo y mundo agrario*. In *La potencia plebeya*. Buenos Aires:Clacso, 2009.
- GUNDER FRANK, A.. Fuentes, M.. Dez teses acerca dos movimentos sociais. In *Lua Nova*, São Paulo, jun., nº 17, 1989.
- HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos*. São Paulo:Companhia das Letras, 1995.
- _____. Introdução [1964]. In Marx, *Formações econômicas pré-capitalistas*. São Paulo:Paz e Terra, 1985.
- HOUTART, François. “Más allá de la economía”. Em *Argumentum*, v. 5, nº 2, jul., 2013.
- JACOBI, Pedro. Movimentos sociais urbanos numa época de transição: limites e potencialidades. In Emir Sader, *Movimentos sociais na transição democrática*. São Paulo:Cortez, 1987.
- KONDER, Leandro. *O marxismo na batalha das ideias*. São Paulo:Expressão Popular, 2009.
- LÖWY, Michael. Pontos de referência para uma história do marxismo na América Latina. Em: Löwy (org.), *O marxismo na América Latina*. São Paulo:Perseu Abramo, 2006.
- MARTINS FONTES, Yuri. *Marx na América – a práxis de Caio Prado e Mariátegui*. São Paulo: Fapesp/ Alameda, 2017.
- _____. *O marxismo de Caio Prado e Mariátegui – formação do pensamento latino-americano contemporâneo*. Tese de Doutorado (História). São Paulo:FFLCH-USP/CNRS-França, 2015.
- _____. Caio Prado: reforma agrária ampliada e luta armada. *Revista Mouro – Núcleo de Estudos d’O Capital*, São Paulo, ano 6, nº 9, 2015.
- _____. No sentido do fascismo: geopolítica e Segunda Guerra na evolução histórica brasileira segundo Caio Prado. In Everaldo Andrade (org.), *Brasil e América Latina na Segunda Guerra Mundial*. Curitiba:Editora CRV, 2016.
- _____. Mariátegui e a filosofia de nosso tempo. In Mariátegui, *Defesa do marxismo – polêmica revolucionária e outros escritos*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. *Escritos sobre la comunidad ancestral*. La Paz:Fondo Editorial de la Asamblea Legislativa Plurinacional, 2015.
- _____. Marx-Zasulich Correspondence (1881). Disp. em: *Marxists*. Acesso em nov. 2016.
- MARX e ENGELS. *Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis:Vozes, 1989 [1848].
- MOYO, S., Yeros, P. *El resurgimiento de los movimientos rurales bajo el neoliberalismo*. Buenos Aires:Clacso, 2008.
- Nações Unidas. Fatos sobre alimentação. In [portal] *ONU Brasil*, “Encontro Rio+20: O futuro que queremos”, jun., 2012. www.onu.org.br. Acesso em maio de 2017.
- PETRAS, James. América Latina: la izquierda contraataca. In *Nueva Sociedad*, nº 151, set.,1997.
- PRADO JR., Caio. Post Scriptum em 1976. In Caio Prado, *História econômica do Brasil*. São Paulo:Brasiliense, 1981.
- THOMPSON, Edward. *Tradición, revuelta y conciencia de clase*, Barcelona:Crítica, 1984.

TRABALHADORES E COMUNICAÇÃO POPULAR – SÃO PAULO, 1970-1990

Heloisa de Faria Cruz*

A emergência dos movimentos sociais diversos e de grande vitalidade é uma das dimensões históricas centrais da conjuntura das lutas de resistência à ditadura civil-militar e de redemocratização do país. Entre o final dos anos de 1970 e início dos anos de 1990, movimentos sindicais e populares que se disseminaram por todas as grandes cidades do país colocaram em foco a própria noção de sujeito coletivo. Ao lado das lutas estudantis e da campanha de amplitude nacional pela Anistia, movimentos sociais urbanos dos mais diversos – por transporte, por habitação, por creches, contra enchentes, contra a carestia etc. – e articulações sindicais independentes e de oposição, comissões de fábrica e outros grupamentos característicos da época também se espalharam pelo país e emergiram como novos personagens no terreno das lutas sociais.

Com suas entidades e estratégias, clubes de mães, associações de moradores, centros populares, comissões de fábrica, oposições sindicais, manifestações públicas diversas, greves, assembleias populares, abaixo-assinados, ocupações urbanas e quebra-quebras, todos esses movimentos propunham a discussão sobre a força desse campo na configuração da cena política de então. E os estudos sobre o período, com diferentes abordagens e questões, concordam, em sua maioria, em apontar a formação e a forte atuação dos chamados novos movimentos sociais como dimensão fundamental do tecido político e social daquele tempo.

Considerando esse cenário, o presente texto trata das redes de comunicação popular que se articularam na base de vários desses movimentos e que se constituíram e ganharam força no Brasil naquele período. Propõe a reflexão sobre a constituição de redes de

comunicação popular no contexto das lutas de resistência à ditadura civil-militar e de redemocratização do país, e volta-se para a discussão da constituição de espaços, práticas comunicacionais e linguagens que tiveram grande importância na conformação da cultura popular e operária, bem como no desenrolar das lutas sociais no período.

Conforme indicam Maria Célia Paoli, Eder Sader e Vera da Silva Telles (1983), em texto do início dos anos de 1980, publicado no primeiro número da fase renovada da Revista Brasileira de História, o qual, não por acaso, veio a público sob o sugestivo título de “À luta, trabalhadores”, foi necessário, naquele momento, repensar as concepções e representações históricas sobre os trabalhadores brasileiros. Referindo-se ao imaginário acadêmico e à emergência de novos sujeitos e movimentos sociais naquele período, os autores então propunham que:

Particularmente com as greves de massa em 1978 os trabalhadores aparecem de modo novo em nossa História. Vistos tradicionalmente como personagens subordinados ao Estado e incapazes de impulsão própria e, após 1964, silenciados e atomizados politicamente pelo regime militar, eles irrompem na cena política em 1978 falando por boca própria e revelando a existência de formas de organização social que haviam tecido à margem dos mecanismos tradicionais montados para representá-los e que serviam para sua cooptação, enquadramento e controle. Grupos de fábrica, clubes de mães, comunidades de base e as mais diversas organizações de diferentes setores sociais a partir de diferentes temas, tomaram a sociabilidade própria entre seus membros como premissa para formas autônomas de organização e expressão que alteraram o próprio campo da luta política no País (PAOLI; SADER; TELLES, 1983, p. 130).

O texto, importante para o debate da História Social do Trabalho que então se repensava, problematizava o movimento intelectual de revisão histórica

* Doutora em História Social. Professora do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Pesquisadora PQ do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Pesquisa desenvolvida com o apoio do CNPq/Brasil. Contato: cruzhelo@uol.com.br.

vivido pelas Ciências Humanas e Sociais em busca das raízes daquele presente, invisíveis nas representações sociais e acadêmicas então predominantes. Desde então, seja na área mais ampla das Ciências Sociais, seja no âmbito dos estudos históricos, e, principalmente, na área da História Social do Trabalho e da Cidade, esses movimentos e agentes sociais têm suscitado variadas pesquisas e reflexões.

A temática dos novos movimentos sociais e das novas formas das organizações coletivas dos trabalhadores, abraçada, sobretudo, pela Sociologia e pelas Ciências Políticas, e, um pouco depois, pelos estudos históricos, para além de uma revisão teórica de paradigmas e categorias, pondo em foco a própria noção de sujeito coletivo e a discussão com a matriz marxista de classe e luta de classes, suscitou a reflexão de questões como as das relações entre classes populares e Estado, das conexões entre vida popular e culturas urbanas, das dinâmicas dos processos de redemocratização e de reorganização da sociedade civil, das transformações da cultura política, dentre outras. As pesquisas sobre a constituição do chamado novo sindicalismo, sobre os grandes movimentos grevistas dos anos de 1978/1981 e sobre as lutas por melhores condições de vida nas cidades também articularam uma gama extremamente rica e variada de estudos, que, inclusive, propunham-se a pensar a formação de uma cultura operária e/ou popular característica daquele momento.

Desde então, a questão da constituição de um campo novo de organização e expressão, bem como a da formação de novos espaços e experiências culturais dos trabalhadores e dos setores populares, destacam-se como temas importantes da discussão. E as questões das relações de poder e dominação, e da recomposição da hegemonia política no período de redemocratização, ou da chamada Nova República, apresentam-se como problemática de fundo dessa História recente.

Dimensão pouco explorada em relação aos estudos dos novos movimentos, de suas formas de auto-organização e das disputas por hegemonia naquele contexto diz respeito às suas linguagens e formas de comunicação. Aqui, parece significativo adotar o alerta de Jesús Martín-Barbero (2008), quando aponta que a comunicação não pode ser entendida como dimensão paralela ou reflexa da realidade social, mas que, antes, e com mais peso nas sociedades contemporâneas, deve ser analisada como dimensão central na configuração

e nos rumos dos processos sociais, propondo que entendamos os processos urbanos como processos de comunicação.

No presente texto, levando em conta as proposições desse autor acima mencionado, a abordagem compreende o campo da comunicação popular, assim como seus produtos e suas linguagens, como dimensões constituintes do fazer-se dos movimentos. Nessa direção, a análise tem como base o estudo de redes de comunicação popular que se constituíram e ganharam força em todo o país entre os anos de 1970 e 1990, e indaga sobre percursos e sentidos de uma variada gama de atividades daqueles movimentos sociais.

Pensando a cultura como dimensão inerente à experiência social dos diversos grupos e sujeitos coletivos, como propõe Stuart Hall (2003), busca-se aprofundar a reflexão sobre as relações entre a constituição e a atuação dos movimentos populares e a construção de um campo de comunicação alternativa e popular. Na conjuntura de emergência das lutas sociais no período, propõe-se contribuir para o debate sobre as relações entre comunicação e cultura popular e operária, bem como refletir sobre os processos de constituição de redes de comunicação popular no contexto das lutas de resistência à ditadura civil-militar e de redemocratização do país.

Problematicando a dinâmica de atuação dos movimentos sociais, identifica espaços, atores e práticas que articularam as experiências de diversos grupos e sujeitos coletivos que assumiram a organização e a dinamização de espaços e redes de comunicação que se propunham a falar em defesa dos trabalhadores e dos grupos populares naquela conjuntura.

Trata-se de dialogar com o processo de constituição desses novos atores sociais por meio do estudo de espaços, veículos e redes de comunicação que se constituíram em um dos principais caminhos de articulação coletiva e de difusão e visibilidade pública de suas concepções, projetos, propostas e ações.

No estudo de espaços, práticas e atividades, tais como a produção, a organização e a edição de publicações impressas e materiais audiovisuais, bem como a organização de centros populares de comunicação e a realização de encontros nacionais de comunicação popular, discute a importância da comunicação como espaço de constituição desses sujeitos coletivos e de definição de suas formas de atuação política naquele momento.

Assim, também explora materiais e referências produzidas pelos diversos grupos e movimentos, indagando sobre a articulação dessas atividades em torno da comunicação com uma rede mais ampla, que abrangia grande parte do país e também vários países da América Latina. Muitas das publicações, que assumiam a forma de boletins internos e boletins intercentros, voltavam-se para a comunicação popular e apresentavam como objetivo central a formação de militantes para atuar nas diversas atividades de comunicação desenvolvidas pelos centros e movimentos.

Naqueles anos, tendo como horizonte a formação de um campo de comunicação alternativa e popular, os materiais deixavam ver que inúmeros grupos e militantes desenvolveram várias atividades, tais como a edição de jornais e impressos diversos, a produção de materiais audiovisuais, a implantação de serviços de alto-falantes e rádios comunitárias, a realização de teatro de rua, a organização de centros de educação e comunicação popular ou de bibliotecas populares, dentre outras. Na leitura desses materiais, identificam-se preocupações dos grupos editoriais com a feitura dos periódicos, com as razões e os sentidos sociais de suas experiências, com a comunicação alternativa e popular, com a conformação de uma linguagem para o seu público, com a definição de procedimentos jornalísticos pedagógicos de edição, com a formação de redes de colaboração e difusão de suas publicações e mensagens, com a agenda pública delineada pelos meios de comunicação comerciais e de grande circulação etc. Nesse sentido, na análise desses materiais, importa refletir sobre os sentidos e papéis atribuídos pelos movimentos a essas práticas e produtos, bem como sobre o desenho de estratégias de produção, circulação e difusão dos impressos que se concretizaram na organização de redes colaborativas de produção e distribuição.

Em pesquisa anterior, logrou-se identificar e referenciar mais de 100 títulos de publicações e pequenos impressos que ganharam publicidade principalmente entre os anos de 1975 e 1990, produzidos por diversos grupos de movimentos sociais urbanos e por articulações sindicais independentes e de oposição da época. Na análise de muitas dessas coleções, trabalhando com a variedade e a multiplicidade de periódicos da imprensa popular de então, fomos surpreendidos com a identificação de uma gama extremamente dinâmica de entidades e grupos políticos, que constituíam uma rede de comunicação popular, no interior da qual tais veículos se articulavam. No exame das publicações e

na identificação dos grupos produtores e dos espaços de circulação dos diversos impressos, era comum identificar uma rede de entidades, as quais, em sua maioria, assumiam a denominação de Centro Popular.

Redes de comunicação popular

Inicialmente, é importante frisar, mais uma vez, que a pesquisa identificou uma gama extremamente dinâmica de entidades e grupos políticos, que constituíam uma rede de comunicação popular, composta por diferentes espaços, entidades, práticas e veículos voltados para tal objetivo. Nos materiais, localiza-se a formação desse espaço próprio de comunicação popular, composto por uma rede articulada e dinâmica de entidades voltadas para a comunicação, a documentação e a educação popular.

Esse espaço comunicativo dá visibilidade a uma rede de entidades, as quais, em sua maioria, assumiam a denominação de Centro Popular, constituindo um movimento que se espalhava por todo o país e que ganhava força crescente na organização de encontros sobre comunicação popular e outros expedientes de sistematização do trabalho partilhado.

No Brasil, esse é um movimento que tem suas origens, de forma bastante incipiente e fragmentada, já em meados dos anos de 1970. As avaliações do próprio movimento sobre a trajetória inicial dessas entidades, realizadas já no início da década de 1980, indicam a natureza mais difusa que então assumiam, assim como as suas relações com a reorganização dos movimentos populares e sindicais. Como aponta a militante Vera Lúcia Tokairim, ao se referir aos centros, avaliados como espaços importantes da memória do povo:

[...] surgiram nesta época, várias iniciativas, principalmente vinculadas às propostas da Igreja pós-Medellín, que desenvolveram trabalhos no sentido de contribuir com os movimentos populares, documentando-os, preservando-os e, sobretudo, constituindo-se como fonte de informação para os marginalizados. Várias das análises internas dos movimentos indicam que, inicialmente, respondendo a demandas sentidas pelos vários grupos e movimentos, os centros populares estruturaram-se como espaços de estudos, de debates, de reflexão, de reunião da informação e da documentação popular, atuando como enquanto locais aglutinadores e centros de informação e formação (CENTRO PASTORAL VERGUEIRO, 1985b, p. 18).

Outros materiais do próprio movimento nos ajudam entender o processo de formação e desenvolvimento dessa rede de entidades populares ainda em um período de grande repressão e vigilância sobre os movimentos populares e sindicais tanto em São Paulo como em várias outras regiões do país. Nesse sentido, pode-se dizer que os centros populares

[...] surgiram numa conjuntura política caracterizada por violenta repressão e cerceamento de toda e qualquer forma de organização [...] numa conjuntura na qual os meios populares criaram várias formas de luta e de resistência que se desenvolviam através de pequenos grupos e de forma bastante localizada e atomizada (CENTRO PASTORAL VERGUEIRO, 1982).

Publicado pelo *Centro Pastoral Vergueiro* (CPV), em dezembro de 1982, produzido segundo orientação saída do *Terceiro Encontro Nacional de Centros e Grupos de Documentação e Comunicação Popular*, em seu editorial, o *Boletim Intercentros*, do qual foi retirado o trecho acima transcrito, busca fazer um histórico sobre o desenvolvimento desse processo de organização e articulação desses grupos e entidades. Embora destacando a importância dessa primeira fase do movimento, na qual o intercâmbio entre as entidades, “desenvolvido sob grande risco”, era restrito, indica que seria a partir do ano de 1978, com o processo de abertura política e com o avanço do movimento popular e sindical, que se abriria um espaço maior de articulação e intercâmbio entre os grupos, propiciando o aparecimento de um número bem maior de centros, com propostas novas ou para rediscutir as suas propostas de trabalho.

Assim como sinalizam os próprios movimentos, a formação de um espaço próprio de comunicação popular, uma rede articulada e dinâmica de entidades voltadas para a comunicação, a informação e a educação popular, e que tem nos centros populares o seu espaço central, emerge como um passo importante na expansão e na conformação daquelas lutas. Como asseveram os poucos estudos sobre essas entidades, na conjuntura das lutas sociais dos anos de 1970 e 1980, com a participação de intelectuais de esquerda, setores progressistas da Igreja Católica, líderes sindicais e populares, educadores populares e estudantes universitários, foram organizados muitos centros que se assumiram ou foram definidos como centros de assessoria e apoio aos movimentos sindicais e populares.

Esses estudos revelam que os centros atuavam desenvolvendo inúmeras atividades consideradas de apoio aos movimentos e suas lutas, que iam desde os serviços de atendimento jurídico, os cursos de alfabetização e formação profissional, a produção de materiais diversos e a arrecadação de fundos, até a formação de lideranças e a promoção de pesquisas sobre questões de interesse dos movimentos.

As indicações da bibliografia e das fontes consultadas são a da formação de uma rede riquíssima de organismos que, para além da dimensão derivada ou secundária que a denominação de entidade de apoio sugere, pode ser pensada como dimensão ativa das formas de organização e luta daqueles sujeitos sociais. Como alude Sergio Costa (1997, p. 9), em seus estudos sobre a atuação dos movimentos sociais, embora muitas vezes informais, em diferentes situações históricas, “[...] as redes comunicativas podem se diferenciar funcionalmente, assumindo a forma de estruturas organizativas mais consistentes e complexas (movimentos sociais, associações civis etc.), capazes de atuar diretamente sobre o centro visível da esfera pública”.

Nos documentos produzidos e publicizados por esses vários centros, tais como pequenos jornais, boletins, cadernos populares, informes e cartilhas, foi possível identificar um grande número de entidades populares em atuação no período. Espalhando-se por todo o país, assumindo denominações variadas, como *Centro Ecumênico de Documentação e Informação* (como o CEDI-SP e o CEDI-RJ), *Centro Pastoral* (como o CPV de São Paulo), *Centro de Educação e Cultura Operária* (como o CECOP/SP), *Centro de Documentação Popular* (como o CDP de Uberlândia ou o CEDOP de João Pessoa), *Centro de Informação* (como o CEDIV de Vitória), *Centro de Estudos e Ação Social* (como o CEAS de Salvador), *Centro de Estudos do Trabalho* (como o CET de Belo Horizonte) ou *Centro de Memória Sindical* (como o CMS de Recife, de Curitiba e de São Paulo), essas entidades parecem formar uma rede nacional ativa de colaboração assídua na discussão de concepções, na realização de projetos e na distribuição e troca de materiais. Vale notar que, em tempo de resistência e de reorganização dos movimentos popular e sindical, como mencionado anteriormente, muitas dessas entidades emergem ligadas à atuação da Igreja Católica progressista, tendo a sua ação vinculada a iniciativas de movimentos católicos de dioceses, pastorais, ordens religiosas e da *Conferência Nacional dos Bispos do Brasil* (CNBB). Na base desse

movimento articulado, para além dos organismos ligados à Igreja Católica progressista, também se identifica a atuação de associações populares e articulações sindicais independentes, intelectuais de esquerda, educadores populares e grupos estudantis.

Para a discussão aqui proposta sobre as relações entre movimentos sociais e comunicação popular, importa ressaltar que as atividades de produção de informações e documentação, educação e comunicação popular parecem assumir lugar central e estratégico na definição do caráter e da atuação dessas entidades e redes. Como sustenta Paula Ribeiro Salles (2013), naqueles anos, visando a desenvolver as áreas de documentação, informação e comunicação popular, foi estabelecida uma série de estratégias de aproximação entre as entidades, envolvendo troca de experiências e sistematização de conhecimento, tais como realização de encontros, capacitações e estágios, produção e edição de materiais e boletins, difusão de materiais publicados, e realização de pesquisas, estudos conjuntos e visitas mútuas.

Os estudos sobre essas entidades, bem como a documentação analisada pela pesquisa, propõem que, na história da atuação dos movimentos sindicais e populares daquele período, vários desses centros desempenharam papel de espaço não só de produção e difusão de publicações e materiais, como também de polos de aglutinação, de formação política de militantes e de articulação dos projetos e forças sociais. Para além de formar ativistas e militantes, os objetivos centrais dessas entidades, conforme definido em seus documentos e encontros, eram a criação e a ampliação dos canais populares de comunicação e interação entre pessoas, grupos e movimentos populares que se contrapusessem “à manipulação dos meios de comunicação de massa e atuassem promovendo a organização dos movimentos populares” (CELADE, 1979).

Várias das entidades que se organizam nessa rede, já no início dos anos de 1980, assumem que muitas das atividades antes pensadas como subsidiárias, em sua maioria ligadas à comunicação popular, deveriam ser desenvolvidas pelos centros e movimentos de forma mais articulada. A capacitação dos grupos e movimentos, antes assumida de forma esporádica, passava agora a ser pensada e implementada como uma das atividades centrais dos vários centros. Conforme indicam avaliações saídas do Terceiro Encontro Nacional, realizado em 1981, a proposta era de

[...] capacitar os movimentos a produzir sua própria imprensa e a manipular os meios alternativos para a viabilização desta produção. Capacitá-los à utilização de outras formas de comunicação tais como: faixas, cartazes, murais, impressão serigráfica, que lhes permitam reproduzir sua própria informação (CENTRO PASTORAL VERGUEIRO, 1982, p. 8).

Um centro cuja atuação dá visibilidade a esse tipo de militância foi o *Centro Pastoral Vergueiro de São Paulo* (CPV), que registrou presença constante e intensa nas lutas populares e sindicais no decorrer das décadas de 1970 e 1980. Aliás, foi no acervo então constituído pelo CPV que localizamos a grande parte dos materiais utilizados para o desenvolvimento deste estudo. Nesse Centro, encontra-se um rico conjunto de materiais que remete ao movimento de produção de materiais próprios pelo CPV e de coleta sistemática de materiais produzidos por outras entidades e movimentos em todas as regiões do país, os quais conformam o riquíssimo acervo hoje sob a guarda do *Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro*.¹

Criado em 1973, o CPV atuou como centro de pastoral até 1989, e se tornou um dos principais centros de documentação e comunicação popular do país no decorrer daqueles anos. Fundado por freis dominicanos ligados às orientações da Teologia da Libertação e estudantes universitários articulados a várias forças de esquerda, o referido Centro, no decorrer de sua existência, foi espaço de aglutinação de várias correntes e grupamentos que atuavam na resistência à ditadura e na reorganização dos movimentos populares e sindicais, tais como a pastoral operária, as oposições sindicais, os grupos culturais e estudantis diversos, e os movimentos sociais urbanos, como assembleias populares, movimentos por creche e por moradia, movimentos contra a carestia etc. Inicialmente proposta como uma entidade de caráter cultural e educativa, voltada para atividades como alfabetização de adultos, assistência jurídica, biblioteca popular e coleta e distribuição de publicações,

1. Pouco explorado pelas pesquisas sobre o período, passando por dificuldades na manutenção de seu acervo e na abertura dos documentos ao atendimento ao público, o CPV, recentemente, logrou digitalizar e disponibilizar ao público parte de sua documentação, sobretudo cartazes dos movimentos e suas campanhas, além de uma rica coleção de impressos e periódicos dos movimentos sociais daqueles anos. Vale conferir a descrição atual do acervo, que pode ser encontrada no *site* do CPV <<http://www.cpvsp.org.br/acervo.php>>. Acesso em 20 jul. 2017.

a partir do início dos anos de 1980, a entidade assumiria cada vez mais o perfil de um centro de documentação e comunicação popular (SALLES, 2013).

Os materiais pesquisados no rico acervo do CPV indicam não só uma ampla rede de difusão e atuação de veículos e meios, como também um intenso movimento de troca de experiências e de formulação de concepções e projetos no âmbito da comunicação popular tanto no Brasil como na América Latina (MATA, 1983). Neles, é possível verificar a realização de diversos encontros regionais e nacionais sobre comunicação popular, além da crescente articulação com a rede latino-americana. Conhecidos como *Encontros Nacionais de Comunicação e Documentação Popular* (ENCODOPs), tais encontros, realizados em diferentes cidades e regiões do país, entre os anos de 1977 e 1985, chegaram a reunir mais de 60 entidades atuantes naquele período.

Dentre os materiais de maior interesse para o desenvolvimento deste estudo, destacam-se os documentos dos mencionados ENCODOPs. Uma primeira sondagem dessa documentação revela que, entre o primeiro encontro, realizado em 1977, e o quarto, ocorrido em 1983, identifica-se não só a participação crescente de entidades na articulação da rede nacional, como também o desenvolvimento e o aprofundamento das discussões em relação aos projetos de comunicação popular.² Assim, se o I ENCODOP, realizado na cidade de Vitória, aconteceu com a participação de seis entidades e é visto como um passo inicial na formação da rede, em 1983, o IV ENCODOP, realizado na cidade de Olinda, já contava com a participação de mais de 60 grupos e centros, havendo a articulação de entidades que representavam as várias regiões do país.

Em uma primeira avaliação sobre a atuação dos centros e a articulação da rede, o mesmo editorial do Boletim Intercentros, já citado anteriormente, fez o seguinte balanço:

Os centros e grupos começam a se articular de 1978 a 1981. Neste período, realizamos três Encontros Nacionais de Centros e Grupos de Documentação e Comunicação Popular. Os objetivos mais gerais destes encontros foram: contato e cooperação entre os

grupos; socialização de experiências; racionalização dos trabalhos; permuta de material; troca de avaliações; realização de trabalhos conjuntos (CENTRO PASTORAL VERGUEIRO, 1982).

Relevante salientar que o mesmo balanço mostra que, após a realização dos primeiros encontros, havia a necessidade de avançar nas metas políticas, ultrapassando a simples troca de experiências, pensando de forma mais orgânica como os movimentos estavam se apropriando do trabalho dos centros, indicando a necessidade da avaliação sobre o trabalho de formação de militantes, a produção de materiais, a natureza e o impacto dos trabalhos realizados pelas entidades. Outro documento da mesma época ajuda a perceber o tom dessas novas avaliações, quando propõe que:

A expansão das lutas populares produz uma necessidade crescente de instrumentalização prática e teórica daqueles que estão comprometidos com a transformação social. Diante disso, os Centros de Documentação e Pesquisa, a serviço das lutas populares, têm papel fundamental. E foi tendo isto em mente que no Brasil já se realizaram vários encontros nacionais e regionais, com o objetivo de se somar as forças e multiplicar resultados, visando combinar lado a lado a dinâmica dos movimentos sociais e, ao mesmo tempo, sendo empurrado por ela e provocando seu aceleramento (CENTRO PASTORAL VERGUEIRO, 1985b, p. 3).

Dessa forma, já em 1982, entidades como a *Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional* (FASE) de Recife se propuseram a organizar as suas atividades em três direções: a assessoria, que se voltava para acompanhar a formação dos grupos específicos e garantir apoio jurídico ao desenvolvimento das lutas; a formação de quadros e militantes na área da comunicação popular, com a promoção de cursos, tais como impressão e imprensa popular, teatro popular e educação corporal, utilização e montagem de audiovisuais e sobre pesquisa popular; e a produção de materiais que se voltava para a distribuição de produtos como cartilhas, cadernos e coleção de audiovisuais direcionados para temas organizativos ou de formação política de interesse geral dos grupos e movimentos, como a organização de associações e conselhos populares, as organizações sindicais, a questão dos salários, a história das lutas operárias, a questão da seca no Nordeste etc.

2. Os quatro ENCODOPs foram realizados respectivamente em Vitória/ES (1977), Salvador/BA (1979), Taboão da Serra/SP (1981) e Olinda/PE (1983). No estudo desses encontros e articulações, cabe conferir o já mencionado trabalho de Salles (2013), bem como a documentação dos encontros disponíveis no acervo do *Centro Pastoral Vergueiro – Pastas Suspensas – Documentação/Encontros*.

Aqui, é preciso ressaltar que a inclusão da pesquisa popular como campo de atuação dos movimentos, que, de início, parece surpreender e destoar das tarefas da comunicação, como a produção direta de jornais e outros materiais, remete à concepção de fundo dessas propostas, que articulam comunicação popular aos processos de coleta e reunião da documentação e produção da informação sobre a vida e as lutas populares, e que têm como base a articulação entre as atividades de comunicação, educação e documentação popular em uma mesma entidade e projeto de intervenção. Se, antes, o papel da informação se dava, sobretudo, na medida em que existia uma preocupação em registrá-la, armazená-la, ou seja, transformá-la em documentação, em memória, nesta nova fase era preciso avançar, fazendo com que, por meio da comunicação popular, a pesquisa, a documentação e a informação permeassem o próprio tecido dos movimentos e das lutas. Também se postulava uma maior inserção nos movimentos, o que, sob a ótica daquelas avaliações, significaria um avanço na autonomia das lutas e dos movimentos.

Cumprindo também indicar que, em sua organização, captando verbas principalmente de organismos ligados a entidades religiosas internacionais,³ os centros populares lograram estabelecer uma infraestrutura mínima de recursos e equipamentos que atendiam às demandas dos grupos e movimentos em sua atuação política. Embora modesta, a disponibilização de equipamentos como mimeógrafos, máquinas de datilografia, máquinas copiadoras, câmeras fotográficas, bem como de papel para reprodução de panfletos e boletins, potencializava a efetividade das ações. Assim, também, a disponibilização de um acervo de materiais de formação, como cartilhas, cadernos, audiovisuais, além da prestação de serviços como a cobertura fotográfica de assembleias, encontros e passeatas, e a revelação de fotos, faziam toda a diferença na mobilização e difusão das diferentes ações dos grupos e movimentos.

3. Como indica Paula Ribeiro Salles (2013), dentre essas entidades, estava a *Entraide et Fraternité*, que financiou o CPV até o início da década de 1980. Mas, a partir de 1976/77, os financiamentos estrangeiros já se diversificavam. Dentre os organismos que financiaram o CPV, estão: *Action de Carême des Catholiques Suisses* (Suíça), *Comité Catholique Contre la faim pour le Développement* (França), *Fasternopfer Schweitzer Katholiken* (Suíça), *Broederlijk Delen* (Bélgica), UN AIS (Inglaterra), CAFOD (Inglaterra), *Misereor* (Alemanha), *Developpement et Paix* (França), *Vastenactie* (Holanda), dentre outras. A partir de 1982, foi fundamental o acordo estabelecido com CEBEMO (Holanda), por meio do CERIS e do governo holandês, para planos de financiamento trienais, que começaram naquele ano e duraram pelo menos uma década.

Como apontado em momento anterior deste texto, vários dos materiais e referências analisadas remetem à articulação dessas atividades em torno da comunicação com uma rede mais ampla que abrangia vários países da América Latina. Nas reflexões do movimento produzidas em 1980, já se encontra a avaliação de que, assim como no Brasil, outros países da América Latina vêm se preocupando em acionar organizadamente o potencial existente nas áreas da documentação, informação e comunicação popular. Na pauta dos *Encontros Nacionais e Regionais* realizados pelos centros brasileiros, é recorrente a discussão das experiências de centros populares de outros países latino-americanos, como Bolívia, Peru, Venezuela, Uruguai, dentre outros. Neles, também se identifica a aproximação da rede brasileira com a rede latino-americana, então coordenada pela *Comissão Evangélica Latino-Americana de Educação Cristã* (CELADEC), sediada em Lima, no Peru.

Nessa direção, foi possível identificar, também, no acervo do CPV, uma coleção de Cadernos de Capacitação organizados pela CELADEC e editados no Brasil pela Editora Paulinas, pela *Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional* (FASE-SP) e pelo CPV, os quais sugerem várias possibilidades de diálogo com a experiência latino-americana.

Atuante desde a primeira metade da década de 1970, a importante rede latino-americana, a partir de 1977, como informa María Cristina Mata (1983), é liderada pela CELADEC por meio de um Programa de Comunicação e Documentação baseado nas experiências dos trabalhos de educação popular. No plano da colaboração dos movimentos sociais latino-americanos, essa experiência, que se aprofundou após a cruzada de alfabetização promovida no governo sandinista na Nicarágua, cresceu e se expandiu. Segundo a mesma autora, a partir de então, abriu-se um momento de estreita colaboração entre entidades e militantes que vinham desenvolvendo experiências de educação e comunicação popular em vários países do continente, dentre os quais se destacam Peru, Colômbia, Bolívia, México, Venezuela, Panamá, Costa Rica, República Dominicana e Nicarágua (MATA, 1983).

Material rico de significados sobre aquele projeto de comunicação popular, os Cadernos de Capacitação sugerem inúmeras questões sobre as articulações entre movimentos, lutas culturais e práticas comunicacionais, e apresentam-se como documentação essencial e campo aberto para as pesquisas sobre as experiências

de comunicação popular que agitaram inúmeros projetos e lutas sociais no Brasil e em diversos países da América Latina naquele momento histórico.

Editada sob a responsabilidade do *Programa de Documentación y Comunicación*, do *Programa de Educación Popular y Comunicación* e do *Programa de Teología* do CELADEC, destinada a contribuir para a formação dos setores populares latino-americanos, a coleção é composta por onze Cadernos, reunindo títulos que vão desde relatos bíblicos até orientações práticas para a elaboração de materiais para a comunicação popular, e que traduzem a proposta evangelizadora e de educação popular da CELADEC desenvolvida sob a inspiração das diretrizes da igreja progressista para a atuação de leigos e cristãos latino-americanos após a Segunda Conferência do Episcopado Latino-Americano, realizada em Medellín, em 1969. Como propõe María Cristina Mata, em artigo mais recente:

Resuenan en esa concepción los pronunciamientos de la iglesia católica latinoamericana en la conferencia episcopal realizada en Medellín en 1968, el posterior pensamiento y la práctica de los teólogos de la liberación, de las comunidades cristianas de base, de sacerdotes, pastores y laicos de diferentes iglesias que hicieron de la educación y la comunicación popular una dimensión indisociable de su compromiso evangélico. Y resuenan también las enseñanzas del primer Paulo Freire y su educación liberadora (2011, p. 30).

O que surpreende e revela a importância assumida pelo *Programa de Comunicação* no interior da proposta evangelizadora e de educação popular da CELADEC é a grande quantidade de Cadernos voltados especificamente para a capacitação na área da comunicação popular. No interior da coleção, nada menos do que seis dos onze títulos são dedicados à comunicação e ao jornalismo popular – “*La comunicación del pueblo*”, “*Como se organiza un centro popular de documentación y comunicación*”, “*Periodismo popular*”, “*Como leer los periódicos*”, “*Equipos e técnicas de impresión*” e “*Como elaborar materiales*”. Mais ainda, sinalizam o desenho de concepções, maneiras de fazer e estratégias voltadas para o fortalecimento da comunicação popular como campo de forças de produção de sentidos e ação política dos movimentos populares.

Tais títulos, por si só, já indicam a relevância desses temas no interior daqueles movimentos, e apontam para as questões por eles propostas, que vão desde a definição do que se entende por comunicação popular

e de seu papel no processo de luta pela transformação da sociedade capitalista, passam pela discussão sobre o papel e as formas de organizar um centro de comunicação popular, chegando a proposições práticas sobre elaboração de materiais, modos de produção e edição, conformação de produtos e linguagens, formação de equipes e estratégias de distribuição e difusão dos veículos.

Publicados como brochuras, no formato de pequenos cadernos escolares na forma de manual, adotando um tom direto e o tratamento inclusivo da primeira pessoa do plural, com uma diagramação permeada por colunas, fotos, desenhos e charges e, principalmente, por boxes, que destacavam questões e temas para a reflexão coletiva, os Cadernos de Capacitação se apresentavam como materiais fundamentais e estratégicos na difusão daquele projeto de comunicação popular. Na base da definição de concepções teóricas e políticas que costuram as propostas dos Cadernos, para além das matrizes da teologia da libertação, deve-se também apontar teóricos e militantes da área da comunicação e da educação popular, como Armand Mattelart e Paulo Freire, assim como a própria María Cristina Mata e Jesús Martín-Barbero.

Uma breve incursão sobre as propostas apresentadas por essa coleção de Cadernos já propõe inúmeras questões sobre a natureza e o alcance das práticas comunicativas desenvolvidas no interior daquele projeto de documentação, educação e comunicação popular.

Para além de investigar as conexões entre a rede brasileira e a latino-americana que tais materiais revelam, trata-se, também, de refletir sobre as concepções, diretrizes e práticas que conformam aquele projeto de comunicação popular. E, para o recorte da discussão aqui proposta, trata-se também de problematizar como os Cadernos nos ajudam a compreender o papel estratégico assumido pelos centros de comunicação, documentação e educação popular na constituição e articulação daqueles sujeitos e movimentos, e discutir concepções sobre o centro popular e os papéis e funções que lhe são atribuídos.

El empleo de los medios masivos de comunicación en la sociedad actual no está al servicio de toda la población, sino que son apropiados por los sectores dominantes que tratan de distraer la atención según sus propias conveniencias (CELADEC, 1979).

O trecho acima destacado, retirado do texto *Teologia Concreta*, de 1976, utilizado nas primeiras páginas do Caderno sobre a Comunicação do Povo, introduz o tom e a ótica do Programa da CELADEC. Nele, o tema da comunicação popular será tratado em contraposição à comunicação opressora, situando o controle dos meios massivos de comunicação como um dos espaços centrais da produção da hegemonia, indicando que só na disputa se torna possível para os setores populares recuperar, de forma consciente, a palavra e a voz. As perguntas básicas ali definidas (Qual a natureza dos meios de comunicação de massa? Como eles atuam na formação da consciência popular? Como desenvolver entre os grupos e movimentos uma recepção crítica desses meios hegemônicos? E, finalmente, e mais importante, Como criar práticas e espaços comunicativos que sirvam ao campo popular?) compõem um roteiro da concepção que organiza todos os Cadernos sobre comunicação popular.

Guiados por esse roteiro, os processos de capacitação de grupos, lideranças e movimentos são desenvolvidos como aqueles capazes não só de formar o leitor popular como receptor crítico dos meios e mensagens da comunicação de massa, mas também como emissor e leitor dos meios e mensagens da comunicação popular. Para tanto, se faz necessário que a produção dos meios de comunicação popular, através do jornalismo popular, nas rádios e nas TVs de rua, não só estimule a recepção crítica e compartilhada das mensagens, mas trabalhe a partir da acepção de que o diálogo horizontal proposto deve tomar emissores e receptores como sujeitos intercambiáveis. Dessa forma, um veículo popular nunca é um fim em si mesmo; é um produto da comunidade; é um instrumento de trabalho comunitário e que deve expressar a problemática da comunidade.

É essa concepção básica que se desdobra nas várias dimensões da capacitação que o programa propõe desenvolver junto aos movimentos. Por meio do vários Cadernos-manuais, desenvolve-se uma proposta geral que aborda desde métodos para a formação do leitor crítico, a produção das mensagens e as técnicas que devem orientar a feitura de materiais para a comunicação e educação popular; os desafios, gêneros e possibilidades do jornalismo popular; até orientações práticas sobre o uso de mimeógrafos e da técnica de serigrafia.

Para o recorte da discussão aqui proposta, trata-se tão somente de problematizar como os Cadernos nos ajudam a compreender o papel estratégico assumido

pelos centros de comunicação, documentação e educação popular na constituição e articulação daqueles sujeitos e movimentos.

Nessa direção, torna-se estimulante apontar algumas das concepções sobre o centro popular e os papéis e funções que lhe são atribuídos no interior dessas publicações. O Caderno que aborda a organização e as atividades dos centros indica como principais funções dessas entidades: promover a comunicação entre os membros do movimento; coordenar as tarefas comunicacionais do grupo; atuar como espaço de conscientização, nucleação e organização; coletar e sistematizar a documentação como fonte de informação e formação; atuar como produtor e sistematizador de meios e mensagens; e constituir modos de difusão e reflexão dos meios.⁴ Aqui, o centro ultrapassa em muito a noção de entidade de apoio ou mesmo de espaço de produção e distribuição de materiais; antes, é proposto como espaço de conscientização, nucleação e organização.

Ao final desta apresentação, a questão a ser enfatizada é a de que, seja pela proposta encaminhada no interior daquele projeto de comunicação popular, seja pelas evidências sobre o papel e a dinâmica de atuação dos centros na constituição daqueles movimentos e sujeitos, assim como as formações sindicais mais informais, como as oposições, as pastorais, ou como os grupamentos do movimento popular, como clubes de mães e associações de moradores, os centros populares podem ser analisados como formações culturais, espaços constitutivos do fazer-se histórico daqueles movimentos. Tais conclusões indicam perspectivas de pesquisa que permitam abordar questões que insistem em se fazer pensar sobre a presença dos setores populares e a dinâmica daquela conjuntura, e atualizam o estudo das culturas populares em meio à cultura massiva e globalizada da experiência histórica contemporânea.

Referências

- CELADEC. *Cuadernos de Capacitación: Como se organiza un centro popular de documentación y comunicación*. Lima: Comisión Evangélica Latino-Americana de Educación Cristiana, 1981.
- _____. *Cuadernos de Capacitación: La Comunicación del pueblo*. Lima: Comisión Evangélica Latino-Americana de Educación Cristiana, 1979.

4. Para mais detalhes, ver *Centro Pastoral Vergueiro. Caderno de Capacitação 8: como se organiza um centro de documentação e comunicação popular*. São Paulo: Edições Paulinas, 1985a, pp. 7-10.

- CELADEC. *Cuadernos de Capacitación: Periodismo popular*. Lima:Comisión Evangélica Latino-Americana de Educación Cristiana, 1981.
- CENTRO PASTORAL VERGUEIRO. *Boletim Intercentros*. São Paulo:Centro Pastoral Vergueiro, 1982.
- . *Caderno de Capacitação 8: como se organiza um centro de documentação e comunicação popular*. São Paulo:Edições Paulinas, 1985a.
- . *Série Documentação 2*. São Paulo:Centro Pastoral Vergueiro, 1985b.
- COSTA, Sergio. Movimentos sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 12, nº 35, pp. 121-134, out. 1997.
- CRUZ, Heloisa de Faria. Comunicação popular e trabalhadores: redes de comunicação e impressos dos movimentos sindicais e populares de São Paulo –1970/1990. *Projeto História - Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, São Paulo, v. 48, 2013.
- ; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História - Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, São Paulo, v. 1, pp. 22-38, 2008.
- FESTA, Regina; SILVA, Carlos Eduardo Lins (Org.). *Comunicação popular e alternativa no Brasil*. São Paulo:Ediç.Paulinas, 1986.
- HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do popular. In: ———. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte:Ed. da UFMG, 2003.
- MARTIN-BARBERO, Jesús. Comunicação e cidade: entre meios e medos. *Revista Olhares*, São Paulo, v. 1, 1998.
- . *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro:Ed. da UFRJ, 2008.
- . La comunicación desde la cultura: crises de lo nacional y emergencia de lo popular. *Revista Estudos sobre las Culturas Contemporaneas - Colima*, v. 1, nº 3, p. 45-69, 1987.
- MATA, María Cristina. Comunicación popular: continuidades, transformaciones y desafíos. *Oficios Terrestres*, Buenos Aires, v. 1, nº 26, 2011.
- . Formación y interrelacionamiento: la experiencia del Programa de Comunicación de CELADEC. *CHASQUI - Revista Latinoamericana de Comunicación*, Quito, nº 8, p. 76-79, 1983.
- MARTÍNEZ, Hernando. El contexto de la comunicación popular y la comunicación alternativa. *Cultura Popular*, Lima, nº 3-4, 1982.
- PAOLI, Maria Célia; SADER, Eder; TELLES, Vera da Silva. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, nº 6, pp. 129-149, set. 1983.
- SALLES, Paula Ribeiro. *Documentação e comunicação popular: a experiência do CPV – Centro Pastoral Vergueiro (São Paulo/SP – 1973-1989)*. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

OS MORADORES QUEREM VOTAR: Santos e sua luta pela autonomia política (1983-1984)*

Dayane Santos Araujo**

Ao estudar a história da cidade de Santos, nota-se que a perda da autonomia política não era uma novidade implantada pela ditadura civil-militar iniciada em 1964. Em 1930, quando foi instaurado o Governo Provisório do presidente Getúlio Vargas, uma Junta governativa que deveria comandar a cidade por um mês tomou posse e, na sequência, os prefeitos de Santos passaram a ser nomeados pelo governador do Estado de São Paulo até o ano de 1936,¹ quando a Câmara Municipal de Santos escolheu Aristides Bastos Machado para prefeito. Já no ano seguinte, Vargas implantou o Estado Novo (1937-1945) e, na condição de ditador, decidiu que Santos deveria voltar a ser comandada por prefeitos nomeados pelo governador do Estado, de acordo com o Artigo 27 da Constituição Federal: “O Prefeito será de livre nomeação do Governador do Estado” (BRASIL. Constituição (1937)).

Durante o governo do presidente Dutra (1946-1951), Santos manteve-se sem sua autonomia política, que somente foi-lhe restituída em 1952 – no início do segundo governo de Vargas, único mandato para o qual foi democraticamente eleito –, quando então ocorreu a eleição municipal para a escolha do novo prefeito, elegendo-se por voto popular Antônio Ezequiel Feliciano da Silva (1899-1986) que, quando deputado federal,

apresentara um Projeto de Lei pela devolução da autonomia política para a cidade de Santos (GONÇALVES, 1995, p. 117).

Dessa forma, e durante um período de 22 anos (de 1930 a 1952), a população santista não desfrutou do direito de escolher livremente seu governante. As razões para esta perseguição à cidade de Santos estão relacionadas a dois principais fatores: primeiro, por ser uma cidade portuária,² considerada importante para a defesa externa do país e pelo seu potencial econômico, além de ser porta de entrada não somente de mercadorias, mas também de ideias tidas como subversivas e que poderiam incomodar o Governo Federal; segundo, pela força do seu movimento operário com alta capacidade de organização para realizar paralisações coletivas em solidariedade a outras categorias, conforme elucidada a obra de Maria Lucia Gitahy, *Ventos do Mar: trabalhadores do Porto, movimento operário e cultura urbana em Santos, 1889-1914* (1992), reflexo de um aumento populacional ocasionado pela vinda de imigrantes, sobretudo espanhóis, dando um novo dinamismo para a cidade que organizou grupos de resistência contra o fascismo espanhol de Franco, de acordo com a obra *A “Moscouzinha” Brasileira. Cenários e Personagens do Cotidiano Operário de Santos* (2007), de Rodrigo Rodrigues Tavares. Não foi à toa que Santos ficou conhecida como *Porto Vermelho, Barcelona Brasileira e Moscuzinha Brasileira*.

A cidade de Santos desfrutou de sua autonomia política durante 11 anos (de 1953 a 1964),³ quando estourou o Golpe Militar. Seu prefeito, na ocasião, José

* Este artigo é parte das discussões apresentadas na dissertação de Mestrado intitulada: “A luta pela autonomia política da cidade de Santos: da Caravana Leonardo Roitmann à posse de Oswaldo Justo (1983-1984), de minha autoria, sob a orientação da Professora Dra. Vera Lucia Vieira.

** Mestra em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora da rede privada de ensino de Santos-SP. Contato: dayclio@yahoo.com.br.

1. Elias Machado de Almeida (1930-1931); Antenor Maciel Bué (1931-1932); Aristides Bastos Machado (1932-1935) e Antonio Gomide Ribeiro dos Santos (1935-1936) foram os prefeitos nomeados de Santos antes do golpe dado por Vargas, em 1937, ao instituir o Estado Novo.

2. O Porto de Santos é o maior da América Latina, com 13 quilômetros de extensão (Dados da Prefeitura de Santos). <http://www.santos.sp.gov.br/conheca-santos/dados-gerais> Acesso em 04/11/2013.

3. A prefeitura santista, de 1953 a 1964, foi assumida pelos seguintes prefeitos eleitos diretamente: Antonio Ezequiel Feliciano da Silva (1953-1957); Sílvio Fernandes Lopes (1957-1961) e José Gomes (1961-1964).

Gomes (1961-1964), do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), teve os seus direitos políticos cassados por se declarar contra a situação política daquele momento e, em seu lugar, assumiu o general Fernando Hortalla Ridel, comandante da Marinha, interrompendo o período de eleições diretas e consecutivas na cidade.

Para reforçar o clima de tensão, em abril de 1964, chegava a Santos um navio. Seria mais um que rotineiramente chegava à cidade, não fosse o seu propósito servir como um presídio *flutuante*. Era o navio “*Raul Soares*”, que foi palco de torturas aos considerados *elementos subversivos*, conforme relato de um dos detidos, o sindicalista José Barbosa Leite Júnior.

Numa das ocasiões em que fui levado para essa caldeira, me assustei, é lógico, e aí eu fui agredido fisicamente. Passei ali um grande tempo, em completa escuridão, até que vieram me tirar [...]. Alguns companheiros, como Sérgio Martins e Osni Neri dos Santos, estiveram também na parte gelada do navio e eram levados do frio para o quente e do quente para o frio. Isso era comum lá. Acredito que eles não desejassem matar ninguém, mas amedrontar, castigar (SILVA; ALEXANDRINO, 1988, p. 19).

Em 1965, Santos voltou a ter eleição para prefeito, em um clima de tensão que a ditadura fazia questão de transmitir para a cidade, que carregava consigo um passado combativo.

Disputavam o cargo Sílvio Fernandes Lopes (1924-2005), do Partido Social Progressista (PSP), que contava com o apoio dos militares, e o candidato opositor Esmeraldo Soares Tarquínio (1927-1982), do Movimento Trabalhista Renovador (MTR), uma cisão do PTB. Como forma de manipular a eleição, a Justiça Eleitoral impugnou – a mando dos militares – a candidatura de Esmeraldo Tarquínio, que somente foi liberada próxima da ocorrência do pleito. No entanto, nada poderia ser feito, já que sua campanha eleitoral foi totalmente comprometida e não havia mais tempo hábil para conquistar os eleitores. (SILVA; ALEXANDRINO, 1988, p. 78).

Conforme o planejado pelo Governo Federal, Sílvio Fernandes Lopes, considerado o “homem da revolução” de Santos (SILVA; ALEXANDRINO, 1988, pp. 77-81), ganhou a disputa e governou até 1968, ano em que ocorreria outra eleição. Mais uma vez, Esmeraldo Tarquínio foi candidato a prefeito, agora pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e

venceu o candidato da Aliança Renovadora Nacional (Arena), Alfeu Praça. Pela primeira vez, os santistas elegeram um negro para governar a cidade.

Comemorava-se então a vitória de Tarquínio na eleição ocorrida em novembro de 1968, quando um novo golpe à democracia transcorreu: um mês depois foi baixado o Ato Institucional nº 5 (AI-5) pelo Governo Federal e, em uma de suas determinações, prescrevia que o presidente da República poderia suspender os direitos políticos de *qualquer* cidadão brasileiro por dez anos, e “cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais”. (Ato Institucional nº 5 (AI-5)).

Em Santos, tudo seguia aparentemente em normalidade, mesmo com o AI-5 já em vigor. A cidade comemorava a vitória de Esmeraldo Tarquínio e preparava-se para a posse do eleito, que ocorreria em março de 1969. No entanto, este momento não aconteceu: dois dias antes de assumir, Tarquínio teve seus direitos políticos cassados⁴ e o seu vice, Oswaldo Justo (1926-2003), encaminhou sua carta de renúncia à Câmara Municipal.

Dessa forma, a cidade perdeu mais uma vez sua autonomia política, e os velhos e conhecidos prefeitos nomeados voltaram a ser uma realidade para o município, sendo o primeiro a inaugurar esta nova fase o general Clóvis Bandeira Brasil (1906-1982). Meses depois, em setembro de 1969, a cidade passaria a ser considerada “área de segurança nacional”. Foram longos 14 anos nesta situação.⁵

Em 1982, de acordo com a Lei nº 6.978, ocorreram eleições para governador e vice, senador e

4. No dia 1º de abril de 2014, a Câmara Municipal de Santos fez uma devolução simbólica dos mandatos dos ex-prefeitos e vereadores cassados, não somente durante a ditadura civil-militar, mas também durante o governo Dutra. O ato obedece ao Decreto Legislativo nº 41/2013, de autoria do vereador Dr. Evaldo Stanislau Affonso de Araújo, do Partido dos Trabalhadores (PT), em parceria com a Comissão da Verdade de Santos. Os prefeitos José Gomes e Esmeraldo Tarquínio estão nesta lista, além dos 14 vereadores assumidamente comunistas cassados em 1947 e que disputaram a eleição pelo Partido Social Progressista (PSP), do grupo de Luís Carlos Prestes – já que o Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi posto na ilegalidade naquela ocasião. São eles: Leonardo Roitmann, Vitorio Martorelli, Manoel Ferreira, José Félix da Silva, João da Conceição, Paulo dos Santos Cruz, Nelson de Toledo Piza, Manoel Teixeira Chaves, Benedito de Almeida, José Reinaldi Simeí, José Alonso Nunes, Aquilino Camião, Francisco Rodrigues Dias e Manoel Dias Veloso. “Câmara faz devolução simbólica”. <http://www.camarasantos.sp.gov.br/publico/noticia.php?codigo=5038> Acesso em 02/04/2014.

5. Além de Clóvis Bandeira Brasil, mais três prefeitos foram nomeados: Antônio Manoel de Carvalho (1974-1979); Carlos Caldeira Filho, do Grupo *Folha* (1979-1980) e, por último, Paulo Gomes Barbosa (1980-1984).

suplentes, deputados federais e estaduais, prefeito e vice, e também para vereadores. No entanto, por ordem do Governo Federal, Santos não teria eleição para prefeito naquele ano, mesmo havendo uma grande pressão por parte da imprensa local, dos vereadores da cidade e da própria população, pelo retorno à autonomia política.

Em resposta a anos de opressão, os moradores da cidade foram às urnas e conseguiram renovar a Câmara Municipal. Dos 19 eleitos, 11 eram do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), dois do Partido dos Trabalhadores (PT) e do PTB, e quatro do Partido Democrático Social (PDS). Mais da metade dos vereadores eleitos exerciam o cargo pela primeira vez e o PDS, partido de apoio à ditadura, perdeu força significativa na cidade.

Dessa forma, tinha-se configurado um novo quadro: de um lado, um prefeito nomeado, Paulo Gomes Barbosa (1980-1984)⁶ e do outro, uma Câmara Municipal disposta a lutar pela autonomia.

Os vereadores assumiram um discurso favorável à esta causa, mesmo àqueles que, no passado, apoiaram o Golpe de 1964. A intenção era clara: conquistar ou não perder o espaço político num momento em que a ditadura não estava mais em seu apogeu. O discurso do vereador Nobel Soares, do PT, expressa esse momento de luta pela autonomia junto à população.

(...) é chegado o momento desta Câmara desarquivar a comissão de vereadores criada com esse objetivo e começar a mobilizar a população no sentido de alcançar a autonomia que não é simplesmente o povo eleger prefeito, mas uma autonomia em que esse povo possa ter acesso às decisões, em que a classe trabalhadora possa participar das decisões tomadas e possa vir à Câmara cobrar benfeitorias para seu local de moradia [...] é hora de a nova Câmara organizar seu povo que deseja que conquistemos a autonomia para

Santos. Não podemos perder mais um minuto. Vamos convocar o povo para a luta que é de toda população (Ata da Câmara, 28 fev. 1983).

Durante as sessões na Câmara, as divergências partidárias eram evidentes. Os vereadores estavam interessados em ganhar visibilidade e projeção política em torno da luta pela autonomia.

Em 1979, os vereadores Adelino Rodrigues, Eduardo Castilho Salvador e Moacir de Oliveira,⁷ todos do PMDB, compunham a Comissão Especial de Vereadores (CEV) com o objetivo de discutir sobre a volta da autonomia e organizar movimentos pela cidade.

Os partidos estavam interessados na primeira Eleição Direta para prefeito que poderia ocorrer a qualquer momento. Ser *autonomista* era sinônimo de romper com a ditadura militar e lutar pela mudança social e política conquistada através do poder do voto, e todos os vereadores, naquele momento, consideravam-se defensores da causa.

Num determinado momento, ser autonomista parecia natural, até para políticos mais conservadores. A Câmara Municipal era o palco central dessa conversão progressiva, mas sabia-se que alguns dos recém-convertidos estavam apenas aproveitando a maré para manterem-se eleitoralmente viáveis (SANCHES. Entrevista concedida à autora, em 4 mar. 2013).⁸

Mesmo em uma fase em que os jornais publicavam matérias com críticas ao Governo Federal, dando a entender que a ditadura caminhava para o seu fim, de maneira firme e linear, percebe-se que a ala dos militares *linha dura* tentava desestabilizar o processo de Abertura política que ocorria no governo do presidente Figueiredo (1979-1985).

Como exemplo, observou-se o caso da Bomba do Riocentro⁹ e, em Santos, o Comando de Caça aos

6. Paulo Gomes Barbosa (1937-2011). Nasceu na cidade mineira de Jequitinhonha e faleceu em São Paulo, em decorrência de problema cardíaco. Ainda criança, passou a residir em Santos com sua família, no morro do Pacheco, em busca de melhores condições de vida. Ganhou visibilidade quando se tornou corretor de café e assumiu a Presidência da Bolsa Oficial do Café (1974-1977). Em 29 de Janeiro de 1980, filiado ao partido Arena, foi nomeado prefeito de Santos pelo governador Paulo Maluf, mantendo-se no cargo até 1984, quando entregou o mesmo para o prefeito eleito Oswaldo Justo, após a retomada da Autonomia. Foi mais tarde eleito vereador por três legislaturas, de 1996 até 2008. Cf. “Vai embora menino pobre que se tornou vitorioso”. *A Tribuna*, 20 mar. 2011. <http://www.novomilenio.inf.br/santos/poli1981b.htm> Acesso em 07/10/2013.

7. Moacir de Oliveira (1932-2013).

8. Virgínio Sanches mora no Rio de Janeiro e é diretor de uma empresa de consultoria de Comunicação Corporativa. Foi Superintendente de Comunicação e Sustentabilidade – UNIMED-Rio, até 2014. Trabalhou no jornal *A Tribuna*, de 1979 a 1986. A entrevista foi realizada por *e-mail*, com as perguntas prontamente respondidas pelo entrevistado.

9. N. do A. No dia 30 de abril de 1981, os militares da “linha dura” – insatisfeitos com o processo de abertura política que então se anunciava – planejaram um atentado para acabar com os *shows* de artistas da Música Popular Brasileira em homenagem ao Dia do Trabalho, no Rio de Janeiro. O plano era o de jogar bombas nos geradores de energia do evento (artefatos metálicos contendo em seu

Comunistas de Santos (CCCS) que impediu a livre circulação de jornais e revistas considerados subversivos, ou que agredissem à “moral e os bons costumes”, conforme carta publicada pelo jornal *A Tribuna*:

O Comando de Caça aos Comunistas de Santos (CCCS), unido e coeso aos nobres ideais da Falange Pátria Nova e das Brigadas Moralistas, já identificou o senhor e a sua empresa em nosso *index* como inocentes úteis dos vermelhos e dos imorais.

O CCCS adverte ao senhor, com a sua responsabilidade de proprietário de empresa distribuidora e/ou vendedora de periódicos, que, talvez sem saber, vem colaborando para o aumento da propaganda comunista e da literatura erótico-pornográfica em nosso país, distribuindo ou vendendo à população desta cidade (que um dia ensinou à Pátria a Liberdade e a Caridade), revistas obscenas [*sic*] e jornais marxista-leninistas.

Outras entidades patrióticas, semelhantes à nossa, estão também enviando um alerta semelhante a este, advertindo as pessoas para o clima de subversão política e de afronta à ordem moral da família brasileira. Algumas o fazem incorretamente, pois apenas advertem aos jornaleiros de bancas, simples revendedores economicamente mais fracos, quando os grandes responsáveis, na realidade, são os editores e os grandes distribuidores / vendedores, como o senhor e a sua empresa.

Assim, para o bem da nossa cidade, do nosso querido Brasil e do seu próprio futuro, exigimos que a sua empresa pare imediatamente de distribuir e/ou vender em Santos e nos municípios da Baixada Santista as seguintes publicações:

Jornais – *Preto no Branco* (Cooperativa dos Jornalistas de Santos), *Hora do Povo*, *Em Tempo*, *Pasquim*, *Movimento*, *Voz da Unidade*, *Voz Operária*, *Repórter*, *Luta Operária*, *Convergência Socialista*, *Lampião*, *Jornal do Gay*.

Revistas – *Ele e Ela*, *Playboy*, *Lui*, *Status*, *Homem*, *Close*, *Privé*, *Rose*, *Personal*, *Confissões*, *Eros*, *Fiesta*, *Exclusive* e demais revistas que tratem de assuntos eróticos e sexuais.

interior centenas de pregos e parafusos que, ao explodirem, seriam lançados sobre as pessoas que assistiam ao *show*, em sua maior parte formada por jovens, alvejando mortalmente a muitos). Mas, na noite da véspera do Primeiro de Maio, o planejamento do atentado não foi bem-sucedido e as bombas explodiram antes do tempo previsto, ainda dentro do carro onde estavam o sargento Guilherme Pereira do Rosário, que morreu na hora, e o capitão Wilson Machado, gravemente ferido na ocasião. Os militares tentaram acusar os grupos de esquerda e os radicais pelo atentado, mas, naquele momento, já não conseguiram convencer a opinião pública da autoria do mesmo.

Esperamos contar com a sua patriótica colaboração. Não advertiremos mais. Caso contrário, tomaremos atitudes drásticas (Comando CCCS. *A Tribuna*, 4 ago. 1980).

Esses casos demonstram a importância de se evitar o senso comum sobre este período sombrio da História do Brasil, conforme indicado na obra *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar* (2004), do historiador Carlos Fico. O período de Abertura política é associado como sinônimo de abrandamento das forças ditatoriais. No entanto, conforme os casos citados, ocorreu justamente o contrário.

Além desses dois casos relevantes, a censura às diversões públicas teve seu auge no final da década de 1970, conforme analisa Carlos Fico em um contexto de Abertura política, corroborando, assim, a importância de rever a história que foi produzida sobre a ditadura militar e as nuances durante os 21 anos de sua vigência (de 1964 a 1985) e, principalmente, os impactos produzidos nas cidades do Brasil, valorizando os estudos de História Regional.

A luta pela autonomia política de Santos foi um assunto amplamente discutido entre os vereadores da cidade durante o ano de 1983 e as divergências partidárias eram evidentes, conforme já citado.

O deputado federal Gastone Righi, do PTB, apresentou um Projeto de Lei sobre a volta da autonomia que foi aprovado, por unanimidade, em abril de 1983 na Câmara Federal, resultado de um acordo político de âmbito nacional com o PDS.¹⁰

Em junho de 1983, o projeto de Gastone Righi estava em pauta no Senado e acreditava-se que, por existir um acordo entre o PTB e o PDS ocorreria sua aprovação; mas, para a decepção dos vereadores e de um grupo de moradores da cidade que acompanharam a sessão, não houve *quórum* para a votação. O que significa, na linguagem política, um boicote ao projeto. Era algo já esperado, pois o PDS era maioria no Senado por conta do estabelecimento do Pacote de Abril de 1977, (MACIEL, 2004, pp. 103-104) que criou a figura dos

10. Enquanto o projeto tramitava na Câmara, os membros do PMDB em Santos, como forma de desestabilizar a liderança do PTB, encaminharam para o governador do Estado de São Paulo, Franco Montoro (1916-1999), uma lista tríplice com os nomes indicados para assumirem a prefeitura. São eles: José Antônio de Paiva, Luís Alberto Maia e Oswaldo Justo que, em 1969, não assumiu a prefeitura após a cassação de Esmeraldo Tarquinio.

“senadores biônicos”. A atitude do Senado foi avaliada pelo vereador Carlos Mantovani Calejon, do PDS, e Edmur Mesquita, do PMDB.

Calejon – [...]. É ridícula, é estapafúrdia, é caótica a posição do Senado Federal. É humilhante vermos um poder legislativo, como o Senado Federal de cócoras, de quatro a um poder que não tem o respaldo popular. É ridículo, é vergonhoso vermos intranquilidade, como brasileiros, vermos o Senado Federal totalmente atrelado a um homem que determina, que subjuga a vontade de um povo, como o povo de Santos. [...] um povo que deu a este Brasil a liberdade, um povo que aqui viu nascer os Andradas, que deram a este país a liberdade e a democracia (...)

Mesquita – O Senado Federal por se constituir numa Casa de leis, onde o PDS possui ampla maioria, com a atitude que tomou ontem, votando contra a autonomia de Santos, demonstra que o regime ainda continua alicerçado nos princípios fundamentais da arbitrariedade [...] (Ata da Câmara, 30 jun. 1983).

Os vereadores do PMDB, ao avistarem a situação política do momento, decidiram organizar um grande movimento popular que lhes garantiu credibilidade entre os moradores, a ponto de angariar a prefeitura de Santos na primeira eleição da cidade, após a conquista da autonomia. Um dos seus organizadores era o vereador Adelino Rodrigues, que foi o responsável por divulgar a causa da cidade para outras regiões. Como, por exemplo, quando foi ao estádio do Maracanã junto com alguns amigos para assistir à final do Campeonato Brasileiro entre Santos X Flamengo, e levou um sortimento de bolas que foram jogadas no estádio, com o seguinte lema impresso: “Autonomia para Santos”. (RODRIGUES, A. Entrevista concedida à autora, em 20 mar. 2012).

Os vereadores do PMDB criaram “pedágios” que ficavam em pontos estratégicos da cidade, com a finalidade exclusiva de arrecadar dinheiro e com o objetivo precípuo de levar uma “caravana de moradores” para acompanharem a segunda votação do projeto que estaria em pauta no Senado, em agosto de 1983. A população que diretamente era atingida pela ausência de eleições diretas contribuiu com a causa, e muitos comerciantes forneceram panfletos com explicações sobre a autonomia e estenderam faixas nos prédios para chamar a atenção da população para o assunto.

[Conseguimos] um enorme caixão de vidro fechado, só com uma parte aberta em cima para as pessoas

colocarem [o] dinheiro. E fomos a cruzamentos da cidade, pedindo. [Muitos] “xingavam” a gente, mas estávamos conscientizando as pessoas de uma coisa diferente. Inclusive, muitos vereadores na época: o vereador Moacir de Oliveira, nós, fizemos muito esses pedágios para recolhimento de dinheiro porque a nossa ideia era arrecadar recursos para ir à Brasília. Nós chegamos a rifar um automóvel, uma rifa, para arrecadar dinheiro para ir à Brasília (RODRIGUES, A. Entrevista, em 20 mar. 2012).

Entre os dias 31 de julho e 1º de agosto de 1983, 180 moradores de Santos viajaram em cinco ônibus, com todas as despesas pagas, graças à arrecadação feita nos pedágios, para pressionar a votação do projeto no Senado; mesmo sabendo, por antecipação, através de notícias publicadas nos jornais *A Tribuna* e *Cidade de Santos*, respectivamente, que dificilmente ocorreria uma aprovação.

O Conselho de Segurança Nacional está emitindo um parecer formal para que o presidente em exercício, Aureliano Chaves, decrete a autonomia de Santos ainda nesta semana. Essa decisão, anunciada ontem pelo líder do PDS, Nelson Marchesan¹¹ [*sic*], antecipou-se à apreciação do projeto autonomista hoje no Senado, pondo termo às cogitações de que a liberação ocorreria pela via legislativa ou mesmo com a votação de mensagem governamental pelo Congresso. (*A Tribuna*, 2 ago. 1983. p. 1 (Primeira Página).

O Palácio do Planalto deverá divulgar hoje decreto-lei do presidente em exercício, Aureliano Chaves,¹²

11. Nelson Marchezan (1938-2002). Político do Rio Grande do Sul, com passagens também pela Arena e Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), com mandatos como deputado estadual e federal. Foi líder do Governo Figueiredo.

12. Na ocasião, o presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo (1918-1999) estava afastado do cargo por problemas de saúde e seu vice, Antônio Aureliano Chaves de Mendonça (1929-2003), assumiu a Presidência da República em 1981 e 1983, respectivamente, sendo o primeiro civil a fazê-lo desde o Golpe de 1964. Desse modo, permaneceu por aproximadamente 30 dias no cargo e, neste curto espaço de tempo, decretou a autonomia de Santos. Anos antes, em 1981, já tivera a oportunidade de assumir a Presidência da República quando Figueiredo sofreu um infarto, mantendo-se por 49 dias na função. Durante este tempo, tomou decisões polêmicas quando, por exemplo, se negou a assinar um ato de expulsão de dois padres franceses – Aristide Camio e François Gouriou – que defendiam os posseiros de São Geraldo do Araguaia, no Pará, a ocuparem terras, desagradando à ala mais radical das Forças Armadas (que, no entanto, os fez cumprir pena de prisão por dois anos). Outra situação polêmica que envolveu a Aureliano Chaves foi quando, deputado federal pela Arena em 1968, votou contra o pedido do Governo Federal de processar o também deputado Márcio Moreira Alves (1936-2009) que, em um discurso no Congresso Nacional, fez críticas aos militares. Nota-se assim que Chaves, durante sua extensa trajetória política, adotou uma postura de certa forma autônoma, mesmo pertencendo ao partido de sustentação da ditadura

restituindo a autonomia política do município de Santos. [...]. Em consequência, o projeto do deputado petebista Gastone Righi, com o mesmo objetivo, e que deveria ser votado hoje pelo Senado em regime de urgência, ficará prejudicado. O PDS usará sua maioria para evitar a votação. A edição do decreto-lei – para que ouvido o Conselho de Segurança Nacional – representa o atendimento, pelo governo, de uma das três exigências formuladas pelo PTB como condição para a manutenção do acordo parlamentar com o PDS. (*Cidade de Santos*, 2 ago. 1983, p. 3).

A viagem até Brasília, inclusive sua volta para Santos, foi um verdadeiro ato festivo. A alegria dos moradores, as brincadeiras ocorridas durante 16 horas de estrada não desqualificaram a mobilização; já que expressões contidas e sisudas não significam necessariamente comprometimento com a causa.

Em um clima descontraído pode ocorrer uma maior chance de politização, mesmo daqueles que estavam como acompanhantes de suas esposas, maridos e filhos. Sobre esta questão, o historiador Luiz Antonio Dias, em sua tese de Doutorado, analisa os jovens manifestantes do movimento dos “caras pintadas”, favoráveis ao *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello.

Torna-se evidente que a participação em uma manifestação pelo seu aspecto de “festa” não é incomum, também é evidente que a politização é um fato que ocorre no transcorrer desse envolvimento, pois seria muito difícil o jovem manter-se totalmente alheio aos discursos, aos *slogans*, aos panfletos (DIAS, 2000, 157).

Os moradores ficaram no alojamento da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e preparavam-se para acompanhar a votação no Senado. Lá, foram informados que havia falecido um importante sindicalista e membro do Partido Comunista, Leonardo Roitmann,¹³ e decidiram batizar o movimento de “Caravana Autonomista Leonardo Roitmann”, em sua homenagem.

militar. Cf. “Morre o ex-vice-presidente Aureliano Chaves”. Disponível: <http://revistaepoca.globo.com/RevistaEpoca/0.EDR57165-6009.00.htm> Acesso: 18/10/2013.

13. Leonardo Roitmann (1917-1983). Presidente do Sindicato dos Empregados na Administração Portuária e um dos 14 vereadores eleitos pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1947, mas impedidos de assumir devido à cassação do partido. Faleceu quando a *Caravana Autonomista* estava em Brasília e os moradores que dela participavam resolveram homenageá-lo imediatamente, batizando a mesma com seu nome.

Em uma experiência anterior, quando os vereadores e um pequeno grupo de moradores foram impedidos de entrar com faixas na primeira votação do projeto no Senado, decidiram adotar uma estratégia diferente para demonstrar a decepção sentida quando souberam que o projeto não fora votado mais uma vez, por falta de *quórum*.

Como norma vigente, os homens deveriam usar paletó para entrar no Senado Federal e, aleatoriamente, alguns foram escolhidos para vestir as camisetas que estavam estampadas, cada qual com uma letra, e que formavam a frase: “Autonomia para Santos”. Sem transgredir às regras locais, usaram seus próprios corpos como “faixas vivas”, para demonstrar que estavam *pacíficos*, mas não *passivos* diante da situação.

A decepção tomou conta dos moradores, mesmo sabendo que dificilmente o Projeto de Lei seria aprovado pelo Legislativo. Então, dirigiram-se para o Palácio do Planalto para fazer uma manifestação e, assim que chegaram, foram surpreendidos com a notícia que a autonomia de Santos fora decretada por Aureliano Chaves.

Nesse dia a gente não levou faixa, a gente levou por baixo do paletó uma camisa branca com uma letra [cada], então formamos [o mote] “Autonomia para Santos”, lá em cima na galeria. Então cantamos o *Hino Nacional*, para variar, porque tinha que parar o trabalho. Cantou o *Hino Nacional* para tudo, a gente sabia que na Câmara era assim. Bom, mas não votaram o projeto. [...] descem dois jornalistas: Luiz Guimarães, que era na época da *Tribuna* e Virgínio Sanches [...] os dois balançando o braço com um papel na mão que tinha acabado de assinar o Aureliano Chaves, o Decreto que concedia a autonomia para Santos. [...] Dali para frente, nossa, acho que não teve um que não chorasse, naquele bolo de mais de duzentas pessoas. Foi assim muito forte (RODRIGUES, A. Entrevista, em 20 mar., 2012).

Tanto a perda da autonomia política de Santos, em 1969, como a sua restituição, em 1983, ocorrera por meio da assinatura de Decretos-Lei, uma prática de caráter ditatorial.

Art.1º – Fica revogado o Decreto-Lei nº 865, de 12 de setembro de 1969, que declarou o Município de Santos, no Estado de São Paulo, de interesse de segurança nacional.

§1º – O disposto deste artigo terá eficácia a partir da posse do Prefeito e Vice-prefeito eleitos.

§2º – Até a posse dos eleitos permanecerá o regime de prefeito nomeado, na forma da legislação que disciplina a matéria.

Art. 2º – A Justiça Eleitoral disporá sobre a eleição e posse do Prefeito e Vice-Prefeito do Município de Santos, Estado de São Paulo, cujos mandatos findarão juntamente com os dos Prefeitos e Vice-Prefeitos, eleitos em 15 de novembro de 1982.

Art. 3º – Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário. (Brasília/DF, 02 de agosto de 1983, 162º da Independência e 95º da República (*A Tribuna*, 3 ago., 1983. p. 1).

Nota-se que o prefeito nomeado, Paulo Gomes Barbosa, não foi destituído imediatamente do cargo – mas se manteria até à posse do prefeito eleito pela população –, ao estilo de uma abertura “lenta, gradual e segura”, como proposta por Ernesto Geisel, rumo à Redemocratização.

Algumas questões são levantadas com relação à iniciativa de Chaves: o Decreto foi assinado no mesmo dia diante da pressão dos manifestantes? Ou já estava assinado *antes* da votação? O presidente Figueiredo autorizou o mesmo? Os líderes da Caravana tinham a informação prévia que o Decreto seria concedido no dia 2 de agosto?

Nunca a gente vai saber. Há quem diga que foi por causa do barulho que a gente fez no Senado, o presidente queria saber o que estava acontecendo, tanta gente e tal, alguém falou para ele. O próprio [deputado federal] Gastone Righi, mesmo antes deve ter falado alguma coisa com ele, não sei. Eu sei que foi assinado na hora, segundo o que eles falaram, os jornalistas (RODRIGUES, A. Entrevista, em 20 mar., 2012).

Na memória dos participantes, a presença da Caravana foi determinante para o desfecho favorável a Santos, não importando o fato de a autonomia ter vindo por meio de um Decreto, conforme se pode notar no depoimento de Maria Alzira.¹⁴

Não fomos nem [um] pouco indisciplinados, sabe? Então, acho que isso [é o] que cativou o presidente. [O vice-presidente] Aureliano Chaves, da salinha dele, da salinha dele, ele estava assistindo tudo. E aí, ele assinou e deu. Tanto que o [presidente] Figueiredo não gostou. O Figueiredo na época se sentiu traído

porque ele assinou o decreto. Ele estava [*sic*] doente na época, ele operou (RODRIGUES, M.A. Entrevista concedida à autora, em 29 mar., 2012).¹⁵

O ex-sindicalista Benedito Furtado¹⁶ acredita que foi um “jogo de cartas marcadas”, já que a ideia seria mostrar o esforço da cidade em ir até Brasília para lutar pela sua autonomia, demonstrando que nada foi fácil para a cidade que, historicamente, foi marcada por diversas intervenções federais.

A Caravana, bem na verdade [*sic*], ela foi o ápice de todo um processo. Porque quando a Caravana já saiu daqui ela já sabia que ia trazer a autonomia. A gente já tinha essa noção, era uma coisa mais ou menos “entre aspas”, um “jogo de cartas marcadas”, a gente sabia. A ideia era valorizar este evento, valorizar essa conquista, porque foi uma conquista para [a] sociedade. A Caravana foi como quem diz: “nós vamos buscar a autonomia”. Não, ela não vai cair do céu, a cidade vai buscá-la, vai à Brasília e vai trazer essa autonomia (FURTADO. Entrevista concedida à autora, em 27 ago., 2012).

Os moradores viajaram para Santos no mesmo dia, 2 de agosto de 1983, sentindo-se vitoriosos no seu propósito de trazer a autonomia, mesmo que tenha sido conseguida via Decreto-Lei e fruto de um acordo entre o PDS e o PTB.

O jornal *Cidade de Santos* criticou o modo como ocorreu o retorno da autonomia para a cidade, e indagou: “Estamos diante de uma vitória da comunidade santista ou de uma derrota do povo que teve seu direito de cidadania negociado?” (*Cidade de Santos*, 1º ago., 1983. p. 5).

Por sua vez, o jornal *A Tribuna* destacou que os santistas poderiam aprender com os erros do passado para que se evitasse outra punição para a cidade. (*A Tribuna*, 3 ago., 1983. p. 2). No caso, o passado da cidade que se empenhou nas lutas trabalhistas foi considerado um “erro”, o que justificou a intervenção federal.

15. Adelino Rodrigues conseguiu o contato da dona de casa santista Maria Alzira e, durante a conversa realizada, disse à mesma que fazia parte do grupo de amigos de Adelino. Ela guarda em sua residência os jornais que abordam o retorno da autonomia à cidade de Santos e afirmou, por ocasião da entrevista, que nunca havia sido procurada antes para falar sobre o assunto. Seu marido, Emiliano, também participou da Caravana, mas por motivos de saúde não se recorda dos detalhes ocorridos.

16. Benedito Furtado foi eleito vereador em Santos pelo PSB, nas Eleições Municipais de 2016, para o seu quinto mandato.

14. RODRIGUES, Maria Alzira Castanho. Dona de casa e participante da *Caravana Autonomista*.

Uma grande multidão aguardava na Praça Mauá, em frente à Prefeitura, para receber os *caravanistas*. A cidade tinha pela frente um grande desafio: escolher seu prefeito após longos 14 anos de intervenção federal. No ano seguinte, em 1984, diversas manifestações ocorreram pelo Brasil em defesa das Eleições Diretas para presidente da República, com gritos e palavras de ordem como: “Diretas Já – O povo quer votar”.

A votação da Emenda Dante de Oliveira, que tinha por objetivo reinstaurar as Eleições Diretas para presidente no Brasil, foi derrotada na Câmara Federal. O cartunista Henfil,¹⁷ diante das negociações partidárias que elegeriam, indiretamente, no Colégio Eleitoral, a Tancredo Neves como presidente, afirmou: “*Isto era – Diretas Já*”, em referência ao apoio da revista *IstoÉ* a candidatura de Neves.

Em Santos, a tão esperada autonomia veio, embora pela assinatura de um Decreto-Lei, como forma de ofuscar a participação dos *caravanistas* e, também, como para demonstrar que a ditadura *ainda* tinha poder de decisão.

As *Diretas Já* e as *Diretas Já* santista integram o mesmo movimento pelo fim da ditadura militar, que encontrou formas de enfraquecê-la diante da pressão popular.

Além disso, a cidade sofreu outro golpe. A eleição marcada para acontecer em 18 de dezembro de 1983, de acordo com a determinação do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), foi adiada para o dia 3 de junho de 1984, conforme decreto presidencial, sob a alegação de que muitos candidatos ficariam de fora do pleito por não terem tempo mínimo de filiação partidária.

Mesmo com o poder ditatorial ainda vigente, e mostrando ser capaz de escolher *como* e *quando* a autonomia política viria, os moradores da cidade foram às urnas e elegeram Oswaldo Justo, do PMDB.

Das 106 cidades brasileiras que se encontravam, à época, como “área de segurança nacional”, Santos foi a primeira a reconquistar sua autonomia política. Assim, em julho de 2016, completou-se 32 anos da posse de Oswaldo Justo, o período mais longo da história da cidade com eleições democráticas e consecutivas para prefeito.

17. Henrique de Souza Filho, Henfil (1944-1988). Com colaborações em diversos veículos da imprensa brasileira, o jornalista, cartunista, quadrinista e escritor mineiro Henfil atuou nos jornais *Última Hora*, *O Pasquim* e *Jornal do Brasil*, e na revista *IstoÉ*, entre outros, além de publicar diversos livros.

Referências

- A reconquista de um direito. *A Tribuna*. Santos, 3 ago., 1983, p. 2.
- ARAUJO, Dayane Santos. A discussão da autonomia política da cidade de Santos/SP em 1983: o acordo partidário entre PTB-PDS e a pressão popular da Caravana Leonardo Roitmann. In *XXVI Simpósio Nacional de História – Conhecimento Histórico e Diálogo Social* (ANPUH), Natal/Rio Grande do Norte, 2013.
- . *A luta pela autonomia política da cidade de Santos: da Caravana Leonardo Roitmann à posse de Oswaldo Justo (1983-1984)*. 208f. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP.
- Atas da Câmara – Arquivo da Câmara Municipal de Santos. 28 fev. e 30 jun., 1983.
- Ato Institucional nº (AI-5). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm Acesso: 20/04/2014.
- Autonomia outorgada”. *Cidade de Santos*. Santos, 1º ago., 1983, p. 5.
- BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, 1937. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao37.htm Acesso em 21/04/2013.
- Câmara faz devolução simbólica. <http://www.camarasantos.sp.gov.br/publico/noticia.php?codigo=5038> Acesso em 02/04/2014.
- DADOS da Prefeitura de Santos. <http://www.santos.sp.gov.br/conheca-santos/dados-gerais> Acesso em 04/11/2013.
- Decreto sai a qualquer momento. *A Tribuna*. Santos, 2 ago., 1983, p. 1.
- DIAS, Luiz Antonio. *A Geração Cara Pintada: a participação dos jovens no processo de Impeachment*. 2000. 269f. Tese (Doutoramento em História). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, UNESP-Assis, Assis/SP.
- FICO, Carlos. *Além do golpe. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. 1º ed., Rio de Janeiro:Record, 2004.
- FURTADO, Benedito. Ex-sindicalista e vereador do PSB. Entrevista concedida à autora, em 27 ago., 2012.
- GITAHY, Maria Lucia Caira. *Ventos do mar. Trabalhadores do Porto, movimento operário e cultura urbana em Santos, 1889-1914*. 1º ed., São Paulo:Edit.da UNESP, Santos/SP:Prefeitura Municipal de Santos, 1992.
- GONÇALVES, Alcindo. *Lutas e Sonhos: cultura política e hegemonia progressista em Santos (1945-1962)*. 1º ed., São Paulo:Universidade Estadual Paulista. UNESP, Santos/SP:Prefeitura Municipal de Santos, 1995.
- Governo concede autonomia a Santos. *Cidade de Santos*. Santos, 2 ago., 1983, p. 3.
- Grupos de direita fazem ameaças. *A Tribuna*. Santos, 4 ago. 1980. <http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0053.htm> Acesso em 02/06/2013.

- MACIEL, David. *A Argamassa da Ordem: da Ditadura Militar à Nova República (1974-1985)*. 1º ed., São Paulo:Xamã, 2004.
- Morre o ex-vice-presidente Aureliano Chaves. <http://revistaepoca.globo.com/RevistaEpoca/0.EDR57165-6009.00.htm> Acesso em 18/10/2013.
- O decreto, nas mãos dos repórteres. *A Tribuna*. Santos, 3 ago., 1983, p. 1.
- RODRIGUES, Adelino. Ex-vereador santista do PMDB. Entrevista concedida à autora, em 20 mar., 2012.
- RODRIGUES, Maria Alzira Castanho. Dona de casa. Entrevista concedida à autora, em 29 mar., 2012.
- SANCHES, Virginio. Jornalista e fotógrafo. Entrevista concedida à autora, em 4 mar., 2013.
- SILVA, Ricardo Marques da; ALEXANDRINO, Carlos Mauri. *Sombra sobre Santos: O longo caminho de volta*. 1º ed., Santos/SP:Secretaria Municipal de Cultura, 1988.
- TAVARES, Rodrigo Rodrigues. *A “Moscouzinha” brasileira. Cenários e Personagens do Cotidiano Operário de Santos (1930-1954)*. 1º ed., Coleção Histórias da Repressão e da Resistência, v. 6, São Paulo:Humanitas/FAPESP, 2007.
- Vai embora menino pobre que se tornou vitorioso. *A Tribuna*. Santos, 20 mar., 2011. <http://www.novomilenio.inf.br/santos/poli1981b.htm> Acesso em 07/10/ 2013.
- Vai embora menino pobre que se tornou vitorioso. *A Tribuna*, 20 mar., 2011. <http://www.novomilenio.inf.br/santos/poli1981b.htm> Acesso e 07/10/ 2013.

TRAJETÓRIAS DE LUTA E DE ORGANIZAÇÃO POPULAR POR MORADIA NA PERIFERIA DE SÃO PAULO NO PERÍODO DA DITADURA MILITAR NO BRASIL (1964-1985)

Edimilson Peres Castilho*

A partir da década de 1950, período de consolidação da estrutura produtiva urbano industrial brasileira, cidades como São Paulo, que concentravam boa parte dessas indústrias, tornaram-se grandes centros populacionais do país. Para a crescente industrialização, exigia cada vez mais um número maior de trabalhadores que, advindos de outras regiões do país, buscavam emprego nas indústrias que haviam se instalado na cidade.

Entretanto, ao chegar à cidade, esses trabalhadores impedidos de morar na região central devido aos elevados custos da habitação, em comparação com seus baixos salários que não incorporavam o custo da moradia¹, foram obrigados a se deslocar para os bairros distantes do centro da cidade em busca de abrigo, conformando o que atualmente é classificado como periferia de São Paulo.

Com a intensa industrialização centrada no Departamento III (bens de consumo duráveis), com destaque para a indústria automobilística, especialmente a partir do governo do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1961), a região leste do município de São Paulo tornou-se preferencialmente o local de convergência residencial da classe trabalhadora. Tal fato está associado a proximidade dessa região com os grandes polos industriais instalados em

municípios limítrofes, com destaque para as cidades de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Guarulhos.²

Entretanto, nesse período de ampla intervenção estatal para a instalação industrial, os maciços contingentes populacionais que iriam formar o *exército industrial de reserva* nos grandes centros urbanos não recebiam incentivos ou subsídios para a aquisição da casa própria ou moradia, agravando o acesso a habitação.

Concomitantemente ao surgimento de diversos bairros nas regiões mais distantes do centro da cidade, muitos deles originados de loteamentos precários erguidos por meio da autoconstrução³, também surgiam as associações de amigos do bairro “como resultado da aglutinação dos moradores das áreas pobres da cidade para fins de ajuda mútua, passando, em certas circunstâncias, a mobilizar a população para reivindicar maior participação no usufruto do que se pode denominar de ‘bens coletivos’ da comunidade urbana” (SINGER; BRANT, 1980, p. 85).

Os movimentos de bairro da periferia de São Paulo surgiram inicialmente com a formação das Sociedades de Amigos de Bairro (SAB) durante a década de 1950, período de intenso crescimento populacional da cidade gerado pelo forte processo de migração. Na medida que a classe trabalhadora se deslocava em busca da moradia nos novos loteamentos e se deparava com a falta de infraestrutura urbana e de equipamentos comunitários, engajava-se na luta popular para

* Doutor (2015) em História Social – PUC/SP. Professor e Pesquisador do Instituto Bixiga. Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Ibirapuera (UNIBI). Professor de Especialização em História, Sociedade e Cultura da PUC-SP e do Curso de Especialização em Arquitetura e Urbanismo do SENAC-SP. Contato: edimilson@gmail.com.

1. Em 1943, quando o Estado instaurou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a base de cálculo para estabelecer o valor do salário mínimo, não foi incorporada no custo de reprodução da força de trabalho a cota real correspondente ao acesso à habitação, mas apenas o mínimo necessário à subsistência do trabalhador. Para maior aprofundamento nesse assunto ver: (CASTILHO, 2015, p. 45).

2. Importa destacar que a expansão urbana da cidade de São Paulo estruturou-se primeiramente em torno dos eixos de circulação ferroviária, seguido dos trajetos rodoviário, que balizaram o surgimento de regiões tipicamente industriais, para onde os trabalhadores seguiram à procura de emprego e de terrenos baratos para erguer a moradia próximo aos centros de produção industrial.

3. Autoconstrução é o processo produtivo de construção da moradia que é erguida pelos próprios trabalhadores que vão residir-la, mediante o prolongamento da jornada de trabalho, contribuindo com a extração de seu custo na composição salarial e aprofundando a superexploração da força de trabalho.

pressionar a instalação desses serviços urbanos, que quase sempre ocorria posteriormente à construção das moradias, reforçando novas formas de organização social, de lutas e resistências dos trabalhadores.

A partir da década de 1960, período de instauração da ditadura militar no Brasil, iniciou-se um intenso processo de aprofundamento do padrão de acumulação capitalista urbano industrial e, conseqüentemente, um maior desenvolvimento do parque industrial da cidade de São Paulo concomitante ao empobrecimento da classe trabalhadora superexplorada.⁴

Também nesse período de forte repressão militar à mobilização popular, sindicatos foram fechados, lideranças comunitárias presas e os movimentos sociais passaram a ser constantemente perseguidos. Mas a falta de moradia e a generalizada precariedade urbana da periferia da cidade, provocada pela insuficiência de equipamentos de saúde e educação, pela dificuldade de acesso e transporte, pela dificuldade de abastecimento da população, provocou a ampliação de centenas de organizações sociais que resistiram bravamente à repressão da ditadura militar.

Nesse cenário de crise urbana e habitacional, a intervenção do Estado no setor habitacional tornou-se uma estratégia para industrialização, visto que seu acesso implicaria em uma redução do custo de reprodução da classe trabalhadora, favorecendo o rebaixamento dos salários da indústria e amenizando as tensões sociais pelo acesso à casa própria. Com isso, tornou-se frequente a intervenção do Estado no ajuste do espaço urbano, visando criar condições para a instalação da indústria no Brasil, bem como criar condições para o “assentamento” habitacional da classe trabalhadora empregada nesse setor.

Em 1964, foi criado o Banco Nacional da Habitação (BNH), órgão central, normativo e financiador do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e do Sistema Financeiro de Saneamento instaurado pela ditadura militar.

A partir de 1967, o BNH passou a atuar com recursos originários do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), fundo criado pela ditadura militar em 1966 constituído pela contribuição compulsória de

8% dos salários dos trabalhadores regidos pela CLT em substituição à estabilidade de emprego. Com isso, a Política Nacional da Habitação da ditadura militar foi executada com recursos estáveis e permanentes provenientes da contribuição compulsória do salário do trabalhador. Desde então, o FGTS tornou-se o principal recurso para a expansão do crédito habitacional e dos serviços de infraestrutura urbana nas cidades brasileiras, transformando a própria classe trabalhadora em um expressivo promotor do desenvolvimento urbano no Brasil.⁵

Segundo a definição da lei de criação do BNH, sua função era estimular a construção de habitações de interesse social e o financiamento da aquisição da casa própria pela população de baixa renda. Mas após a década de 1970, o banco diminuiu seus investimentos em programas de habitação popular e passou a concentrá-los no financiamento de habitação de alto custo. Ou seja, mais do que resolver o problema da crise da habitação para população de baixa renda, a política habitacional da ditadura militar visava aprofundar a expansão capitalista nas áreas urbanas e estimular o mercado de crédito imobiliário apoiado na política de financiamento habitacional. Além disso, a construção de milhares de unidades habitacionais contribuiu com o aquecimento da indústria da construção civil e com maciça transferência dos recursos do financiamento habitacional para as empresas privadas, constituídas num monopólio de grandes construtoras e incorporadoras. Até a extinção do BNH em 1986, apenas 33,6% dos seus recursos foram investidos em programas de financiamento habitacional destinados às famílias com renda salarial entre um e cinco salários mínimos, agravando o acesso à casa própria. (Cf. CASTILHO, 2015, p. 55)

Nesse ambiente de carência e empobrecimento da classe trabalhadora residente na periferia de São Paulo, resultante da política de rebaixamento salarial e de concentração de renda da ditadura militar, assistiu-se a uma ampliação e fortalecimento dos movimentos populares, que se tornou mais intenso e atuante no processo de reivindicação por moradia, saúde, educação, infraestrutura e transporte urbano.⁶

4. “A superexploração do trabalho trata-se do resultado perverso da plataforma econômica brasileira, aprofundada especialmente no período da ditadura militar. Traduz-se em expedientes, muitos deles tratados ao longo de nosso trabalho, que constroem amplas camadas da população brasileira a miséria absoluta, cuja reprodução da vida está abaixo do limite físico e espiritual”. (CASTILHO, 2015, p. 17).

5. Atualmente, o FGTS que é operado pela Caixa Econômica Federal, responsável por centralizar, controlar e estabelecer procedimentos para os recolhimentos dos trabalhadores, continua a financiar os investimentos do setor habitacional e de infraestrutura urbana com empréstimos expressivos a bancos ligados a esses setores, com destaque para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

6. Importa citar a importante trajetória do Movimento do Custo de

Assim como em toda a periferia de São Paulo, sobretudo na região leste, aos poucos iam se formando associações de moradores, grupos de fábricas, clubes de mães, clubes de jovens, comunidades de base e as mais diversas organizações de diferentes setores sociais, a partir de diferentes temas, tornando a sociabilidade local entre seus membros como premissa para formas autônomas de organização popular.

Isso demonstrou que ao contrário daquela imagem da classe trabalhadora brasileira negativa e subordinada, o que se viu foi uma classe que, migrando em massa para as periferias das metrópoles, buscava empenhar toda sua energia coletiva em transformar espaços precários em lugares habitáveis. Desse modo, ao contrário da tendência a um imobilismo social, esses trabalhadores questionaram e discutiram a questão urbana e habitacional, fundaram movimentos, organizações e instituições, comprovando que sua perspectiva de classe não havia desaparecido para dar lugar a uma perspectiva individualista.

Esses movimentos populares reivindicavam creches, escolas, saúde e transporte urbano, muitas vezes por meio de atos de manifestação no centro e na periferia da cidade, forçando a abertura de negociações com o poder público, que aos poucos ia atendendo reivindicações, por pressão desses movimentos.

Também na década de 1970, em razão da repressão da ditadura militar, que bloqueou os canais institucionais de participação popular, os movimentos populares puderam atuar de maneira mais intensa por conta de um espaço institucional de proteção, e que na periferia de São Paulo foi proporcionada pela igreja católica por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Em diversos bairros da periferia, as CEBs tornaram-se a organização central dos movimentos populares, ampliando o debate e a reflexão crítica para além das reivindicações locais.

A multiplicação das CEBs por toda a Grande São Paulo, principalmente nos bairros operários, suscitou um novo movimento de lutas locais ao mesmo tempo em que retoma as reivindicações já clássicas das SABs, por serviços urbanos - transporte, saneamento, assistência à saúde etc. - levanta novas bandeiras, que tendem a extravasar o âmbito puramente local,

unificando e mobilizando a população da periferia em torno de objetivos mais amplos (SINGER; BRANT, 1980, p. 85).

Essa influência das CEBs na constituição dos movimentos populares da periferia de São Paulo também é bem marcante na formação do Complexo Habitacional de Cidade Tiradentes, conforme descrito pelas moradoras do bairro localizado à trinta e cinco quilômetros do centro na região leste da cidade:

Era um começo de tudo, ai aos poucos foi tendo essa necessidade de tudo, porque não tinha padaria, não tinha posto, não tinha nada. Ai foi quando veio os movimentos, ai começou os movimentos populares. (...) Eu acabei passando a me envolver com os movimentos através da igreja católica, que veio as “Irmãs Xaverianas” para cá pro Santo Cristo [instituição].⁷ E foram elas que começaram junto com os padres a montar as comunidades eclesiais de base, entendeu? As comunidades eclesiais de base foi aonde veio, batendo de porta em porta, os padres celebravam nos quintais, e foi onde começou a surgir os “grupos de rua”. (...) Então os padres iam nas casas, eles celebravam missas nas casas. Aí surgiu a vontade de se construir a comunidade, a igreja. Aí o povo ia na luta. Aí não tinha terreno. Aí os padres, junto com a comunidade, invadia os terrenos (PETELIN, entrevista concedida ao autor, 2015).

O movimento social nasceu da igreja católica, dos padres redentoristas da época que estavam em Cidade Tiradentes. Aí nós criamos o Movimento de Defesa de Cidade Tiradentes, que era o nosso MDT. Foi criado esse movimento, que aí nesse movimento, a gente tinha os vários segmentos que eram a moradia, educação, saneamento, transporte. E aí eu comecei a participar definitivamente da história do movimento. Da luta do movimento de Cidade Tiradentes. Aí a gente organizou isso. Aí a gente teve muita demolição na Cidade Tiradentes. (...) De casa, porque? Porque as pessoas, a Cohab deixou muitos espaços vazios, ela construiu um pouquinho ali, outro pouquinho ali e outro pouquinho ali. Então tinha muito espaço vazio, muita área vazia, muito lote vazio. E as pessoas não tinham moradia, como eu não tinha. Eu morava na casa da minha irmã, depois eu fui pagar aluguel, porque a casa já não suportava mais, e ela teve mais uma criança, e eu tinha que cuidar da minha vida. (...) Então eu não tinha onde morar, eu pagava aluguel. Era um sofrimento na vida porque eu não trabalhava.

Vida (MCV) na periferia de São Paulo, nascido nos idos dos anos 1970 e só possível graças à união cada vez maior dos trabalhadores, com destaque a contribuição das mulheres, contra a elevação do custo de vida no período da ditadura militar. Sobre esse assunto ver: (CASTILHO, 2016, p. 259).

7. A Ação Comunitária Senhor Santo Cristo é uma instituição social fundada em 20 de abril de 1986 e bastante atuante no *Complexo Habitacional Cidade Tiradentes* até os dias atuais.

Eu não tinha como trabalhar na época, eu não tinha mesmo. Dependia de um salário de cobrador de ônibus que era o pai dos meus filhos, e a gente não tinha mais condições de pagar aluguel. Quando a gente decidiu, dentro das igrejas, numa assembleia, que nós íamos ocupar os espaços pra construir as igrejas das comunidades que estavam espalhadas na Cidade Tiradentes, porque a gente não tinha lugar, então nós fomos procurando pontas de rua e fomos construindo as igrejas. (...) Quando a gente começou a construir, aí eu construí também a minha casa. E da minha casa nasceu a igreja que é de frente à minha casa, porque era tudo guardado na minha casa, cimento, as coisas. A minha casa passou a ser o ponto de referência daquele setor onde eu morava pra comunidade. (...) E foi aí que eu construí minha casa, quando eu ocupei o meu pedaço de terra (ANDRADE, entrevista concedida ao autor, 2015).

Na medida em que aumentava a mobilização popular para a construção das igrejas e de outros equipamentos comunitários na periferia, com a participação das CEBs e de associações locais, cresciam também o número de moradias autoconstruídas por meio da cooperação entre integrantes da família, amigos e vizinhos, nos finais de semana e horas de folga do trabalho remunerado.

Quando meu marido recebeu a recisão dele foi quando nós decidimos que com aquele dinheiro nós íamos comprar material pra construir a nossa casa. Nós compramos, na Estrada do Iguatemi - aqui na Ragueb Choffi, já tinha essas fábricas de blocos, já tinha. Já tinha as olarias tudo lá no fundinho, tudo pequenininhas. Nós compramos tudo lá na fábrica. Nós pegamos o dinheiro todinho que ele recebeu, fomos lá e compramos. Se a gente parcelasse a gente não tinha como pagar. (...) Mas a gente não tinha dinheiro pra pagar pedreiro. Então o que aconteceu? Juntou os vizinhos, todos os amigos, todos os vizinhos que a gente já tinha, porque era uma legião de amigos e vizinhos, e nós começamos a fazer nossa casa nesse regime de mutirão. Tanto que as paredes da minha casa são totalmente torta, é tudo precário, tá tudo rachando. Porque a gente não conseguia, se a gente colocasse muito cimento nas paredes ia acabar com o cimento pra terminar a casa. A gente não conseguiu comprar ferragens pra sustentar a casa do jeito que precisava. Ai foi feito tudo na gambiarra. Fulano que entende um pouco de eletricidade foi lá e fez a instalação. Fulano que levanta um bloco, cada dia tinham dois e três diferentes que nunca tinham assentado um bloco na vida pra fazer as paredes de casa (ANDRADE, entrevista concedida ao autor, 2015).

Posteriormente, a trajetória de luta dos trabalhadores continuava através das reivindicações pela permanência dessas moradias que, mesmo em locais precários, garantiam a redução do custo de reprodução social com o fim do aluguel.

Aí foi quando veio a luta pra manter essas casas. Lá naquele pedaço foi esse tanto de gente. Aí ali tinha outro tanto de gente. Aqui em minha esquina tinha outro tanto de gente. E foi pipocando ocupações em tudo que era ponta de rua que a Cohab deixou desocupada. E veio as ordens de despejo. Foi quando veio as ordens de despejo pra todo mundo sair. Veio os processos. Eu acho que em 90. Eu tinha acabado de construir a minha casa em 89, quando a gente acabou de mudar pra casa, um pouco tempo depois eu recebi minha ordem de despejo, de reintegração de posse. Aí foi a época que a gente fez o movimento popular mais fortalecido de Cidade Tiradentes. Porque aí nós fomos pra rua. Nós fizemos três passeatas. Nós chamamos a imprensa. Nós fomos, nós viramos o mundo (Idem, 2015).

Essa também era a principal reivindicação dos movimentos de representantes dos favelados de São Paulo, constantemente perseguidos com as políticas de remoção de favelas da ditadura militar.

Um dos grupos sociais cujos direitos são mais frequentemente violados é o dos favelados, constantemente ameaçados de despejo de suas precárias moradias. Para defendê-los a Comissão de Direitos Humanos se uniu com a Associação dos Assistentes Sociais (APASP). Em maio de 1979, reuniram-se os representantes de 11 favelas e se abriu a perspectiva de se realizar um Congresso dos Favelados da Grande São Paulo. Três meses mais tarde se constituiu o Movimento das Favelas de São Paulo, numa reunião da qual participaram 2.000 pessoas, representando 70 favelas da região de Santo Amaro. Suas reivindicações principais são moradia, água e luz. No mês seguinte, cerca de 100 favelados foram a Prefeitura e exigiram se avistar com o alcaide para apresentar estas exigências. Em “clima de guerra”, o prefeito se recusou a recebê-los e um secretário prometeu um plano para distribuição de água e luz. A mobilização dos favelados prossegue, atingindo a zona leste e outros pontos da periferia da cidade (SINGER; BRANT, 1980, p.85).

Segundo Rolnik, o surgimento dos primeiros loteamentos classificados como favelas⁸ na cidade de

8. Segundo o Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), desde o

São Paulo ocorreram na década de 1940, fato que teve contribuição do congelamento de aluguéis nesse período (ROLNIK, 1999, p. 203). Nas décadas seguintes, o surgimento de favelas na cidade se intensificou. Entretanto, no final da década de 1970, em consonância com a participação dos movimentos populares na periferia de São Paulo por melhores condições de vida, o grande número de pessoas residindo em favelas na cidade engrossou a luta pela moradia, que forçou a prefeitura de São Paulo a abandonar as políticas de remoção e desfavelização, baseadas na ideia de temporalidade da favela. “A partir daí as políticas públicas para as favelas passaram a considerá-las como fenômeno da urbanização, integrante da paisagem da cidade. Tal percepção coincidia com as primeiras mobilizações dos movimentos de representantes dos favelados, os quais reivindicavam o acesso às benfeitorias mínimas, em oposição às ideias do desfavelamento” (FRANÇA, 2009, p. 30).

Na periferia de São Paulo, os movimentos de representantes dos favelados surgiu na região sul da cidade, onde os movimentos de moradia iniciaram um amplo processo de apossamento das áreas desabitadas de proteção ambiental dos mananciais conformados pelas represas Guarapiranga e Billings. Posteriormente, os movimentos de representantes dos favelados emergiu na região leste da cidade, resistindo e forçando a permanência dessas moradias precárias que serviam como único abrigo para sobrevivência na metrópole.

Em 1980, com a consolidação do padrão periférico de crescimento urbano, mais de um terço da população da cidade de São Paulo residia na região leste⁹. E em cada distrito, bairro ou vila dessa região, era crescente o número de associações e organização sociais fundadas pela forte atuação dos movimentos populares, transmitindo a essa região da cidade uma identidade própria como referência de organização e

mobilização popular (Cf. MARCHIONI, 2011, p. 62). Entretanto, é importante ressaltar que anteriormente a esse período de eclosão de novas formas e estratégias de lutas na região leste, as bases iniciais estavam constituídas e sedimentadas por várias décadas de manifestação e organização popular. Assim, consideramos que “a zona Leste, ao longo de sua trajetória histórica, acumulou uma experiência de lutas e de organização popular, que se evidenciaram num processo ascendente, em determinados períodos, e em refluxo, em outros” (CARREIRA, 2007).

Em função à crise da moradia na cidade de São Paulo, e mais particularmente na região leste, onde muitos trabalhadores não conseguiam se inscrever no financiamento habitacional das companhias de habitação popular da ditadura militar¹⁰, a principal reivindicação dos movimentos populares era o acesso à habitação. Todavia, a elevação do custo da moradia provocava uma dispersão urbana para loteamentos cada vez mais distantes da periferia, muitos deles instalados sem as mínimas condições de infraestrutura urbana, como ocorreu nos conjuntos de habitação popular financiados em Cidade Tiradentes na região leste da cidade.

Era um local totalmente abandonado. (...) Quando eu cheguei, a gente pegava uma linha de ônibus da empresa Tabú. A gente pegava lá no metrô Tatuapé. Tinha essa linha de ônibus no metrô Tatuapé, que a última estação do metrô era no Tatuapé nessa época. (...) Tinha um perua clandestina movida a gás de botijão de cozinha, que ia pra São Mateus, e outras que iam pra Guaianases. Fora isso a gente não tinha locomoção na Cidade Tiradentes. Então a viação Tabú fazia Tatuapé até Cidade Tiradentes, chegava até onde o pessoal falava que era o meia cinco, que é no final da Avenida dos Metalúrgicos. O ponto final era ali. Quando eu cheguei aqui, a gente tinha o posto de saúde Glória que era um pronto atendimento. Era um P.A., era um pronto atendimento, era o nosso pronto socorro. Era um posto de saúde que funcionava vinte e quatro horas por dia. Então tudo era lá, tudo era lá, desde gente baleada, esfaqueada, com dor de barriga, dor de cabeça, febre, era tudo atendido lá que era o nosso hospital, na verdade, na Cidade Tiradentes. Era o que a gente tinha (ANDRADE, *idem*, 2015).

Como se vê, enquanto o Estado priorizava os investimentos urbanos em regiões mais valorizadas de

Censo Demográfico de 1991, o termo favela é classificado, de forma conservadora, como “aglomerado subnormal”, que abarca uma diversidade de “assentamentos irregulares” denominados como: favela, invasão, grota, baixada, comunidade, vila, ressaca, mocambo, palafita. Ainda segundo o IBGE, o aglomerado subnormal é “um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas etc.) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa” (CASTILHO, 2015, p. 231).

9. Em 1980, os distritos que compunham a região leste contavam com 2.823.591 habitantes, o que correspondia a quase 33,24 % do total da população da cidade de São Paulo, que possuía 8.493.226 habitantes (CASTILHO, 2015, p. 95).

10. Sobre a atuação da Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (COHAB-SP), que concentrou a construção de conjuntos de habitação popular na região leste da cidade de São Paulo, ver: (CASTILHO, 2015, p. 66).

domínio do setor privado especulativo, a intensa expansão urbana da periferia não foi acompanhada pela criação de uma rede de serviços urbanos para atender a classe trabalhadora, visto os elevados custos desses serviços que não deveriam concorrer com os investimentos direcionados ao setor industrial. Mesmo assim, grande parte desses serviços de saúde, educação, saneamento e transporte foram conquistados pela mobilização popular.

Uma coisa que é horrível aqui é a saúde. A gente tem um bruto de um hospital construído, uma vitória nossa, que nós fizemos tantas e tantas listas de abaixo-assinados. Foi assim uma luta de anos, anos e anos, que a gente veio, veio e veio, aí consegue construir, tá aí. E as pessoas passam de doze a treze horas esperando pra atendimento médico no hospital. É uma coisa absurda! É uma coisa absurda! É grande, equipado, mas não tem médico (Idem, 2015).

Teve uma época que entregou, ali perto da Subprefeitura [sede administrativa localizada na Estrada do Iguatemi], que já é Itaquera, mas como era mais próximo de Cidade Tiradentes, uma leva de prédios com mais ou menos 500 famílias. E não tinha uma escola. Onde os meninos iam estudar? Em Cidade Tiradentes! As escolas já estavam super lotadas e o que a gente precisou fazer? A gente precisou fazer uma briga grande. Pra... aí a solução que teve foi colocar ônibus pras crianças estudar em Itaquera, porque não tinha escola [em Cidade Tiradentes] (ALMEIDA, idem, 2015).

Aos poucos, uma série de reivindicações dos movimentos populares da região leste pelo acesso à infraestrutura urbana, pela educação e principalmente pela saúde, conseguiram algumas conquistas, transformando essa região em uma referência de organização social da classe trabalhadora na periferia de São Paulo.

Uma coisa que a gente tem muito positivo é isso [os movimentos populares]. Quando tá “gritando” algumas demandas, a gente se reúne. E através do fórum, principalmente na área da infância, hoje tá muito forte também a área da saúde, o pessoal da saúde se mobiliza bastante e Cidade Tiradentes, acaba sendo uma referência nos movimentos, principalmente da infância e da saúde. Porque a gente não fica só em Cidade Tiradentes, a gente vai pra fora brigar pela Cidade Tiradentes, a gente vai pra Câmara Municipal, a gente vai pra Brasília (Idem, ib.).

Escolas, se eu não me engano, eram oito escolas na Cidade Tiradentes, entre estadual e municipal. E tinha apenas quatro unidades de educação infantil, que era creche, que hoje é centro de educação infantil. Então tinha quatro unidades de creche na Cidade Tiradentes pra aquela imensidão de gente que já habitava Cidade Tiradentes. Tinha muita questão da falta de infraestrutura, de esgoto, principalmente com a SABESP. Então a gente fez um trabalho muito intenso com relação à SABESP, porque era muito esgoto estourado, era muita boca de lobo suja, era muito precário (ALMEIDA, idem, 2015).

A época de 90 foi a época da força do movimento popular, né. A gente tinha uma força muito grande. Aqui na Cidade Tiradentes, a gente tinha o MDT [Movimento de Defesa de Cidade Tiradentes]¹¹ que era reconhecido, que era assim, onde a gente chegava, porque nós estávamos muito organizados. Nós trouxemos o secretário de transportes pra Cidade Tiradentes, pra um espaço pequeno que ficou, porque tinha muita gente pra conversar com ele, pra discutir transporte. A gente trouxe o secretário de saúde pra discutir saúde. Isso na época de 90, onde as coisas eram mais (...) ditador. A gente conseguia fazer. A gente conseguiu fazer um ato na Caixa Econômica Federal na Avenida Paulista pra reivindicar as escolas, novas escolas. Tanto é que tinha só nove escolas e foram construídas mais um tanto de escolas na Cidade Tiradentes por conta disso, que a Caixa Econômica Federal precisava liberar dinheiro. (...) A gente teve muita participação, mas tudo isso muito ligado à igreja católica. A gente tinha um movimento social muito bem organizado, mas era uma igreja católica muito mais comprometida (CASTILHO, 2015, p. 216).

Também por pressão dos moradores da região leste, as reivindicações dos movimentos populares pelo acesso à moradias e pela regularização fundiária também tiveram conquistas.

Um segundo movimento que começou aqui na Zona Leste e que conseguiu ser uma política pública foi o da moradia. Em 1987, 33 mil famílias ocuparam terras aqui na Zona Leste, e deu-se um salto muito positivo. Em 1991, nós estivemos em Brasília entregando um milhão de assinaturas. Foi o primeiro projeto de iniciativa popular e que foi aprovado depois de treze anos. Começou em 1991 e foi aprovado em 2004, 2005 (MARCHIONI, entrevista concedida ao autor, 2011).

11. Trata-se de um movimento popular organizado pelos trabalhadores de Cidade Tiradentes no final da década de 1980.

Como se vê, a constituição histórica da periferia de São Paulo traz consigo uma intensa e importante trajetória de luta e de participação popular contra a precarização da vida do trabalhador na maior metrópole da América Latina. E sua atual configuração sócio espacial deve-se, sem sombra de dúvidas, às resistências, lutas e vitórias cotidianas de seus moradores por melhores condições de vida e pelo acesso à moradia no período da ditadura militar no Brasil.

Essa intensa atuação dos movimentos populares na periferia permaneceu presente na dinâmica da região leste de São Paulo até hoje, conjugando sua constituição histórica com a trajetória de luta e de participação popular pela conquista de uma vida melhor.

Referências

- ALMEIDA, Lourdes Dias. Entrevista concedida a Edimilson Peres Castilho, São Paulo, X de junho. [Conselheira Tutelar e moradora de Cidade Tiradentes. In: CASTILHO, Edimilson Peres. *A Contribuição da Habitação Popular no processo de acumulação capitalista no Brasil: o caso do Complexo Habitacional Cidade Tiradentes na periferia paulistana (1975-1998)*. 2015. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo, 2015]
- ANDRADE, Anaide Maria. Entrevista concedida a Edimilson Peres Castilho, São Paulo, X de junho. [Moradora e importante liderança comunitária de Cidade Tiradentes. In CASTILHO, Edimilson Peres. *A Contribuição da Habitação Popular no processo de acumulação capitalista no Brasil: o caso do Complexo Habitacional Cidade Tiradentes na periferia paulistana (1975-1998)*. 2015. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo, 2015]
- CARREIRA, Maria Olinda Costa Santos. *Zona Leste do município de São Paulo: uma história marcada por manifestações e lutas populares*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo, 2007.
- CASTILHO, Edimilson Peres. *A Contribuição da Habitação Popular no processo de acumulação capitalista no Brasil: o caso do Complexo Habitacional Cidade Tiradentes na periferia paulistana (1975-1998)*. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2015.
- CASTILHO, Eriberto Peres Castilho. *A Classe Trabalhadora 'In Movimento' – um retrato das lutas dos trabalhadores no Jornal 'Movimento' (1975-1981)*. 2016. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2016.
- FRANÇA, Elisabete. *Favelas em São Paulo (1980-2008). Das propostas de desfavelamento aos projetos de urbanização. A experiência do Programa Guarapiranga*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2009.
- KOWARICK, Lúcio; BRANT, Vinícius Caldeira (Orgs.). *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*. São Paulo: Loyola, 1976.
- MARCHIONI, Antônio Luiz. Movimentos sociais, identidade e memória na Zona Leste. In SANTIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria Barbosa de (Orgs.). *Memória e diálogo: escutas da Zona Leste, visões sobre a história oral*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.
- PETELIN, Edileuza Araújo Bezerra. Entrevista concedida a Edimilson Peres Castilho, São Paulo, X de junho. [Metalúrgica e moradora de Cidade Tiradentes. In: CASTILHO, Edimilson Peres. *A Contribuição da Habitação Popular no processo de acumulação capitalista no Brasil: o caso do Complexo Habitacional Cidade Tiradentes na periferia paulistana (1975-1998)*. 2015. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo, 2015]
- ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel, 1999.
- SINGER, Paul; BRANT, Vinícius Caldeira (Orgs.). *São Paulo: Povo em Movimento*. Petrópolis: Vozes, 1980.

“SOMOS MAIS QUE MEIA DÚZIA!” A luta por moradia e dignidade dos sobreviventes da tragédia de janeiro de 2011, em Teresópolis, região serrana do Rio de Janeiro

Ronaldo Sávio Paes Alves*
Jeane Barbosa de Souza**
Natalia Pimentel de Queiroz***

O presente capítulo apresenta o andamento do Projeto “*Resgatando memória com arte! Dando voz às vítimas sobreviventes da tragédia de janeiro de 2011. Um esforço de sensibilização e cidadania*”, desenvolvido através do Programa de Incentivo à Extensão (PIEx), coordenado pela Diretoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão (DPPE) do Centro Universitário Serra dos Órgãos – UNIFESO, em Teresópolis/RJ, junto ao Núcleo de Direitos Humanos (NDH) do Centro de Ciências Humanas de Sociais (CCHS). O Projeto em questão pretende contribuir com a necessária visibilidade das demandas sociais e estruturais das vítimas sobreviventes da tragédia em questão.

A tragédia que se abateu sobre a Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro, no início do ano de 2011 ainda deixa marcas profundas no município de Teresópolis. A cidade foi vitimada por duas catástrofes diferentes em áreas distintas, numa mesma noite. Escorregamentos nos bairros Caleme, Campo Grande, Posse, Granja Florestal, Arrieiro, Santa Rita, entre outros; e transbordamento de rios nos bairros de Bonsucesso e Vieira, na região rural da cidade.



Fonte: Ismar Ingber/VEJA, 2011.

Imagem 01 - Destruição causada pelas chuvas em Teresópolis, Rio de Janeiro - 13/01/2011.

Segundo relatório da Comissão de Direitos Humanos da ALERJ (Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro,

Alta densidade demográfica, relevo montanhoso e ocupação irregular de encostas e margens de rios e córregos, tanto em bairros populares quanto em áreas nobres, transformou riachos bucólicos em caudalosos rios de águas grossas e destruidoras, e as encostas esverdeadas em cachoeiras de terra, fazendo desaparecer bairros e vilarejos da região serrana (CDDHC, 2014, p. 4).

Para além do traumático, grande, e até mesmo obscuro número de vítimas fatais, os prejuízos materiais ainda são incalculáveis. A solidariedade tomou conta do país, materializando-se em forma de donativos das mais variadas espécies. Assim, o sentimento geral à época, é que o povo, local ou não, se empenhou em fazer a sua parte. E foi esta mesma mobilização solidária que deixou a sociedade alerta para as ações das autoridades locais, com relação à reconstrução da cidade e a normalização estrutural da vida dos sobreviventes. Na sequência do atendimento às vítimas que precisaram deixar suas residências, ou que as perderam, as autoridades municipais realizaram o cadastro

* Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense. Professor dos Cursos de Graduação em Pedagogia e Ciências Biológicas UNIFESO/RJ. Contato: rspalves@yahoo.com.br.

** Graduada em Pedagogia do UNIFESO/RJ. Contato: jeanebarbosas3@gmail.com

*** Graduada do Curso de Pedagogia do UNIFESO/RJ. Contato: nataliapqueiroz@hotmail.com

das famílias para a concessão do benefício “Aluguel Social”. Segundo a Secretaria de Estado Assistência Social e Direitos Humanos – SEASDH/RJ,

O Aluguel Social é um benefício assistencial de caráter temporário, instituído no âmbito do Programa Estadual Morar Seguro, destinado a atender necessidades advindas da remoção de famílias domiciliadas em áreas de risco, desabrigadas em razão de vulnerabilidade temporária, calamidade pública ou em razão de Obras do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), sendo coordenado pela Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH), por meio da Superintendência de Políticas Emergenciais (SUPEM) (SEASDH, s.d.).

Passados mais de cinco anos da tragédia, os projetos habitacionais que deveriam priorizar estas famílias ainda não haviam se concretizado em Teresópolis, o que resultou na dependência do Aluguel Social para que estas tenham onde morar, mesmo sendo este um benefício temporário. Soma-se a isto, o fato de que o repasse das verbas do benefício tem atrasado, e até mesmo nem sido liberado. Desta forma as famílias vitimadas pelas chuvas de 2011, tiveram, e muitas ainda têm, seus problemas agravados pelas crises na economia e nas gestões de todas as esferas de poder.

Como se não bastassem os sofrimentos e a falta de perspectivas, a ausência de ações preventivas são agora denunciadas por diversos organismos, inclusive oficiais. Consta do *Relatório Região Serrana*, da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da ALERJ, levantamento feito pela Diretoria de Recursos Minerais do Estado do Rio de Janeiro (DRM-RJ) as ocupações de risco existentes na região, apenas dois anos depois da tragédia.

Em setembro de 2013, a DRM-RJ (Departamento de Recursos Minerais) divulgou um levantamento sobre o número de pessoas que vivem em encostas de alto risco nos 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro. Das 207.547 pessoas, 10% vivem em Teresópolis - 19.200. Em Nova Friburgo são 22.400, e em Petrópolis, são 18.000 em locais com grande risco de deslizamento. Esse estudo foi realizado com recursos do FECAM (Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano) e encaminhados às prefeituras para que anexassem aos seus respectivos planos diretores, de acordo com a lei estadual 6442/13 (CDDHC, 2014, p. 6).

Na esteira dos acontecimentos, em 10 de março de 2011, foi fundada a “*Associação das Vítimas da Tragédia de 2011*” – AVIT. Esta entidade tem se colocado como representante dos interesses e das iniciativas em prol da conquista da moradia e em defesa do paliativo “Aluguel Social”. No entanto, percebe-se a existência de um significativo grupo que não se sente representado por tal associação. Segundo relatos colhidos, é consenso neste grupo específico, que a AVIT, ao longo dos anos se instrumentalizou “tendo passado para o lado dos poderosos”, segundo depoimento da Sra. A, moradora do Bairro Caleme, uma das vítimas entrevistadas.¹

O projeto de extensão

A proposta do projeto “*Resgatando memória com arte! Dando voz às vítimas sobreviventes da tragédia de janeiro de 2011. Um esforço de sensibilização e cidadania*”, é atuar junto às famílias vitimadas pelos eventos nas regiões onde notadamente os poderes públicos não empreenderam nenhuma ação de vulto no sentido de abrigá-los permanentemente, com alguma moradia. Após conhecer de perto sua realidade ante as dificuldades diárias no que tange a este aspecto em particular – moradia própria *versus* Aluguel Social, temos buscado atuar como colaboradores num processo de sensibilização da sociedade civil, diante de tal estado de coisas. As ações pretendidas referem-se ao uso da arte como elemento de resgate da memória e denúncia. Segundo Michael Pollak,

A memória é constituída por acontecimentos, pessoas, personagens e lugares. Os acontecimentos podem ter sido vividos pessoalmente, ou vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. As pessoas ou os personagens podem ou não ter participado do acontecimento naquele espaço-tempo, mas contribuem para o forjar da memória. Já os lugares são aqueles particularmente ligados a uma lembrança que favorece um sentido de pertencimento (1989, *Apud* SAUTHIER, SANTOS, DORIA, 2009).

A produção artística livre, realizada pelos próprios “atores” do evento será exposta em locais específicos da cidade, registrando e denunciando a não solução da problemática vivida desde 2011.

1. Ao longo deste trabalho, utilizaremos trechos de depoimentos de algumas das vítimas que acompanhamos. No entanto, por questões de segurança, seus nomes serão preservados.

A investigação acerca do não investimento por parte dos órgãos públicos se dará no âmbito do que a Controladoria Geral da União (CGU) chama de Controle Social. Por Controle Social, entendemos como sendo a participação direta da sociedade na gestão, planejamento e fiscalização da aplicação das verbas públicas. Enquadra-se também no esforço da Secretaria da Receita Federal em disseminar a Educação Fiscal, tanto na sociedade, de forma mais ampla possível. Conforme consta em seu site,

A Educação Fiscal é um processo que visa a construção de uma consciência voltada ao exercício da cidadania. O objetivo é propiciar a participação do cidadão no funcionamento e aperfeiçoamento dos instrumentos de controles social e fiscal do Estado (ESAF, s.d.).

Espera-se do meio acadêmico, e de seus profissionais, o seu papel de formador de cidadãos críticos, participativos e reflexivos. Uma academia que forme para a sociedade, ampliando a percepção de mundo de seus alunos, inserindo-os em ações concretas de cidadania e vida pública. Cidadãos que cumpram os seus deveres para com a sociedade, e como agentes sociais, exerçam os seus direitos, inclusive de fiscalizar a gestão pública. Ainda segundo a Escola de Administração Fazendária,

É imprescindível que o cidadão compreenda o papel do Estado, seu financiamento e sua função social, o que lhe proporcionará o domínio dos instrumentos de participação popular e controle do gasto público (ESAF, s.d.).

Entendemos que é preciso que a população se mobilize novamente. Não somente os sobreviventes de 2011, mas os demais cidadãos. A sociedade civil sabe o poder que tem, mas precisa ser lembrada a cada momento de tal poder. Manter viva a memória dos eventos de janeiro de 2011 é uma forma de contribuir no resgate da cidadania, do respeito e da autoestima destas pessoas. Da mesma forma, é também a possibilidade de participar da cobrança por atitudes dos órgãos competentes, em prol da solução imediata do problema. Esta é mais uma contribuição solidária, para quem tanto tem precisado. E acima de tudo, um exercício de cidadania.

A situação dos atingidos sobreviventes

Teresópolis contabilizava até janeiro de 2017, 1.599 famílias que dependiam do benefício Aluguel Social, enquanto esperavam pela entrega das chaves dos 1.600 apartamentos já construídos e finalizados no local conhecido como Fazenda Ermitage. Localizado à beira da rodovia BR 116, o local era uma fazenda desapropriada pelo governo estadual para construção do conjunto habitacional que leva o mesmo nome.

Segunde depoimentos de pessoas ligadas ao movimento, o custo final da desapropriação e da construção dos prédios e da infraestrutura necessária ainda é incerto e obscuro. No entanto, para além dos gastos, e de inúmeras denúncias de desvio de verbas, o condomínio que conta com oitenta blocos com vinte apartamentos cada, está pronto desde agosto de 2014, sendo que boa parte deles já foi sorteada, numa ação midiática dos governos estadual e federal, por ocasião da campanha eleitoral de 2014.

Entre os anos de 2014 e 2017, por decisão judicial, as unidades só poderiam ser entregues após a construção de um viaduto em frente ao empreendimento, que, segundo estudos, resultaria em maior segurança para motoristas e pedestres na região. Ocorre que a licitação para as obras só foi feita em junho de 2016 deste ano, com a previsão oficial de um ano e meio para o final das obras.



Fonte: Acervo pessoal.

Imagem 02 - Condomínio Fazenda Ermitage, antes da entrega das chaves.

Conforme dados apurados e conclusões do levantamento feito pela CDDHC/ALERJ, a própria população atingida tinha a exata dimensão do abandono e exclusão a que estava submetida, em diversos fatores.

Entre tais fatores, os entrevistados reclamavam da ausência de acompanhamento de saúde e assistência social em uma realidade pós-traumática como a que viviam. As perdas materiais e humanas deixaram indelévels marcas, além de sequelas físicas não acompanhadas devidamente pelos governos. Além disso, no que se refere às questões estruturais, o relatório aponta que

Não foram construídas unidades habitacionais para atender a população. As obras de contenção e infraestrutura não refletem a necessidade de intervenção para liberação das áreas para reocupação urbana. Regiões e casas que foram interditadas há mais de três anos não sofreram quaisquer obras de redução de riscos. Com isso, imóveis em boas condições de moradia foram depredados, e proprietários não conseguem acessar os benefícios do aluguel social ou indenização em razão dos laudos emitidos não terem sido feitos por profissionais e não expressarem a realidade. Ademais, muitos destes casos ocorreram com pessoas que não se enquadram no perfil de baixa renda e, portanto, estão impedidas de obterem uma unidade habitacional (CDDHC, 2014, p. 15).

Com relação ao benefício Aluguel Social, a situação se tornou ainda mais dramática. Foram, e ainda são, constantes os atrasos por parte do governo estadual, chegando até a dois meses de espera por parte dos beneficiários. Desta situação, resultaram muitos despejos e/ou precarização da condição de vida destas pessoas. Segundo as vítimas sobreviventes Sr. L, e Sras. R e S,² para evitar o despejo, eles tiveram que conseguir cestas básicas em igrejas e associações, pois tiveram que pagar seus alugueis com recursos destinados ao sustento mensal.

Da mesma forma Sr. R nos relatou que ao longo destes mais de cinco anos, já foi despejado duas vezes, e que tem dificuldade de encarar os filhos por vergonha da situação. Isto não difere de tantos outros que moram de favor em casas de parentes.

Outra situação que nos chamou atenção até o ano passado, foi o momento político eleitoral vivido recentemente. Um determinado candidato, morador e negociante de uma das áreas atingidas, não se apresentou como representante político das vítimas. No entanto, conseguiu ser eleito com uma significativa margem de votos. A fala comum de boa parte dos membros do

grupo, é que deposita na ação parlamentar deste vereador, uma irrestrita confiança, na resolução de seus problemas.

O Final do ano de 2016 marcou uma verdadeira “virada” na situação das vítimas sobreviventes da tragédia. Sentindo-se “cansados e abandonados”, segundo Sra. M.J., um grupo de trinta famílias das vítimas se organizou e acampou no terreno existente entre o portão do condomínio e a rodovia. Entre os dias 01 e 09 de novembro as famílias se revezaram em acampamento improvisado, expondo a crítica situação em que viviam. Com faixas que se desmancharam com a intensa chuva, em meio ao frio e à lama, sobreviveram mais uma vez denunciando os constantes atrasos do crédito do aluguel social, bem como da entrega definitiva dos imóveis.



Fonte: Acervo pessoal.

Imagem 03 – Acampamento das vítimas em frente ao Condomínio Ermitage.

O acampamento representou uma mudança de rumos no processo. Nos meses anteriores, diversas reuniões entre representantes do Ministério Público, Caixa Econômica Federal, Polícia Rodoviária Federal, Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Consórcio Rio-Teresópolis (CRT) e AVIT, resultavam

2. Considerando as questões políticas que envolvem o tema, os nomes dos entrevistados serão preservados ao longo deste trabalho.

sempre no mesmo imbróglio: sem a construção do viaduto, os apartamentos não seriam entregues. O Grupo que acompanhamos destaca que a associação das vítimas não promovia ações mais contundentes que pudessem pressionar as autoridades. Corrobora com esta afirmação o fato de que, tanto a invasão feita por dezessete famílias em junho de 2016, e o acampamento em novembro do mesmo ano, foram atos organizados e realizados à revelia da Associação.

Com a crítica situação exposta em mídia nacional e internacional, não restou ao governo estadual outra atitude que não a agilização, mesmo que tardia, da entrega dos imóveis. Para tanto delegou ao Instituto Estadual do Ambiente (INEA) a responsabilidade de encaminhar a logística da entrega dos imóveis. A atuação do INEA teve início em janeiro de 2017.

Sob o comando do secretário André Correa, o INEA levou exatos seis meses para concluir as obras, realizar novos sorteios de unidades, e entregar os imóveis. A entrega dos apartamentos, no entanto foi um fato envolto em certa suspeição, pois, contrariando as expectativas, os apartamentos foram entregues sem nenhuma “pirotecnia”. Nem a imprensa local sabia o que estava acontecendo.

O grupo que acompanhamos havia marcado um pequeno protesto para o dia 10 de junho. Neste dia, o objetivo era denunciar possíveis irregularidades nos sorteios, uma vez que algumas vítimas sobreviventes, que perderam suas casas, ou tiveram seus imóveis interditados pela Defesa Civil, foram considerados inaptos a receber os apartamentos. Além do atraso de quase dois meses dos depósitos do Aluguel Social. A associação e o INEA condenaram a iniciativa. Surgiu na cidade a notícia que o protesto seria uma tentativa de nova invasão do Condomínio Ermitage. Corrobora com esta notícia a presença de forte aparato polícia no protesto que, no entanto, foi absolutamente pacífico e ordeiro.

A despeito do caráter ordeiro e pacífico da atividade, a ideia de uma suposta invasão continuou sendo alimentada e serviu de mote para o desenrolar dos fatos. Todas as famílias sorteadas foram convocadas a comparecer ao Condomínio Fazenda Ermitage, munidas de documentos pessoais e os contratos assinados junto à Caixa Econômica Federal, no dia 15 de junho, feriado nacional religioso de *Corpus Christie*. Os apartamentos estavam prontos, faltando apenas alguns detalhes pontuais. A estrada não apresentava o menor indício de que receberia algum tipo de obra. No entanto apenas com a presença do Secretário, funcionários do

INEA e a associação das vítimas, sem a imprensa local e nenhuma autoridade política de qualquer esfera, as chaves dos apartamentos foram entregues e as ocupações autorizadas.



Fonte: Acervo pessoal.

Imagem 04 – Entrega das chaves dos apartamentos do Condomínio Ermitage

O sentimento generalizado no momento variava entre um misto de incontida alegria, euforia, mas uma certa desconfiança. Afinal de contas, todos os impedimentos diziam respeito à necessidade de realização de obras na rodovia. Apesar de ter sido construída uma passagem subterrânea para pedestres, o Ministério Público Estadual não abria mão das obras de segurança na rodovia. E como o feriado era em uma quinta-feira, com recesso no dia seguinte, sexta-feira, todos os órgãos públicos envolvidos, exceto o INEA que se fazia presente, somente voltariam à atividade na segunda-feira, ou seja, quatro dias depois da entrega. Esta constatação levou à uma ocupação desordenada do condomínio ao longo do final de semana, uma vez que a própria estrutura de funcionamento e gestão ainda não estavam definidas.

Apesar da imprecisão dos números, quase dois meses depois da entrega das chaves, muitas coisas já encontraram seu funcionamento, como a administração condominial, e outras estão em execução, como a implantação de linhas de ônibus no interior do condomínio, e colocação de redutores de velocidade na estrada.

Mas para muitas pessoas a tragédia ainda não se resolveu. Como já abordamos, um impreciso número de famílias ainda não foi contemplado nos sorteios, e a análise dos seus casos continua de forma lenta e

angustiante. Para estas, o aluguel social se faz de extrema importância. No entanto o governo estadual continua sua rotina de atrasos de até dois meses.

O Andamento do Projeto

Atualmente, tendo passado do que chamamos de *Etapa 1* – contato com os atingidos sobreviventes, estamos desenvolvendo a *Etapa 2* – oficinas de pintura. Entendemos que a Etapa 1 seria a mais difícil e trabalhosa, uma vez que não conhecíamos nenhum dos membros deste grupo. Em nossa instituição trabalham e estudam inúmeras pessoas atingidas pelo evento, e é evidente que estão sendo convidadas a participar do projeto. Mas entendemos que num primeiro momento, como são pessoas já inseridas neste meio, poderia haver algum sentimento de “obrigatoriedade” em aderir, o que faria do trabalho algo “interno”, que fugiria a um de seus propósitos, que é exatamente levar a academia até a sociedade. Assim, fomos procurar as pessoas, exatamente onde elas estariam, ou seja, no meio do povo.

O primeiro contato se deu no dia 06 de julho, por ocasião do aniversário da cidade. Sem contar com o apoio da associação, um grupo de atingidos avisou que participaria em protesto do desfile cívico do município (sem a aprovação da referida associação, segundo alguns de seus componentes). Inicialmente foram desprezados pelas autoridades, mas foi deste desprezo que nasceu o lema do grupo. Na ocasião o prefeito da cidade teria dito não se importar com o protesto, pois seria apenas uma “meia dúzia”. A indignação resultante gerou o lema “Somos mais que meia dúzia!”, frase símbolo da luta destas pessoas.

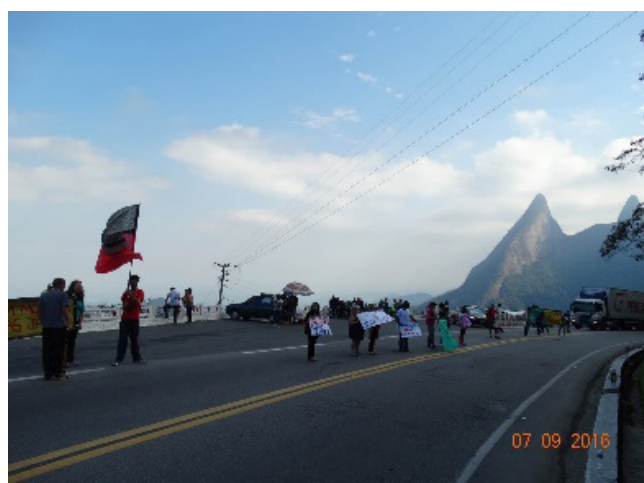


Fonte: Acervo pessoal.

Imagem 05 – Protesto em Desfile Cívico no aniversário do município

A partir daquele dia, estreitamos os laços com algumas das espontâneas lideranças deste grupo que ora se organizava. Além de nosso grupo do projeto, alguns educadores da diretoria do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Estado do Rio de Janeiro – SEPE/RJ, de sua base em Teresópolis, também abraçaram a causa. Junto deles, também alguns militantes de movimentos sociais, em particular a União dos Estudantes de Teresópolis – UET. Assim, foram formados grupos em Redes Sociais e serviços de mensagens instantâneas por telefone, para facilitar a comunicação, e organizar as ações.

Nos eventos seguintes, estivemos presentes em diversas ocasiões. Os atingidos estiveram junto aos professores em greve, em protestos por ocasião das olimpíadas, como a chegada da Seleção Brasileira de Futebol, em sua sede na Granja Comary, bem como na passagem da tocha olímpica pela cidade, e na abertura dos jogos. Com uma faixa em inglês que dizia “*We don't want a torch. We want our homes!*” (“Nós não queremos uma tocha. Nós queremos nossas casas!”), o grupo pretendeu chamar atenção da imprensa estrangeira para a situação em que se encontrava.



Fonte: Acervo pessoal.

Imagem 06 – Protesto na Passagem da Tocha Olímpica na cidade.

Da mesma forma, participamos do “Grito dos Excluídos”, um grande movimento nacional organizado pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, em defesa dos excluídos, marginalizados e pobres do país. Para este evento contamos com duas panfletagens preparatórias para um grande ato que resultou no fechamento da estrada BR 116, na entrada da cidade. Chama atenção neste evento o grau de organização, principalmente por influência da diretoria do SEPE, que fez com que, além da produção e distribuição dos panfletos, dois ofícios fossem entregues à Polícia Militar, e à Polícia Rodoviária. A primeira garantiu a segurança do evento, enquanto a segunda proporcionou o fechamento da estrada em sistema de “pare/siga”. A presença destas duas forças garantiu legalidade ao ato, que já tem sua legitimidade indiscutível.



Fonte: Acervo pessoal.

Imagens 07, 08 e 09 – Grito do Excluídos; fechamento da Serra de Teresópolis.

No dia 30 de setembro, último dia de campanha eleitoral, o grupo voltou às ruas para denunciar que nenhum dos candidatos à prefeitura, nem os principais candidatos a vereador defendiam essa causa. Durante o ato, foi feita panfletagem convidando a população para uma manifestação em frente aos prédios na Fazenda

Ermitage. O ato contou com pelo menos 15 pessoas, além de dois professores. Em que pese o reduzido número de pessoas, o que nos chama atenção foi a presença de pessoas que até então não haviam se juntado ao movimento, inclusive com oferta de locais para encontro nos bairros atingidos.

Nova manifestação ocorreu no dia 31 de outubro, quando um significativo grupo de manifestantes se reuniu em uma das praças centrais e em passeata, se dirigiu à prefeitura municipal, que foi ocupada sob a exigência de uma audiência como o prefeito. Após tensas conversações, representantes foram recebidos pelo chefe do gabinete. Aquilo que parecia infrutífero, pois a alegação era de que o “problema” era federal e estadual, resultou num acirrar de ânimos que se desdobrou na ação seguinte: acampar em frente ao Condomínio Ermitage, como já mencionado.



Fonte: Acervo pessoal.

Imagem 10 e 11 – Ocupação da Prefeitura Municipal.

Com relação ao acampamento, foi montada uma equipe por aqueles que por diversas razões, não poderiam pernoitar no local. No entanto, esta equipe se fazia presente por alguns momentos, mas atuava também na logística do movimento. Se concentrando na coleta de donativos e contatos com a mídia. Por intermédio deste outro grupo, que não ganhou visibilidade, foram realizados contatos com veículos de comunicação de abrangência nacional que prontamente fizeram a cobertura da atividade. Da mesma forma, estivemos juntos em protestos na porta do Ministério Público, Audiências Públicas com parlamentares estaduais, em algumas vistorias convocadas pelo INEA, e principalmente na entrega das chaves.

Uma situação que muito nos chamou atenção, e proporcionalmente causou-nos preocupação, diz respeito à desmobilização do grupo ao longo do primeiro semestre do ano de 2017. Desde que assumiu a finalização das obras até a entrega dos imóveis, o INEA veio reiteradamente apelando para a não realização de quaisquer atos de protestos. Segundo esta lógica, ações na justiça cobrando a entrega dos apartamentos e/ou protestos públicos “poderiam representar obstáculos na conclusão dos trâmites para a finalização das obras e entrega dos apartamentos”, segundo nos afirmou a Sra. X, uma das diretoras da associação. Entendemos então que se forjou um consenso imobilizador no grupo, que acabou por se dividir e enfraquecer. Este consenso se baseia, segundo nosso entendimento, na crença de muitos de que somente a ação do INEA, na figura do seu secretário, poderia resolver a situação. Ocorre que, desta forma, ante a cada sinalização de passo dado em direção ao desfecho desejado, muitas pessoas se resignavam diante de tamanha demora (seis anos), e aceitavam o fato de era melhor, nas palavras do Sr. S, “esperar e confiar”.

Mas, aceitação, aqui, não significa submissão passiva e resignação ou ilusão de uma ordem ideal. Uma classe subalterna pode aceitar determinada ordem social, mesmo vendo-a injusta. Porém, ao considerá-la eterna, impossível de mudar, adquire a confiança de que poderá melhorar sua posição, conquistar reformas (GORENDER, 1988)

Percebemos assim, que a desmobilização do grupo se deu por medo. O governo estadual, que durante seis anos foi identificado como o grande causador das dificuldades em que se encontravam, tornou-se,

na figura do INEA, de seu secretário, e do seu *staff*, o responsável “heroico, justo, leal e digno de confiança”, nas palavras da mesma Sra. X, da direção da associação.

Para muitas pessoas, o consenso em torno da credibilidade do INEA substituiu a desconfiança. Este “engessamento” também distanciou as pessoas, e nossos contatos se resumiram a um número diminuto de vítimas. No entanto a solidez de algumas relações mostrou-se profícua, e tem sido possível se manter um diálogo até mesmo de formação política e de cidadania com estas pessoas. Assim, aquilo que consideramos como mais importante até aqui, a despeito da própria realização do Projeto de Extensão, é que já conseguimos estabelecer uma relação de confiança com este grupo.

Em abril de 2017, iniciamos a produção do registro de memória das vítimas sobreviventes, com a realização da primeira oficina de pintura. Neste encontro, tivemos a participação de nove pessoas, sendo que três delas são alunas da instituição. Consideramos significativo o número de vítimas, tendo em vista a relação medo x consenso acima descrito. Os participantes que não são alunos da instituição, possuem uma formação muito elementar, e inicialmente enxergaram na possibilidade de produzirem pinturas, algo muito distante e inatingível. Desta feita, foram apresentados a diversos estilos de pinturas, de variados artistas. Dos traços mais complexos aos mais simples, trabalhamos também com o consenso de que o mais importante na obra é a expressão dos sentimentos dos artistas.



Fonte: Acervo pessoal.

Imagens 12, 13 e 14 – Oficina de pintura. Registro da memória dos sobreviventes. Abril de 2017.

Em maio deste ano realizamos mais duas oficinas. O número de participantes decaiu, mas a vontade de expressar sua memória vem falando mais alto. Prova disso é o retorno de duas vítimas sobreviventes, que resolveram fazer suas pinturas em formato “tríptico”.³ Neste caso, criaram um conjunto contendo a moradia antes do evento, a noite da tragédia, e a situação resultante dos escorregamentos e das mortes.



Fonte: Acervo pessoal.

Imagens 15 e 16 – Oficina de pintura. Registro da memória dos sobreviventes. Maio de 2017.

Em 2016 estavam saindo *da Etapa 2 para a Etapa 3*. Nesta, travaram contatos com laboratórios fotográficos e carpintarias. A proposta foi a de que as pinturas fossem fotografadas em alta resolução e transformadas em gravuras, para serem emolduradas para exposição. Além destes dois segmentos, fizeram em contato com outros empresários em busca de patrocínio para a produção das obras e deslocamento dos autores para participação em exposições.

O lançamento da exposição ocorreu em outubro, em evento interno de divulgação científica promovida pela instituição, a partir do que, deu-se um caráter itinerante à mesma, levando não só para o Condomínio Fazenda Ermitage, como também para os bairros atingidos.

As vítimas sobreviventes da maior tragédia natural da história do país costumam dizer que seus sofrimentos duraram mais de seis anos. Para um significativo número destes, a tragédia ainda continua. Continua em suas memórias de uma noite de terror, perdas e morte, e os subsequentes atos de humilhação aos quais foram submetidos, como descaso das autoridades, desde as primeiras horas, até a presente data. Suas memórias estarão expostas nas ruas da cidade como forma de denúncia. É evidente que não se pode culpar a ninguém pela chuva daquela fatídica noite. Mas a ocupação desordenada da cidade, com terrenos legalizados em solo instáveis, os gravíssimos escândalos de desvios de recursos destinados à recuperação da cidade, e o longo e angustiante descaso quanto ao pagamento do aluguel social e à entrega dos apartamentos, estas coisas sim possuem identificáveis culpados. Corroboram com esta percepção, as conclusões do *Relatório Região Serrana da CDDHC*,

Fica claro que os investimentos realizados, segundo material apresentado pelo MPF na audiência pública realizada pela Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e da Cidadania da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, não se reverteram em benefícios concretos para a população mais atingida pelas chuvas e vulnerável a novos eventos. No “Mapa de Ameaças Naturais” lançado em julho de 2014, produzido pela Defesa Civil do Estado, aponta que 3000 famílias estão vivendo em áreas sujeitas a deslizamento. O planejamento mínimo por parte das prefeituras e a atuação responsável do Estado seria fundamental para que os recursos, de fato, se revertissem em benefícios reais para a Região Serrana. Infelizmente, ainda não podemos tirar essa conclusão (CDDHC, 2014, p. 21).

3. Modelo de quadro dividido em três segmentos, retratando normalmente uma grande cena.

Compreende-se então que, todos temos muito o que aprender com os fatídicos acontecimentos de 2011 na região serrana do Rio de Janeiro. Primeiro porque o evento se repetiu no ano seguinte, numa escala menor. Mas atualmente ainda existem atingidos recebendo aluguel social, sem ter, até a presente data, nenhum indício de solução material de sua situação. Segundo, porque a despeito das perdas humanas e materiais, escândalos de corrupção, desvios e/ou mau uso de verbas públicas, e ações eleitoreiras ainda se naturalizam no meio político, nas esferas municipais, estaduais e à nível federal. Terceiro porque a falta de opção dos menos favorecidos, e a especulação imobiliária que contempla os mais favorecidos, fazem com que ainda ocorra a ocupação de encostas, terrenos instáveis e leitos de riachos. Parece-nos que anda estamos longe de ações preventivas conscientes e honestas com o meio ambiente e o homem.

A academia, no entanto, deve cumprir seu papel social de servir à sociedade. Esta é uma das formas que encontramos, nos comprometendo também como cidadãos com esta situação, que nos atinge a todos. Direta ou indiretamente, todos somos vítimas de uma mesma e maior tragédia, que não se traduz apenas em chuva, pedra e lama, mas na viciada estrutura de descaso e corrupção que nos atinge a todos.

Referências

- Andamento e Desapropriação da Fazenda Ermitage Teresópolis 2011. <http://www.teresopolis.com.br/t1/3/utilidade-publica/enchente-2011/andamento-e-desapropriacao-da-fazenda-ermitage.html?q=/utilidade-publica/enchente-2011/andamento-e-desapropriacao-da-fazenda-ermitage.html>. Acesso em 20/06/2016.
- AVIT - Associação das vítimas de 12 de janeiro em Teresópolis. Teresópolis, 23 de março de 2011. <http://www.avit.org.br/institucional>. Acessado em 04/10/2016.
- BALTAZAR, A. H. L. Direito Tributário e Controle Social. <http://www.esaf.fazenda.gov.br/esafsite>. Acessado em 20/06/2016.
- Chuva devastadora. *Gazeta do Povo*. <http://www.gazetadopovo.com.br/chuvadevastadora>. Acessado em 20/06/2016.
- CONSOCIAL. <http://www.consocial.cgu.gov.br>. Acesso em 20/06/2016.
- Escola de Administração Fazendária. <http://www.esaf.fazenda.gov.br>. Acesso em 20/06/2016.
- GORENDER, Jacob. Coerção e consenso na política. *Revista de Estudos Avançados*, São Paulo, v. 2, n° 3, pp. 52-66, dezembro 1988. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141988000300004&Ing=pt_BR&nrm=iso>. Acesso em 09 de agosto de 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141988000300004>.
- GRZYBOVSKII, D. HAHN, T. G. Educação fiscal: premissa para melhor percepção da questão tributária. *Revista de Administração Pública*, v. 40, n° 5, Rio de Janeiro Sept./Oct. 2006. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122006000500005>. Acesso em 20/06/2016.
- Mega desastre da Serra - Jan 2011. Departamento de Recursos Minerais. Serviços Geológicos do Estado do Rio de Janeiro. <http://www.drm.rj.gov.br/index.php/downloads/category/13-regio-serrana>. Acesso em 07/08/2017.
- Obra para atender desabrigados da serra. *O Dia*. <http://odia.ig.com.br/odiaestado/2014-10-30/obra-para-atender-desabrigados-da-serra-avanca.html> Acesso em 04/10/2016.
- Portal da transparência. <http://www.portaldatransparencia.gov.br>. Acesso em 20/06/2016.
- Portal do governo do Estado do Rio de Janeiro. <http://www.rj.gov.br/web/seasdh>. Acesso em 20/06/2016.
- Relatório Região Serrana - A tragédia na Região Serrana do Rio de Janeiro três anos depois: direito à moradia adequada*. <http://www.cddh.org.br/p/comissao-de-dh-da-alerj-divulga-relatorio-sobre-areas-afetadas-pelas-chuvas-na-regiao-serrana-do-rio-de-janeiro>. Acesso em 07/08/2017.
- SAUTHIER, Helio Ricardo; SANTOS, Zeloí Martins; DORIA, Lílian Maria Fleury, Resgate da Memória: construindo a trajetória histórica do Bacharelado em Artes Cênicas da FAP. In: *O Mosaico/FAP*, Curitiba, n° 1, pp. 1-14, jan./jun., 2009. www.fap.pr.gov.br. Acesso em 20/06/2016.
- Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. <http://www.tce.rj.gov.br>. Acesso em 20/06/2016.

JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO, ANISTIA E MEMÓRIA: uma análise da ação de descumprimento de preceito fundamental nº 153 e suas consequências para a sociedade brasileira

Luiz Antonio Dias*
Rafael Lopes de Souza**
Tharsila Helena Paladini Augusto***

De tudo encontramos na nossa memória, que é uma espécie de farmácia, de laboratório de química, onde, ao acaso, ora deitamos a mão a uma droga calmante, ora a um perigoso veneno.
(Marcel Proust)

Nesse texto, buscamos analisar a ADPF 153 (Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental), que contribuiu para ampliar o debate sobre a Lei da Anistia, de 1979. Nesse sentido, contextualizamos historicamente a referida lei bem como a ADPF e promovemos uma discussão sobre memória e história, vinculada ao tema de Justiça de Transição.

Os precedentes jurídicos da justiça de transição podem ser buscados no Tribunal de Nuremberg (20 de novembro de 1945 a 1º de outubro de 1946), realizado pelas forças aliadas depois da Segunda Guerra Mundial, para julgar os crimes contra a humanidade cometidos por proeminentes membros da liderança política, militar e econômica da Alemanha Nazista. Numa perspectiva mais regional, pode ser relacionada com a transição para a democracia na América Latina e com os impactos que a desintegração do bloco socialista causou na região. Uma terceira dimensão – da Justiça de Transição – pode ser buscada no triunfo da globalização, que pavimentou os caminhos para uma inédita colaboração dos saberes jurídicos entre as nações e impôs uma agenda de cobrança transcontinental em favor dos Direitos Humanos. Essa agenda transcontinental de acordo com Santos (2009):

* Doutor em História Social, professor do P.E.P.G. em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e do Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Santo Amaro (UNISA). Contato: luizhistoria@yahoo.com.br.

** Doutor em História Social, professor do Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Santo Amaro (UNISA). Contato: canoeiros2008@gmail.com.

*** Mestre Interdisciplinar em Ciências Humanas e professora de Direito da Universidade Santo Amaro (UNISA). Contato: tharsilapaladini@gmail.com.

Convencionou-se chamar de justiça de transição a estrutura estabelecida com o objetivo de investigar a maneira pela qual as sociedades marcadas por passados de abusos dos direitos humanos, atrocidades maciças ou diferentes formas de traumas sociais, incluindo genocídio, crimes contra a humanidade e guerras civis, buscam trilhar um caminho de restabelecimento e respeito aos direitos humanos (SANTOS, 2009, p. 154).

Foi, pois, nesse contexto de diluição das fronteiras culturais, políticas e econômicas que a América Latina reiniciou a sua jornada rumo à reconstrução democrática. Uma reconstrução que enfrentou e ainda enfrenta diversas obstruções e ameaças dos militares e de seus apoiadores, numa batalha política e jurídica que busca isentá-los de responsabilizações sociais e, ademais, protelar a vivência democrática no Brasil.

O término desses regimes não significava, dessa forma, o fim do terror a superação dos traumas. Os meios permaneceram e condicionaram as ações políticas dos governos tradicionais e das primeiras administrações civis pós-ditadura. Cessavam os fatos, mas não suas consequências. O medo em relação aos contornos da futura democracia e um possível caos político era tão grande como o medo à ordem ditatorial, já que era necessário enfrentar as responsabilizações penais e sociais em relação aos crimes cometidos durante os regimes ditatoriais (BAUER, 2009, pp. 194-195).

Essa situação de incertezas e medos permaneceu inalterada até o final do século XX. No início dos anos 2000, verificam-se mudanças no trato com a história e a memória coletiva da nação, que obrigam o governo a rever a sua postura com relação aos crimes de lesa humanidade,¹ cometidos na vigência dos regimes autoritários.

1. É um termo do direito internacional para descrever ataques generalizados ou sistemáticos contra qualquer população civil. O primeiro julgamento por crimes contra a humanidade foi o de Nuremberg (1945-1956) que julgou as lideranças políticas e militares

As discussões suscitadas por esses acontecimentos, confrontaram as estratégias de esquecimento que os representantes do Regime Militar tentaram impor aos defensores do imediato restabelecimento democrático da nação. O principal instrumento utilizado pelos militares e seus representantes civis para alcançar esse objetivo foi a promulgação da Lei de Anistia (Lei 6.683/79), que outorgou o “perdão” a todos os crimes políticos cometidos por civis e militares de 1961 até 1979. Apesar de contemplar civis e militares, na prática, a lei deu guarida aos militares e contribuiu para a emergência de uma cultura de esquecimento de um passado que deixou muitas feridas abertas na sociedade brasileira. Portanto, chama a atenção o fato de uma lei criada para fazer um acerto de contas com o passado com vistas à superação de seus traumas, ter suscitado tantas dúvidas, controvérsias e questionamentos a respeito de sua eficácia jurídica. Essas controvérsias apresentam-se já em seu primeiro artigo.

Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares. § 1º - Consideram-se conexos, para efeito deste artigo, os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política (Lei 6.683/79).

É importante destacar que alguns autores não entendem a Lei da Anistia como algo, de fato, estabelecido por uma Justiça de Transição. Essa é, por exemplo, a opinião tornada pública por Remígio quando diz:

(...) a proposta para uma reconciliação não ocorreu pela via da Justiça de Transição, uma vez que a lei de auto-anistia de 1979 foi publicada quando os militares ainda estavam no comando político do Estado. Esse ato normativo pretendeu selar um acordo e jogar ao esquecimento as perversidades praticadas pelos agentes estatais da repressão, em contramão à jurisprudência da

da Alemanha Nazista. Diferentemente dos crimes de guerra, crimes contra a humanidade podem ser cometidos também em tempos de paz com a conivência do governo. Pelas Convenções Internacionais os crimes contra a humanidade são imprescritíveis.

Corte Interamericana de Direitos Humanos, que não reconhece a validade de leis de auto-anistia (REMÍGIO, 2009, p. 189).

A Lei de Anistia gerou, pois, desde sua publicação, inúmeros questionamentos sobre a flexibilização excessiva dada ao conceito de crime conexo. De acordo com a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), o que se pretendia com esse entendimento era colocar em um mesmo patamar os crimes dos agentes públicos e os crimes dos opositores políticos ao regime militar. Esse princípio estava baseado na ideia de que os representantes dos dois lados não eram compostos por “santos”² e, sendo assim, todos deveriam ser atendidos com mesma isonomia pela lei. Ocorre que “quando o estado se transforma em Estado ilegal, a resistência por todos os meios é um direito. Neste sentido, eliminar o direito à violência contra uma situação ilegal gerida pelo Estado significa retirar o fundamento da democracia” (SAFATLE, 2010, p. 246). Portanto, não seria possível falar de conexão criminal, simplesmente porque não houve conexão entre os crimes políticos cometidos pelos opositores do regime e os crimes comuns contra eles praticados pelos agentes da repressão.

Estudiosos defendem que crimes conexos somente podem ser reconhecidos nas hipóteses de crimes políticos e crimes comuns perpetrados pela mesma pessoa. Todavia, a anistia abrange apenas os autores de crimes políticos ou contra a segurança nacional e, eventualmente, de crimes comuns a eles ligados pela comunhão de objetos.

Foi com o objetivo de superar essas controvérsias e dúvidas em torno da Lei de Anistia, que a OAB apresentou, em 2008, a ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental) nº 153, cobrando do STF (Supremo Tribunal Federal) um encaminhamento estritamente constitucional para a Lei de Anistia. Defendiam, assim, que os benefícios garantidos às vítimas da ditadura não fossem estendidos aos

2. Nesse sentido é interessante observar a “Teoria dos Dois Demônios”, amplamente difundida na América Latina, que defende a ideia de que a violência dos militares (o primeiro demônio) foi necessária para conter os “terroristas” (segundo demônio). Com isso, busca-se igualar a violência de um lado com a do outro, em uma clara construção histórica que busca atender interesses militares e, também de civis que conspiraram em 1964 e, posteriormente, sustentaram a Ditadura Militar; nesse sentido, buscaram a construção de uma legitimidade para a violência do estado.

crimes comuns perpetrados pelos agentes do estado. Esse posicionamento é expresso de maneira objetiva na peça final protocolada pela OAB no STF.

(...) uma interpretação conforme a Constituição, de modo a declarar, à luz de seus preceitos fundamentais, que a anistia concedida pela citada lei aos crimes políticos ou conexos não se estende aos crimes comuns praticados pelos agentes da repressão contra opositores políticos, durante o regime militar (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, 2008, p. 29).

Recebida sob a relatoria do Ministro Eros Graus, o julgamento da ADPF 153 teve início no dia 28 de abril de 2010, com sete votos contrários, e somente dois deles favoráveis ao acolhimento das pretensões da argente. Ao refutar as alegações da OAB, Eros Grau argumenta que a anistia de fato resultou de um acordo, um verdadeiro entendimento entre a população civil e o governo militar e, a seu ver, nos exatos termos de sua promulgação. Em suas palavras:

É evidente que reconhecer a legitimidade da Lei de Anistia não significa apagar o passado. (...) Romper com a boa-fé dos atores sociais e os anseios das diversas classes e instituições políticas do final dos anos 70, que em conjunto pugnaram – como já demonstrado – por uma Lei de Anistia ampla, geral e irrestrita, significaria também prejudicar o acesso à verdade histórica (BRASIL, 2010, p. 18).

Assim, a despeito da controvérsia em torno da “questionável auto-anistia”, argumenta que em decorrência de sua amplitude, a anistia trouxe mais ganhos do que perdas para os subversivos.

Há quem se oponha ao fato de a migração da ditadura para a democracia ter sido uma transição conciliada, suave em razão de certos compromissos. Isso porque foram todos absolvidos. Ocorre que os subversivos a obtiveram, a anistia, à custa dessa amplitude. Era ceder e sobreviver ou não ceder e continuar a viver em angústia (em alguns casos, nem mesmo viver). Quando se deseja negar o acordo político que efetivamente existiu resultam fustigados os que se manifestaram politicamente em torno dos subversivos (BRASIL, 2010, pp. 37-8).

A manobra argumentativa, se referia ao acordo histórico que ajudou a manipular e ajustar a Lei de Anistia aos interesses do governo militar, que já apresentava sinais de esgotamento nesse final de anos 1970.

Com o fim iminente do regime, a anistia seria uma espécie de salvaguarda contra prováveis futuras ações contra militares e civis que praticaram atos bárbaros durante todo o período ditatorial. O voto de Eros Grau contra a ADF-153 definiu, pois, uma linha de raciocínio que foi seguida pela maioria dos membros da corte, como deixa entrever os votos de outros ministros, oito dos quais analisaremos no transcrito desse texto, sendo seis favoráveis e dois contrários ao voto do relator.

Em linhas gerais, os signatários da tese de Grau, defendem que os termos em que foram realizados os entendimentos para a aprovação da Lei de Anistia não poderiam ser modificados, uma vez que resultou de um pacto conciliatório entre a sociedade civil e o Estado, a fim de equiparar os crimes e, assim, conceder o perdão recíproco a todos os envolvidos. Argumentavam, ainda, que esse entendimento poderia ajudar o Brasil a superar muitos dos traumas que assombravam a sua história contemporânea. Superadas essas divergências, a sociedade brasileira poderia finalmente olhar para o futuro sem carregar a culpa de um passado mal resolvido. Os militantes e defensores dos direitos humanos que participaram dos debates para a criação da Lei de Anistia questionavam, porém, a legitimidade de seus perdões. Segundo esses questionamentos, pelas circunstâncias políticas da época, o acordo do qual resultou a Lei de Anistia, prestou-se mais em atender as orientações e interesses do governo militar do que as apelações requeridas pela sociedade civil. A esse respeito, é importante chamar a atenção para o fato de que:

(...) em vários países da América Latina que sofreram com ditaduras militares, foram promulgadas leis de anistia na passagem para a transição democrática, sob a alegação de pacificação dos espíritos em prol da reconciliação nacional, mas que na realidade visavam conceder um manto de impunidade aos perpetradores de graves violações contra os direitos humanos, que vêm sendo interpretadas sob a ótica do direito internacional dos direitos humanos e do direito penal internacional como crimes internacionais e, por consequência, imprescritíveis e inaniestáveis (SANTOS, 2009, p. 155).

A ação judicial proposta pela OAB trabalhou, pois, no sentido de corrigir o vício originário da lei, isto é, a simetria com que tratava e responsabilizava os crimes dos civis e os crimes praticados por agentes do Estado. Para essa entidade, aqueles que viviam a dor da perda de entes queridos: pais, filhos, amigos,

que estavam presos, exilados ou desaparecidos não estavam em condições de negociar em patamar de igualdade com seus algozes. Pode-se dizer, então, que ao relativizar os crimes dos torturadores, o STF colocou em um mesmo patamar os violadores dos direitos humanos e suas vítimas. Talvez por isso, o Brasil tenha concebido uma anistia contraditória, mas, ao mesmo tempo, absolutamente coerente com sua tradição política conservadora, ou seja, uma anistia pensada, concebida e institucionalizada com o objetivo de promover uma “conciliação” nacional.

No curso das discussões sobre a pertinência da ADPF, diversos órgãos governamentais tiveram de se manifestar. Alguns deles apresentaram pareceres contrários ao que propugnava a ADPF 153. Esse foi o caso, por exemplo, da Procuradoria Geral da República (PGR) e da Advocacia Geral da União (AGU)³. Argumentavam basicamente que no momento de aprovação do texto da Lei de Anistia, houve um longo debate entre sociedade civil e Governo que não poderia ser alterado pelas forças das circunstâncias, sob risco de comprometer todos os acordos que viabilizaram a transição pacífica do regime ditatorial para o regime democrático. Reafirmavam, todavia, a urgente necessidade de se levar essa discussão adiante considerando, contudo, o contexto histórico em que se produziu a Lei nº. 6.683/1979. Assim, somente assim, evitar-se-ia a sombra do revanchismo, afinal, se a anistia era resultado de um acordo entre os atores diretamente envolvidos, não caberia, portanto, nenhuma revisão no texto. Defendem, então, pela improcedência do pedido solicitado na ação da OAB.

3. Procuradoria Geral da República, segundo prevê a Constituição Federal, o procurador-geral da República deve sempre ser ouvido nas ações de inconstitucionalidade e nos processos de competência do Supremo Tribunal Federal. O procurador-geral da República pode promover ação direta de inconstitucionalidade e ações penais para denunciar autoridades como deputados federais, senadores, ministros de Estado e o presidente e o vice-presidente da República. Representar, perante o Supremo Tribunal Federal, pela intervenção nos Estados e no Distrito Federal na hipótese do art. 34, VII, e no caso de recusa à execução de lei federal (CF, Art. 36, III). Também pode, perante o Superior Tribunal de Justiça, propor ação penal e representar pela federalização de casos de crimes contra os direitos humanos. A Advocacia-Geral da União, nos termos do art. 131 da Constituição, “é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo”. <http://www.pgr.mpf.br/conheca-o-mpf/procurador-geral-da-republica>. (Acesso em 15 de out. 2017).

Ajuizado no STF e compondo a base argumentativa do Relator Eros Grau, o parecer da PGR e da AGU foi de fundamental importância para ajudar a fundamentar os votos dos Ministros do STF. Apoiando-se nos pareceres da PGR e da AGU a Ministra Carmen Lúcia, em seu voto, seguiu o relator e ponderou que o julgamento da ADPF deveria se dedicar exclusivamente em analisar a extensão da questionada expressão “crimes conexos”. De acordo com as suas análises “(...) o direito à verdade, o direito à história, o dever do Estado brasileiro de investigar, encontrar respostas, divulgar e adotar as providências sobre os desmandos cometidos no período ditatorial (...)” (BRASIL, 2010, p. 79) não estavam em questão.

Argumenta em seguida que anistia não significa esquecimento. Daí a “obsessão” da sociedade brasileira em investigar detalhadamente a responsabilidade ou ausência de responsabilidade do Estado com seus entes nas décadas de sessenta, setenta e início da década de oitenta. Esse foi um período sombrio da história brasileira, que entre outras temeridades, presenciou os atentados contra o Conselho Federal da OAB e do Riocentro. Desvendar as verdadeiras motivações desses atentados e de outros crimes cometidos contra a sociedade civil pelos agentes do Estado e dos agentes civis contra as representações do Estado, seria uma maneira de apurar com isenção as responsabilidades, a fim de encaminhar providências administrativas e jurídicas adequadas sem se deixar levar pelas paixões do contexto histórico.

A Ministra Carmem Lúcia desacolheu a preliminar relativa à inadequação da arguição, em razão da ausência de comprovação de controvérsia judicial relevante. Proferiu, assim, seu voto no sentido de acompanhar o Ministro Relator, ou seja, pela improcedência da ADPF 153, argumentando que a interpretação considerou a aplicação efetiva e eficaz de todo o sistema constitucional brasileiro, e levou-se em consideração o momento político de transição do regime autoritário para o democrático no qual foi promulgada a Lei de Anistia.

Em outro voto revelador, a Ministra Ellen Gracie faz uma análise em que buscava estabelecer paralelo entre a memória, a anistia e o esquecimento ou superação dos traumas sociais. Sustenta que as afirmações da inicial e as alegadas agressões a preceitos fundamentais não foram verificadas. Sua argumentação foi, pois, sistematizada no sentido de comprovar que não houve ofensa ao conhecimento da verdade, afinal o

conhecimento dos documentos relativos ao período não foi matéria de proibição pela anistia. A esse respeito afirma:

O argumento de que a lei recusa o conhecimento da verdade (ofensa ao art. 5o, XXXIII, da Constituição Federal) não resiste à constatação do cunho de objetividade da anistia, que não se direciona a pessoas determinadas, mas a certos delitos cometidos ao longo de um determinado período de tempo. A esses delitos, a lei de anistia retira a carga de punibilidade. O conhecimento dos documentos relativos ao período não é obstaculizado pela anistia, mas por normas outras que os cobrem de sigilo e cuja constitucionalidade já está submetida ao crivo deste Tribunal (Lei 8.159/91 e 11.111/05, objeto da ADI 4.077) (BRASIL, 2010, p. 151).

Ellen Gracie salienta ainda, que o pedido alternativo de interpretação, para que se retirassem do âmbito de abrangência da lei os atos praticados pelos agentes da repressão não poderiam ser acolhidos, pois a anistia é a superação do passado com vistas à reconciliação de uma sociedade em que os oponentes aceitam as bases do acordo. Afirma, assim, que a finalidade precípua da anistia é a pacificação social e política e é isso, exatamente isso, que lhe confere caráter bilateral.

A despeito dessa argumentação, uma dúvida permanece sem resposta: como convencer os familiares e os perseguidos pela ditadura de que as vítimas e seus algozes tinham os mesmos direitos? Em suas palavras:

(...) o pedido alternativo de interpretação conforme que retirasse do âmbito de abrangência da lei os atos praticados pelos agentes da repressão, tampouco pode ser atendido. Anistia é, em sua acepção grega, esquecimento, obliúvio, desconsideração intencional ou perdão de ofensas passadas. É superação do passado com vistas à reconciliação de uma sociedade. E é, por isso mesmo, necessariamente mútua. É o objetivo de pacificação social e política que confere à anistia seu caráter bilateral. A esse respeito, Plutarco dizia ‘uma lei que determina que nenhum homem será interrogado ou perturbado por coisas passadas chamada Anistia, ou lei do Esquecimento’ (BRASIL, 2010, p. 152).

Finaliza seu voto lembrando que é impossível viver com os olhos voltados exclusivamente para o retrovisor da história e registra:

Não é possível viver retroativamente a história, nem se deve desvirtuá-la para que assuma contornos que nos pareçam mais palatáveis. Uma nação tem sua dimensão definida pela coragem com que encara seu

passado, para dele tirar as lições que lhe permitiam nunca mais repetir os erros cometidos (BRASIL, 2010, p. 153).

O decano do STF, Ministro Celso de Mello, por sua vez, inicia seu voto enfatizando que os atos cometidos ocorreram há mais de vinte anos e que portanto, a análise da Lei de Anistia não deveria considerar o contexto atual, mas o da época em que ela foi redigida. A esse respeito afirma:

Vê-se, portanto, que o Congresso Nacional tinha, em 1979, a faculdade de estender o benefício da anistia às infrações penais de direito comum, vale dizer, aos ilícitos não políticos, muito embora estejam pré-excluídos, hoje, do âmbito de incidência das leis concessivas de anistia, os crimes comuns a que se refere o inciso XLIII do art. 5o da vigente Constituição (BRASIL, 2010, pp. 172-3).

O Ministro Marco Aurélio Mello, em seu voto, afirma que o próprio artigo 1º da Lei 6.683/79 veio com uma definição toda própria de conexão - e o critério da especificidade prevalece não se podendo abrir a lei geral, o Código de Processo Penal, colacionando o preconizado pelo §1º do referido dispositivo legal. Argumenta o Ministro, que os desvios de conduta foram a partir de atos de força do regime de exceção que grassava à época, os quais estavam relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política. Neste sentido, explica que:

Os desvios de conduta cometidos, condenáveis o foram a partir de atos de força, do regime de exceção que grassava à época, por isso se disse relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política, a pretexto de se combater aqueles que se insurgiam (BRASIL, 2010, p. 156).

Finaliza seu voto acompanhando o Presidente, ressaltando que o voto proferido, servirá de reflexão e também de alerta às gerações futuras quando, considerada a oportunidade, houver uma nova Lei de Anistia e impugnação imediata.

Ministro Gilmar Mendes considerou a Arguição improcedente, e em seu voto desenvolveu uma argumentação técnica que para além das especificidades jurídicas, buscou fundamentá-lo numa particular interpretação do contexto da transição política no país. De acordo com o Ministro:

O período da ditadura militar no Brasil gerou diversas lutas internas, e o exame das situações ocorridas naquele momento histórico permite constatar a existência de grupos contrapostos(...) A contraposição ideológica permitiu a realização de diversas agressões, que se constituíram em fatos típicos criminais, praticados, de um lado, pelo Estado forte e monopolizador do aparelho organizatório e, de outro, por núcleos de cidadãos ideologicamente contrários. Não obstante o desnível de potencialidade ofensiva exercida durante os tempos de beligerância, é preciso observar que tanto houve agressões praticadas pelo Estado, por meio de seus agentes repressores, quanto por intermédio de cidadãos organizados politicamente, em derredor de um direcionamento político (BRASIL, 2010, p. 238).

Gilmar Mendes faz *tabula rasa* a história e de seus acontecimentos, e busca equivalência para crimes que foram cometidos tanto pelos agentes da repressão como pelos opositores do regime, de modo que uma anistia que não fosse bilateral, portanto, estaria ignorando os fatos relacionados àquele momento histórico do país. Ignora, obviamente não por desconhecimento, mas por opção jurídica ideológica que fica evidenciada na sequência de seu raciocínio.

Não é possível conferir ilicitude criminal a alguns atos e, ao mesmo tempo, reconhecer que outros de igual repercussão possuem natureza distinta e podem ser justificados em razão do objetivo político ideológico que os geraram (...). Assim, a perspectiva ideológica não justifica o cometimento de atrocidades como sequestros, torturas e homicídios cruéis. Ademais, ainda que fosse possível justificá-las – e não é possível –, é certo que muitos dos que recorreram a estes delitos não buscavam a normalidade democrática, mas a defender sistemas políticos autoritários, seja para manter o regime de exceção, seja para instalar novas formas de administração de cunho totalitário, com bases stalinistas, castristas ou maoístas (BRASIL, 2010, p. 239).

Lewandowski abre divergência com voto do relator e pondera que o Brasil é signatário do Comitê de Direitos Humanos e que devido a esse alinhamento tem o dever de se posicionar sobre o resgate da história e da memória do período autoritário e comenta que:

(...) convém lembrar, também, que o Comitê de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas já assentou que os Estados Partes do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos –

ratificado pelo Brasil – têm o dever de investigar, ajuizar e punir os responsáveis por violações de direitos nele protegidos (...) (BRASIL, 2010, p. 128).

Apesar de constituir o posicionamento minoritário da Corte, a decisão apresentada por Lewandowski registrou inflexão no julgamento e mostrou que nem todos os Ministros brasileiros aceitavam a anistia automática que a lei buscava conceder aos agentes da repressão brasileira. Seu voto abriu questionamento à isonomia generalizante que se buscava para entes tão díspares, ou seja, questionava o fato de a lei oferecer aos agentes do Estado envolvidos com violações aos direitos humanos os mesmos benefícios que se ofereciam aos perseguidos, torturados e banidos da vida cívica por mais de vinte anos.

Corroborando com algumas das teses defendidas por Ricardo Lewandowski, o Ministro Ayres Britto acompanha o voto da divergência encabeçado por Lewandowski, e afirma:

(...) uma coisa é a coletividade perdoando; outra coisa é o indivíduo perdoando. Digo isso porque a anistia é um perdão, mas é um perdão coletivo. É a coletividade perdoando quem incidiu em certas práticas criminosas. E, para a coletividade perdoar certos infratores, é preciso que o faça de modo claro, assumido, autêntico, não incidindo jamais em tergiversação redacional, em prestidigitação normativa, para não dizer em hipocrisia normativa (BRASIL, 2010, pp. 135-136).

Em outra passagem de seu voto o Ministro alerta:

Conceder anistia ampla, geral e irrestrita tem que ser algo muito deliberado e muito claro, principalmente se formalizada após um regime político de exceção. O que interessa é a vontade objetiva da lei, não é a vontade subjetiva do legislador (BRASIL, 2010, pp. 140-141).

Em outras palavras, Ayres Brito e Lewandowski estão a criticar a interpretação histórica em contraposição ao que determina a “vontade da lei”. Britto refuta as formulações do método histórico que por parte dos colegas da Corte empregavam para justificar os seus votos. Em suas palavras:

(...) entendo que, no caso, as tratativas ou precedentes devem ser considerados secundariamente, porque o chamado “método histórico de interpretação”, em rigor, não é um método. É um parâmetro de

interpretação jurídica, porque a ele só se deve recorrer quando subsiste alguma dúvida de inteligência quanto à vontade normativa do texto interpretado (BRASIL, 2010, p. 137).

A Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça contrariou os pareceres da PGR e da AGU e, neste sentido, emitiu parecer favorável à declaração de inconstitucionalidade da interpretação extensiva da lei da anistia. As discussões eram fermentadas pela conjuntura política, o que possivelmente tenha influenciado a decisão da Secretaria - Geral de Contencioso da Advocacia Geral da União, a defender a improcedência pela “ausência de controvérsia judicial e falta de impugnação de todo o complexo normativo”, pois entediam que apenas parcela dele não seria cabível para o caso.

Nessa mesma linha de atuação, posicionou-se a Câmara dos Deputados e o Senado Federal. Os representantes do senado alegaram a inépcia da peça inicial, o que inviabilizava juridicamente o pedido e ausência de interesse de agir⁴. A Câmara dos Deputados informou que a referida lei fora aprovada seguindo todos os requisitos legais e, portanto, não cabiam mais apelações.

A Câmara dos Deputados exalta a relevância dos debates e ratifica os encaminhamentos da Procuradoria Geral da República. Afirma, assim, que *a anistia no Brasil, tal como concedida pela Lei 6.683/79, resultou de um longo debate nacional com a participação de diversos setores da sociedade civil e que, portanto, não cabia revisão do caso.*

Como *amicus curie*⁵ se manifestaram a Associação dos Juizes para a Democracia, O Centro pela Justiça e o Direito Internacional – CEJIL, a Associação Brasileira de Anistiados Políticos e a Associação Democrática e Nacionalista de Militares – ADNAM, esses todos reforçando o entendimento no sentido de declarar a procedência (aceitação) do pedido.

O ministro relator Eros Grau, conheceu⁶ da Arguição repelindo os ataques preliminares quanto ao

cabimento da referida demanda. No mérito, afirma a integração da Lei de Anistia na nova ordem constitucional inaugurada em 1988, já que esta compõe e amolda na origem da nova norma fundamental pela sua coexistência com o §1º do artigo 4º da EC 26/85, julgando por fim improcedente a ação.

Após longo debate e diversas apelações, em abril de 2010, conheceu-se o resultado final: rejeitada por maioria de sete votos contra dois,⁷ prevaleceu o entendimento pela “Anistia ampla, geral e irrestrita”. Assim, todos, independentemente do lado em que estavam no momento da ditadura, seriam isentos de seus crimes.

Em 2010, quando o (STF) Supremo Tribunal Federal finalizou o julgamento da ADPF 153 referendou também a interpretação original da Lei da Anistia concedendo, assim, aos agentes do Estado – acusados de violações de direitos humanos – os mesmos direitos que as vítimas do Estado requeriam. Situação bastante inusitada, como bem observa Safatle:

Às vezes, perdemos a capacidade de enxergar o caráter absurdo de exceção que sela o destino do nosso país. Como se não bastasse o fato do Brasil ser o único país da América Latina onde a Lei de Anistia vale para acobertar crimes contra a humanidade, como o terrorismo de Estado, a tortura e a ocultação de cadáveres, o único país onde as Forças Armadas não fizeram um mea-culpa sobre o regime militar, onde os corpos de desaparecidos ainda não foram identificados porque o Exército teima em não dar tais informações, descobrimos que, caso a anistia contra tais carrascos seja suspensa, ministros do STF estariam dispostos a condenar também militantes da luta armada contra o regime militar por assassinato e tortura (SAFATLE, 2010, p. 244).

Essa decisão suscitou inúmeras polêmicas, sobretudo, porque trilhou um caminho diametralmente oposto daquele recomendado pela jurisprudência internacional, que por intermédio da Corte Interamericana de Direitos Humanos, pedia julgamento diferenciado

4. Interesse de agir; na técnica forense, é a expressão usada para exprimir o *direito* que assiste à pessoa, para que possa vir judicialmente pleitear ou defender seus direitos. Mais informações a esse respeito Cf (SILVA, 2008, p. 433).

5. Expressão latina (amigos da corte) adotada no sistema jurídico inglês significando o terceiro no processo que é convocado pelo juiz para prestar informações ou esclarecer questões técnicas, inclusive jurídicas, que interessam à causa (SILVA, 2008, p. 47).

6. Conhecer uma ação: significa que ela possui condições para que se aprecie seu pedido, ou seja, preenche os requisitos mínimos exigidos em lei para que os juizes, desembargadores, ou ministros, a

dependem do caso julguem o pedido principal da ação.

7. Além do ministro Eros Grau, também votaram contra a ADPF as ministras Cármen Lúcia Antunes Rocha e Ellen Gracie, e os ministros Gilmar Mendes, Marco Aurélio, Celso de Mello e Cezar Peluso. A favor votaram os ministros Ricardo Lewandowski e Ayres Britto. Cabe destacar que não votaram os ministros Dias Toffoli, pois no momento em que a ação foi ajuizada, estava à frente da Advocacia Geral da União à época em que a ação foi ajuizada e Joaquim Barbosa que estava licenciado por razões de saúde.

para as vítimas das ditaduras na América Latina. Ora, sendo o Brasil signatário dessa Convenção, deveria, pois, submeter-se a essa jurisdição.⁸

A doutrina não é, contudo, unânime quanto ao argumento de que o Brasil no julgamento da referida ação deveria caminhar ao encontro da jurisprudência internacional e julgar o caso como inconstitucional. A esse respeito alguns estudiosos, como os professores de Direito Penal Dimoulis, Martins e Swensson Junior (2010), chamam a atenção para o fato de que essa questão não necessariamente se estruturou em uma relação binária entre mocinhos e bandidos. E fazem uma pergunta incômoda, porém, necessária para a contribuição ao debate: agiram os agentes do subsistema penal por conta própria, ou buscavam salvaguardar o país dos comunistas? Além de polêmica essa visão expressa uma contraposição ideológica, que na época das discussões para a aprovação da anistia ampla, geral e irrestrita havia ficado represada.

A lei nº 6.683/79 nunca anistiou os responsáveis pelos crimes da ditadura; os delitos praticados são crimes de lesa humanidade, e por isso são imprescritíveis e não podem ser objeto de anistia". A primeira linha, em confronto aberto com a norma interpretativa, Swensson Junior tem a coragem de formular a pergunta politicamente incorreta, mas juridicamente indispensável: os agentes do subsistema penal DOPS-DOI/CODI atuaram "por razões pessoais" (sadismo, desafetos etc.) ou "por razões políticas – por exemplo, para salvaguardar o país dos comunistas"? Sim, porque se a resposta correta for à segunda, estaríamos sem dúvida diante de crimes conexos expressamente anistiados (muitos sustentariam, com base no critério tradicional, estarmos diante de autênticos crimes políticos, igualmente anistiados) (DIMOULIS, MARTINS e JUNIOR, 2010, p. 8).

Seja como for, quando a sociedade brasileira buscou conhecer as verdadeiras intenções que motivaram as ações truculentas dos agentes do Estado na época da ditadura, muitas dificuldades foram encontradas. Algumas dessas dificuldades podem ser associadas ao inexplicável e longo hiato que houve entre os debates

e a propositura da ação; outras, podem ser relacionadas ao acesso restrito que os envolvidos tiveram e, ainda hoje, têm sobre os documentos da época.

Entre as funções básicas do Estado moderno encontra-se o monopólio da punição amparada na lei. Autores como Dimoulis, Martins e Junior (2010), questionam a centralidade dessa discussão e rejeitam a tese que normalmente aceitamos como crime político. O ponto de partida desses autores não encontra consenso fácil, mas precisa ser levado em consideração. Eles defendem, por exemplo, que o crime de tortura não se enquadra na categoria de crime político e, portanto, não poderia ser classificado como tal pela lei de anistia.

Considerando a hipótese de que a verdade não é um fundamento absoluto para nenhuma das ciências humanas e pensando nas possibilidades interpretativas que esse fato abre aos pesquisadores, Dimoulis, Martins e Junior (2010) argumentam que:

O conjunto de garantias que neutralizam possibilidades investigatórias empíricas (provas ilícitas, interdições de autoincriminação, testemunhas inaudíveis por dever de sigilo etc.) sinalizam quão limitada é a "elucidação da verdade" (DIMOULIS, MARTINS e JUNIOR, 2010, p. 10).

A Democracia é um regime de governo em que todas as importantes decisões políticas têm a corresponsabilidade do povo, afinal é ele o responsável pela escolha dos representantes dos legisladores da nação. Apesar de sua natureza participativa, a democracia convive, ainda assim, com muitos paradoxos instrutivos, que dentro das normas processuais, podem invalidar a soberania popular, pois busca atender tão somente aos aspectos jurídicos relativos aos processos penais. "(...) o interesse pela verdade do processo penal, sobre tortura cometida em inquéritos policiais da ditadura dependeria na razão direta da ilegalidade e do arbítrio empregados nos inquéritos destinados agora a tal elucidação" (DIMOULIS, MARTINS e JUNIOR, 2010, p. 9).

Os autores buscam, assim, manter uma distância segura do lugar comum dos que sempre declinam apoio aos pareceres emitidos pelo STF e rejeitam enfaticamente a movimentação dos que buscam declarar o texto da Lei de Anistia inconstitucional. Argumenta ainda que o que ocorreu foi uma interpretação equivocada da lei, uma vez que todos os crimes deveriam ser apurados, e investigados, considerando apenas a sua real motivação. Assim, somente assim, poder-se-iam desvelar

8. (...) em sentido lato, jurisdição é o poder atribuído a uma autoridade para fazer cumprir determinada categoria de lei e punir quem as infrinja em determinada área [...] (SILVA, 2008, p. 454). O Brasil enquanto estado soberano aderiu voluntariamente à Convenção Interamericana de Direitos Humanos, e uma de suas cláusulas submete o Brasil ao Julgamento a esse Tribunal em questões correlatas

as reais motivações da natureza dos crimes praticados sob a proteção dos militares, o que facilitaria a responsabilização e punição dos infratores.

Essa linha de raciocínio jurídico foi duramente criticada por alguns historiadores do direito, notadamente por Paulo Abraão e Marcelo D. Torelly (2010). Conforme argumentam esses autores, a Constituição Federal de 1988 foi elaborada por pessoas notáveis que não desprezaram a importância do debate sobre a anistia. Ainda segundo esse raciocínio, os protagonistas do debate e elaboração da Lei de Anistia não imaginavam que o texto deixaria tantas lacunas para os mais diferentes questionamentos e interpretações. Criticam, assim, uma anistia que consideram “ambígua e bilateral, uma vez que a anistia diante desse novo texto, pouco contemplava os interesses dos que foram prejudicados pelos atos de exceção” (ABRÃO & TORELLY, 2010, p. 17). Então, para esses autores, independentemente da questão da motivação do crime, todas as vítimas do regime militar foram, de uma forma ou de outra, lesadas por terem uma opinião contra o governo.

(...) a verdade histórica seria antes da reconstrução processual-penal às provas lícitas regularmente produzidas nos autos ao pequeno “mundo” explorável dessa investigação que não pode fugir de um prévio mapa, desvela a miséria cognitiva do juiz diante do historiador; e o protótipo do rebelde contra essas limitações é precisamente um torturador igualmente sobre o déficit de legitimidade da pena, perpassando as desacreditadas teorias legitimistas da inflição juridicamente determinada de sofrimento: “a ideia de que a punição de crimes cometidos durante a ditadura militar evitaria o estabelecimento de um novo regime autoritário superestima a capacidade do direito (DIMOULIS, MARTINS e SWENSSON, 2010, p. 10).

Ocorre que o tropel do tempo vergasta as fontes documentais e torna cada vez mais difícil a tarefa de encontrar a verdadeira motivação dos acontecimentos do passado. Outro impedimento a ser considerado sobre a busca da “verdade” é que quando os documentos ou outras provas, como testemunhas vivas, são encontrados, ainda assim, persiste a dificuldade para a resolução do problema, qual seja: saber se a jurisprudência brasileira vai aceitar essas fontes em um processo já em andamento. A esse respeito, o eminente criminologista Nilo Batista, ao fazer a apresentação do livro de Dimoulis, Martins e Swensson, chama-nos a

atenção para o fato de que a busca extemporânea pela verdade pode suscitar geralmente inconvenientes políticos e morais para a sociedade. Em suas palavras:

O Professor Dimitri Dimoulis registra os indicadores de uma tendência de mudança no Brasil (“da anistia para a responsabilização e a busca da verdade”). Quanto a esta segunda meta, assinala o Autor um inconveniente prático (o decurso do tempo embaçando, qual se agregam um inconveniente político (porque “a livre busca da verdade não pode ser admitida em um Estado de direito”) e inconveniente moral (expresso seja na inevitável seletividade das “descobertas” sob tais condições, seja no conteúdo de “chantagem” do instrumento da “autoincriminação premiada” que eventualmente pretende utilizar) (DIMOULIS, MARTINS e SWENSSON, 2010, p. 10).

A questão é mais complexa do que parece e não se restringe aos limites dos costumes e tradições que estão circunscritos ao território nacional. Bem como, do mesmo modo, não se pode responsabilizar o STF por todos os equívocos de interpretação da Convenção Interamericana de Direitos Humanos, que em uma de suas cláusulas determina que os países signatários dessa Carta se submetam às suas decisões.

É urgente ter clareza da importância desse debate e, mais, de uma forma interdisciplinar, em que cada área do conhecimento possa dar suas contribuições. Assim, cabe aos historiadores provocarem um “mal-estar” com as lembranças incômodas, evitando o esquecimento, lutando pela preservação da memória pois:

De início e maciçamente, é como dano à confiabilidade da memória que o esquecimento é sentido. (...) Sob esse aspecto, a própria memória se define, pelo menos numa primeira instância, como luta contra o esquecimento (RICOEUR, 2007, p. 424).

Foi justamente a busca pela verdade, pela memória, que provocou ajustes em leis semelhantes criadas em outros países da América Latina. Tais leis foram (...) confrontadas com o chamado “direito à verdade”. Vítimas ou seus familiares, notadamente dos desaparecidos, ajuizaram ações nos Tribunais amparadas nesse direito (SANTOS, 2009, p. 164). Infortunadamente, no caso do Brasil, esse tem sido um aspecto desfavorável ao conhecimento da verdade e, portanto, perdeu-se uma enorme chance de reversão dessa situação, no julgamento do STF da ADPF 153.

Considerações finais

Ainda hoje, os impactos da Lei se fazem sentir, seja pela necessidade de condenar os atos bárbaros praticados no período da ditadura, quanto pela reparação desses atos, pois como indica Santos, no Brasil:

(...) até mesmo ações cíveis de conteúdo declaratório, movidas por familiares de vítimas, ou de conteúdo condenatório, visando o ressarcimento ao erário, movidas pelo Ministério Público Federal, estão sendo inviabilizadas pela aplicação da lei 6.683/79, em que pese o instituto da anistia não extinguir as obrigações civis dos fatos criminosos. Não só os direitos das vítimas, mas também o da coletividade, à promoção dos valores da justiça de transição são afetados pela anistia que protege os indivíduos da responsabilidade civil e/ou administrativa e impede o acesso ao pedido por danos, direta ou regressivamente, ou apenas declaratórios (das torturas) apurados em um procedimento cível (SANTOS, 2009, p. 166).

Assim, a lei 6.683/79 acabou por estabelecer uma espécie de censura sobre os episódios ocorridos ao longo da ditadura militar no Brasil, dificultando acesso a documentos, impedindo o julgamento e condenação de torturadores, contribuindo para consagrar entre certos setores, a ideia de que foi um “mal necessário” ou mesmo de que os militares foram heróis que salvaram a pátria da “ameaça comunista”. Nesse jogo político de transferência de responsabilidades, os três poderes acabaram por participar desse pacto de esquecimento.

(...) os juízes escudaram-se de avaliar ou mesmo ponderar como esta sentença legitimava a ditadura militar à medida que reconhecia os golpistas de 64 como sujeitos legítimos, entre outras questionáveis ponderações. Uma delas, bem curiosa enquanto pressuposto do Estado de Direito e independência dos poderes, afirmou que não cabia ao judiciário reescrever o acordo político que permitiu a redemocratização, e sim ao parlamento (o que não confere a mesma postura à instituição como poder autônomo, contrapondo aos demais poderes em julgamentos de outras situações políticas), valorizando, em última instância, a persistência do pacto conciliatório brasileiro originário da colonização (CUNHA, 2010, p. 40).

Observa-se, assim, que parte da sociedade continua legitimando as ações do Estado Militar como necessárias para conter os comunistas, o caos, a desordem, a crise econômica, e acaba por igualar agressores

e vítimas. Defendem alguns que esses atos do passado tinham a nobre missão de assegurar um futuro luminoso para os brasileiros. As batalhas de 1964, dessa forma, continuam sendo travadas ainda hoje, agora batalhas pela memória, pelo lembrar e pelo esquecer, por como lembrar ou o que esquecer.

Referências

- ABRÃO, PAULO; TORELLY, MARCELO D. “Justiça de Transição no Brasil: a dimensão da reparação”. In *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*, nº 3 (jan. / jun. 2010). Brasília:Ministério da Justiça, 2010.
- BAUER, Caroline Silveira. *Um estudo comparativo das práticas de desaparecimento nas ditaduras civil-militares argentina e brasileira e a elaboração de políticas de memória em ambos os países*. Porto Alegre: UFRGS, 2011. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 153*. Inteiro Teor do Acórdão. Relator: Ministro Eros Grau. Abril, 2010. <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=612960>>. Acesso em 14 de setembro de 2017.
- Brasil. *Constituição Federal*. Lei nº 6.683/79. Concede anistia e dá outras providências. Publicado em DOU de 28/08/1979.
- CUNHA, Paulo Ribeiro da. “Militares e anistia no Brasil: um dueto desarmônico” In *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo Boitempo, 2010.
- DIMOULIS, Dimitri; MARTINS, Antonio e JUNIOR, Lauro Joppert Swensson; *Justiça de Transição no Brasil*. São Paulo:Saraiva, 2010.
- ORDEM dos Advogados Do Brasil. *Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 153*. 2008. http://www.oab.org.br/arquivos/pdf/Geral/ADPF_anistia.pdf. Acesso em: 14 de setembro de 2017.
- REMÍGIO, Rodrigo Ferraz de Castro. “Democracia e Anistia Política: Rompendo com a cultura do silêncio, possibilitando uma Justiça de Transição”. In *Revista Anistia Política e Justiça de Transição / Ministério da Justiça*, nº 1 (jan./jun. 2009). Brasília:Ministério da Justiça, 2009, pp. 178-202.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas-SP:Ed. da UNICAMP, 2007.
- SAFATLE, Vladimir. Do uso da violência contra o Estado ilegal. In *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo:Boitempo, 2010.

- SANTOS, Roberto Lima e BREGA F. Vladimir. Os Reflexos da “Judicialização” da Repressão Política no Brasil no seu Engajamento com os Postulados da Justiça de Transição. In *Revista Anistia Política e Justiça de Transição* / Ministério da Justiça, nº 1, jan./jun., 2009. Brasília:Ministério da Justiça, 2009, pp. 152-177.
- SILVA, Plácido e. *Dicionário Jurídico*. Rio de Janeiro:Forense, 2008.

O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DAS TRINTA HORAS SEMANAIS AOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE DIADEMA: avanços e desafios

Claudia Lima Monteiro*

Este texto reproduz parte do resultado da pesquisa de mestrado realizada no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social¹ e tem como foco apresentar o histórico da luta e embates enfrentados pelos funcionários públicos da Prefeitura do Município de Diadema (PMD) para a redução da jornada de trabalho para 30 horas semanais.

Em março de 2008 os profissionais estatutários² de nível superior da PMD conquistaram a redução da jornada de trabalho, sem redução de salários. Trata-se de uma conquista importante para estes trabalhadores. Divulgar esse processo de luta, pode fornecer elementos de análise aos demais trabalhadores dessa instituição, com vistas a ampliação desse direito.

O aporte teórico do estudo é marxista e tem como pressupostos o trabalho como categoria central ao ser humano e a redução da jornada de trabalho enquanto luta legítima da classe trabalhadora.

A luta pela redução da jornada de trabalho parte da premissa de que a redução da jornada de trabalho propiciará o descanso necessário ao trabalhador, a reposição de suas energias, a ampliação do seu tempo livre, a melhoria da qualidade de vida, a possibilidade de surgimento de novos postos de trabalho e uma forma de contraposição à superexploração da força de trabalho pelo capital (YACoub, 2005).

Trata-se, portanto, de uma luta histórica e coletiva, que necessita ser recuperada na contemporaneidade, de perdas de direitos. Antunes (2009) ressalta que o século XX, caracterizado pelo neoliberalismo e pelo sistema loyolista, é o período marcado pela destruição de direitos trabalhistas, flexibilização de salários e de horários, terceirização e destruição do trabalho regulamentado.

Considerando este cenário desfavorável à implementação de direitos dos trabalhadores, é importante destacar e documentar as suas conquistas, mesmo que pontuais, para que reforce a luta coletiva por melhores condições de vida e de trabalho. E, com essa perspectiva, que será apresentada a luta dos funcionários da PMD pela redução da jornada de trabalho para trinta horas semanais.

A apresentação deste histórico está embasada em pesquisas bibliográficas, consultas aos sites da PMD, da Câmara Municipal de Diadema, do Sindicato dos Funcionários Públicos de Diadema (Sindema) e reportagens arquivadas na Casa da Memória de Diadema, além da experiência da pesquisadora como funcionária estatutária da referida cidade.

Para a compreensão do processo de conquista das 30 horas semanais para o funcionalismo público da Prefeitura de Diadema, é necessário contextualizar a cidade e o processo histórico-político dos sujeitos que nela trabalham. Afinal, “O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações de sua existência” (SANTOS, 1999, p. 7).

O Território de Diadema

A cidade de Diadema ocupa uma área de 30,7 km² e encontra-se situada a uma distância de 17 km do centro de São Paulo e a 50 km do porto de Santos. Está inserida na região do Grande ABC paulista, constituída

* Doutoranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com bolsa pela CAPES. Mestre e graduada em Serviço Social pela PUC-SP. Contato: claudia65lima@hotmail.com

1. Dissertação de mestrado defendida em maio de 2013 no Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade de Católica de São Paulo, intitulada “Redução da jornada de trabalho de assistentes sociais para 30 horas semanais: Análise da experiência da experiência na Prefeitura do Município de Diadema – São Paulo”. A dissertação foi orientada pela prof^a. Dra. Rosângela Dias Oliveira da Paz.

2. Os funcionários estatutários em Diadema são admitidos por meio de concurso público municipal e seguem as normas do estatuto do funcionalismo público da cidade e não são regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

por sete municípios: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. Diadema faz divisas com as cidades de São Paulo e de São Bernardo do Campo.



Fonte: PMD
Imagem 01 – Cidade de Diadema

Sua fundação ocorreu em 25 de dezembro de 1958, data em que se emancipou de São Bernardo do Campo, por meio de um plebiscito popular. Após a sua emancipação, Diadema passa então a ser conhecida como o “D” do ABC paulista.

A cidade foi formada, em sua maioria, por uma população de migrantes, de baixa renda, oriunda da Região Nordeste do País e do estado de Minas Gerais. Sua economia era constituída por pequenas e médias empresas que forneciam peças e serviços às grandes indústrias automobilísticas da cidade de São Bernardo do Campo.

A ocupação da cidade foi caracterizada por assentamentos informais, em sua maioria em terrenos públicos. Ao analisar os dados do Censo 1980, Costa (2012) concluiu que o perfil da população era jovem e pobre, necessitando enfrentar dificuldades, como: falta de pavimentação, saneamento básico e alto índice de mortalidade infantil.

Em 1967, houve um considerável aumento populacional devido à desativação da Favela do Vergueiro, situada na cidade de São Paulo. A infraestrutura habitacional não conseguiu acompanhar tal crescimento, ocorrendo a construção de favelas. Coelho (2008) informa que, enquanto no ano de 1968, havia dois núcleos de favelas, em 1998, esse número saltou para 207.

Costa (2012) argumenta que a alteração dessa situação ocorreria a partir dos anos de 1980, com a

eleição do Partido dos Trabalhadores (PT), que geriu consecutivas administrações municipais, denominadas “democrático-populares” (COSTA, 2012, pp. 67-68).

É importante ressaltar que nas décadas de 1970 e 1980, a região do ABC ficou conhecida nacionalmente pelas manifestações sindicais e populares, que resultaram na fundação do PT. A cidade de Diadema, inserida nesse importante movimento político, elegeu em 1983 o primeiro prefeito do PT na cidade.

Costa analisa que essa primeira gestão do referido partido consolidou um modo de governar democrático, com incentivo à participação popular e a priorização de obras de infraestrutura como pavimentação, implantação de serviços de água e esgoto e energia elétrica (COSTA, 2012, p. 69). Além disso, esse histórico de continuidade político-administrativa do PT na cidade propiciou efetividade dos projetos e programas sociais e implementação de diversos serviços, como a urbanização de favelas, a regularização fundiária e a ênfase à atenção primária à saúde. Houve empenho da administração pública municipal para a participação da população em espaços públicos, como conselhos, conferências e orçamentos participativos da cidade.

O quadro a seguir ilustra a continuidade de gestões petistas municipais em Diadema, nos períodos de 1983 a 1996 e de 2001 a 2012.

Quadro 1 – Nome do prefeito, sigla partidária e gestões eleitas a partir de 1983

Nome do prefeito	Sigla partidária	Gestões
Gilson Luiz C. de Menezes	PT	1983-1988
José Augusto da Silva Ramos	PT	1989-1992
José de Filippi Junior	PT	1993-1996
Gilson Luiz C. de Menezes	PSB	1997-2000
José Filippi Junior	PT	2001-2008 (duas gestões consecutivas)
Mário Wilson P. Reali	PT	2009-2012
Lauro Michel	PV	2013-2016
Lauro Michel	PV	2017-2020

Fonte: produzido pela pesquisadora, 2013.

A cidade teve um crescimento expressivo na economia e no número de habitantes. Segundo Reali e Alli (2010), Diadema possuía 12 mil habitantes em 1960; em 1970, subiu para 79 mil; em 1980, para 228 mil e, em 1990, para 300 mil. Segundo dados do Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) de 2012, a população de Diadema era constituída de 389.963 habitantes, ocupando a 14ª posição de cidade mais populosa do estado e a 55ª do Brasil.

O estudo “Topografia Social de Diadema” apontou três marcos territoriais importantes ocorridos na cidade: as construções das rodovias Anchieta e Imigrantes (1970) e o corredor do Trólebus (1980), que facilitaram o transporte entre as cidades do ABC e a cidade de São Paulo (SPOSATI, 2009, p. 24).

Atualmente a cidade 100% urbanizada, possui alta densidade demográfica, equivalente a 12.696 habitantes por km² no ano de 2012, ocupando o segundo lugar nessa situação,³ comparativamente a São Paulo que possui 7.479. O índice de desenvolvimento humano (IDH)⁴ da cidade era de 0,812, muito próximo ao do estado de São Paulo, então com 0,814. Ainda de acordo com o SEADE (2012), no ano de 2010, sua renda *per capita* era de R\$ 778,44, inferior à do estado de São Paulo, com R\$ 853,75.

Em relação à economia da cidade, há pequenas e médias empresas, com grande participação do setor industrial, do polo de cosméticos e dos setores

de serviços e comércio. De acordo com informações da PMD, entre 2008 e 2011, o número de indústrias implantadas no município cresceu 17,9%, o comércio 30,9% e o setor de serviços em 15%.

O funcionalismo público de Diadema

A primeira Lei Ordinária Municipal relativa ao funcionalismo da PMD ocorreu dois anos após a emancipação da cidade, em 15/03/1960, sob o nº 05/60, com a criação dos primeiros cargos no quadro de funcionários municipais: secretário-contador, engenheiro, lançador, tesoureiro, escriturários, auxiliares e porteiro-contínuo; a priorização de tais cargos revela o nível de exigência de organização administrativa do serviço público existente à época. Vislumbra-se, a seguir, foto dos primeiros funcionários públicos da Prefeitura do Município de Diadema.



Fonte: Acervo pessoal de Sílvia Esquível.

Imagem 02 – Foto do Centro de Memória de Diadema, 1960.

3. A cidade com maior densidade demográfica é São João de Meriti, situada no estado do Rio de Janeiro, com uma densidade de 13.064, conforme relatório da Vigilância à Saúde (DIADEMA, 2013).

4. Segundo definição do Programa das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento (PNUD), o IDH é uma medida de progresso, a longo prazo, que considera três variáveis: renda, educação e saúde. <http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx>. Acesso em 30/01/2013.

Quatro anos depois, é perceptível o aumento da estrutura de serviços do funcionalismo municipal, por meio da Lei nº 186/64, de 16/04/1964, que trata sobre a organização dos serviços da Prefeitura, criando oito diretorias, subordinadas ao prefeito, quais sejam: Diretoria do Gabinete do Prefeito, Diretoria Administrativa, Diretoria Jurídica, Diretoria da Receita, Diretoria da Despesa, Diretoria de Educação, Cultura e Assistência Social, Diretoria de Saúde e Higiene e Diretoria de Obras e Serviços Municipais. Observa-se que foram instituídas diretorias que vão além da preocupação administrativa, como as áreas da Cultura e Assistência Social, Saúde e Higiene e Obras.

Em 1988, com a Lei Ordinária nº 936/88, a prefeitura estruturou-se em dois grandes blocos: Órgãos de Assessoria do Prefeito, com três departamentos: Governo, Jurídico e Planejamento e Órgãos de Execução, abrangendo oito departamentos: Administração, Finanças, Saúde e Higiene, Promoção Social, Educação, Cultura e Esportes Obras e Serviços Urbanos. Essa lei definiu, no capítulo VII, art. 79, o período oficial de trabalho dos servidores municipais, que era, no mínimo de 24 (vinte e quatro) horas semanais e, no máximo, de 40.

Por essa lei, verifica-se o aumento de serviços da máquina pública, necessária à administração da cidade em todos os aspectos (físicos, sociais, jurídicos), fato esse que redundará em um consequente aumento do número de funcionários públicos municipais. Ressalta-se, ainda, a definição de carga horária máxima de 40 horas semanais.

A referida lei municipal, no art. 28, parágrafo único, indica que a administração municipal deveria adotar como meta o concurso público, em consonância com as discussões da Reforma Sanitária da Saúde e da Constituição Federal de 1988.

A lei 981 de 1988 instituiu o regime jurídico estatutário aos funcionários públicos do Município de Diadema, sendo os primeiros estatutários empossados no ano de 1991. Os funcionários que já trabalhavam na Prefeitura de Diadema, e não foram classificados nos concursos públicos realizados, continuaram a trabalhar sob o regime da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

O crescimento e desenvolvimento da cidade gerou a ampliação de novas Secretarias e Departamentos, provocando, conseqüentemente, o aumento do número de servidores municipais. De acordo com informações da Secretaria de Gestão de Pessoas da PMD, em

abril de 2012, o número de funcionários públicos da Prefeitura de Diadema era de 7.275, lotados em 17 secretarias municipais, a saber:

- Assistência Social e Cidadania
- Assuntos Jurídicos
- Chefia de Gabinete
- Comunicação
- Cultura
- Defesa Civil
- Desenvolvimento Econômico e Trabalho
- Educação
- Esporte e Lazer
- Finanças
- Gestão de Pessoas
- Habitação e Desenvolvimento Urbano
- Meio Ambiente
- Planejamento e Gestão Pública
- Segurança Alimentar
- Serviços e Obras
- Transportes

Existiam ainda três autarquias municipais: a Empresa de Transporte Coletivo de Diadema (ETCD),⁵ a Companhia de Saneamento de Diadema (SANED) e a Fundação Centro de Educação do Trabalhador Professor Florestan Fernandes.

O investimento do poder público municipal ocorre nas políticas públicas da cidade, mas há um processo de terceirização em alguns setores. Nas três gestões do PT (de 2001 a 2012), ocorreram várias formas de terceirização para a prestação de serviços públicos nas áreas da saúde (Fisioterapia e parte do Programa da Saúde da Família), segurança, limpeza, habitação, transporte (Empresa Transkombi) e alimentação (SP Alimentos), justificadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei nº 101, de 04.05.2000), implementada pelo governo Fernando Henrique Cardoso. Entretanto, essa política se direciona de forma contraditória à Constituição Federal, ao Movimento de Reforma Sanitária da Saúde e à Lei Municipal 936/88, mencionada anteriormente, que estabeleciam como meta o concurso público.

Pode-se explicar tal situação, à luz da política neoliberal implantada no País a partir dos anos de 1990, explicitada no discurso oficial de redução de

5. Em 2012, a autarquia municipal ETCD foi extinta e a prestação de serviços de transporte coletivo municipal foi terceirizada, sendo realizada pela empresa BEMFICA.

custos e de aumento de eficiência dos serviços prestados. Druck e Franco (2007, p. 104) analisam que a terceirização no serviço público foi implementada, nesse período, sob a justificativa de adequação às exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI). Nesse sentido, as autoras demonstram que, com a suspensão de concursos públicos, a falta de funcionários foi suprida pela contratação de estagiários e pelo estabelecimento de convênios com cooperativas e com organizações não governamentais (ONGs).

De forma contraditória ao processo de privatização em andamento em Diadema, no ano de 2012 ocorreu na cidade o primeiro concurso público para agentes comunitários de saúde, reivindicação antiga desses trabalhadores.

Do ponto de vista da relação da PMD com os seus trabalhadores, é preciso apontar que as gestões municipais se, por um lado, incentivaram a participação e mobilização dos munícipes, não fizeram o mesmo em relação a seus servidores. As reivindicações dos trabalhadores municipais foram conquistadas por meio de inúmeros enfrentamentos como encontros de negociação, manifestações públicas, passeatas e greves.⁶ As duas greves ocorridas, nos anos de 2007 e 2011, pleiteavam melhores condições de trabalho, reposições salariais, implantação de plano de carreira e redução da jornada de trabalho de 40 para 30 horas semanais para todos os servidores, dentre outras reivindicações.

Em outros momentos, ações de mobilizações intensas foram necessárias para a manutenção de direitos conquistados e assegurados pelo estatuto do funcionalismo como quarta-parte, biênio, folga abonada, licença-prêmio⁷ e outros.

Essa situação de conflito e de luta, inclusive pela permanência de direitos trabalhistas, entre o funcionalismo e a Prefeitura de Diadema, revela o embate entre trabalhador e empregador, que não se resume às empresas privadas, mas também invade o setor público. A lógica da transparência, da racionalização de custos e do aumento da produtividade impulsiona o discurso dos gestores públicos.

6. Esses eventos estão registrados nos jornais do SINDEMA.

7. Quarta-parte é o acréscimo de 25% no salário-base ao completar 20 anos de admissão; com biênio, há acréscimo de 3% no salário-base a cada dois anos de trabalho; folga abonada diz respeito ao direito a seis folgas anuais, sem desconto salarial e licença-prêmio, descanso de 90 dias, concedido após cinco anos de trabalho consecutivos sem registro de faltas injustificadas.

A organização sindical dos funcionários públicos de Diadema

A primeira entidade representativa dos funcionários públicos da Prefeitura de Diadema foi fundada, em 29 de agosto de 1968, e denominava-se Associação dos Funcionários Públicos de Diadema (AFPD). Conforme estatuto desta entidade, a sua finalidade, além de representação de classe também se destinava à promoção de festas e de atividades desportivas e recreativas. É importante salientar que, nesse período, não era permitido a constituição de sindicatos para o funcionalismo público no Brasil, medida autorizada, legalmente, após a promulgação da Constituição Brasileira de 1988.

Em 6 de dezembro de 1988, os funcionários públicos da PMD realizaram assembleia para a formação de um sindicato independente da associação existente, convocada pelo Diadema Jornal em 4/12/1988. Nessa assembleia, foi constituída uma diretoria provisória, que teria a função de promover o registro do SINDEMA, filiação e convocação de eleição da diretoria definitiva. Para a confecção do estatuto da entidade, foi utilizado como modelo o documento do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, entidade sindical de referência nacional pela atuação combativa na ocasião.

Assim, após somente dois meses de existência da Constituição de 1988, ocorreu a fundação do SINDEMA, legalizado em 14/12/1988. A partir dessa nova configuração, a antiga associação (AFDP) centralizou seus propósitos em ações desportivas e recreativas junto aos funcionários públicos de Diadema.

O estatuto do SINDEMA estabeleceu como sua atribuição “para fins de estudos, coordenação, proteção e representação legal dos funcionários da Prefeitura e Câmara Municipal de Diadema, assim como a Empresa Municipal de Transporte Coletivo (ETCD).” Em 06/12/1988 foi empossada a diretoria provisória do SINDEMA⁸ e, cinco anos depois, em 08/12/1994, a primeira diretoria eleita⁹ assumiu a direção da entidade

8. A diretoria provisória foi constituída por: João Sanches Haro (presidente); João Siqueira Cavalcante (1º vice-presidente); Brasil Ricardo Maciel de Souza (2º vice-presidente); Magda Teodoro de Arruda (1º secretário); Laerte Brittes de Oliveira (2º secretário); Carlos Alberto da Silva Ferreira (1º tesoureiro); Catia Falaschi (2º tesoureiro); Roseli Marques Shigematsu (diretora social); Deocília Alves Ribeiro (diretora cultural); Humberto Luiz (diretor esportivo) e Elizabeth Bruno da Silveira (diretora de relações públicas).

9. Constituída por Anastácio Francisco dos Santos (presidente), Edvan Vale Fernandes (vice-presidente), Edson Cardoso Reis

sindical. A diretoria do Sindema é formada por cinco diretores e respectivos suplentes, com mandato válido por três anos e possibilidade de reeleição.

Desde a fundação do sindicato até o ano de 2005, a diretoria era formada na maioria por funcionários da Secretaria de Obras e de Serviços Urbanos. Apesar de as reivindicações abrangerem todo o funcionalismo público da PMD, a maior representatividade desses departamentos era nítida. Uma hipótese para esse fato era a prioridade das gestões municipais estabelecida na execução de obras, em particular, de urbanização de favelas.

Em 2005, com a eleição da diretoria que possuía integrantes de outras secretarias, como Saúde, Educação e Cultura, o SINDEMA aumentou a sua representatividade com integrantes de outras categorias profissionais.

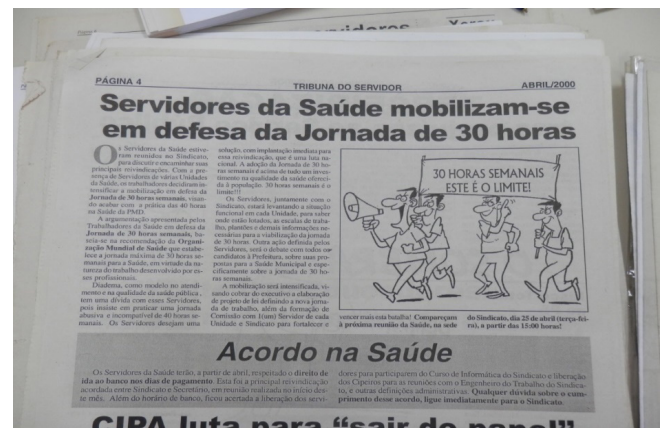
Em 2008, a categoria votou pela filiação do SINDEMA à CUT, revelando o campo político de articulação sindical. De acordo com informações do SINDEMA, em 2012, o órgão representava 7.000 servidores públicos,¹⁰ dos quais 3.100 eram filiados ao sindicato. A estrutura do SINDEMA, em 2012, contava com 26 trabalhadores, distribuídos entre setores: Diretoria (composta por cinco diretores e respectivos suplentes), Secretaria, Assessoria e Departamento Jurídico, Financeiro, Recursos Humanos e Atendimento ao Público (Recepção). A direção do Sindicato possui mandato de três anos, com possibilidade de reeleição. Pode-se perceber, portanto, que 44% da categoria é sindicalizada, percentual significativo se for levada em conta que a sindicalização não é obrigatória e que o servidor sindicalizado é descontado mensalmente em 1% do salário base. Vale destacar que o SINDEMA foi um ator importante no processo de luta para a conquista das 30 horas semanais, além de ser um sindicato representativo das lutas locais, pautando a defesa dos interesses do funcionalismo público de Diadema, como campanhas salariais; efetivação de plano de cargos e salários na PMD; implementação do Instituto de Previdência do Servidor Municipal de Diadema (IPRED) e melhorias nas condições de trabalho, nas quais se inseriu a redução da jornada de trabalho sem redução de salário.

(1º secretário), Sônia Aparecida Fernandes (2º secretário), Gislene Eler Costa (1º tesoureira) e Maria da Graças Souza (2º tesoureira).

10. O SINDEMA representa os funcionários contratados de forma direta pela PMD, seja estatutário ou celetista e os do Instituto de Previdência de Diadema (IPRED), da Câmara Municipal de Diadema e das autarquias.

O funcionalismo público de diadema e a redução da jornada de trabalho

Em consonância com as pautas de reivindicações da classe trabalhadora do Brasil, os funcionários públicos da PMD, em particular, os da área da Saúde, pautaram a redução da jornada de trabalho para si. Essa luta foi incorporada pelo SINDEMA, desde o início da década de 1990, registrada em diversas atas de assembleia e jornais do sindicato.



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.

Imagem 03 – Jornal Tribuna do Servidor, abril 2000

No ano de 2007, o sindicato promoveu uma intensa mobilização da categoria para reivindicar reposição salarial, além da implantação de plano de cargos e salários, redução da jornada de trabalho e melhoria das condições de trabalho. Diante da recusa dos representantes do Executivo em atender essas reivindicações, foi decretada uma greve, que durou dezessete dias nos meses de abril e maio desse ano.



Fonte: SINDEMA.

Imagem 04 – Manifestação da greve de 2007.

Os gestores da PMD reagiram de forma dura à greve e determinaram o desconto integral dos dezessete dias de greve, além de ameaçarem com punição e demissão os guardas-civis municipais que participaram do ato.

Nesse sentido, reafirma-se a análise anterior de que as administrações do PT se foram “democrático-populares” em relação aos cidadãos diademenses, incentivando a participação e organização popular, não agiram da mesma maneira em relação ao funcionalismo. Mas, ao contrário, trataram de forma autoritária e punitiva os funcionários que aderiram à greve.

Encerrada a greve, as negociações entre SINDEMA e PMD prosseguiram com avanços e retrocessos. Em relação às 30 horas semanais, o sindicato defendia tal jornada para o conjunto do funcionalismo e, em particular, para os profissionais da Saúde em consonância com as bandeiras de lutas das entidades sindicais e do movimento nacional de saúde. Havia também uma forte reivindicação dos funcionários públicos de nível superior para a redução da jornada de trabalho.

Em 2008, como estratégia, o Sindicato pleiteou, a princípio, a redução da jornada de trabalho para os profissionais de nível superior, considerando não só a histórico anterior de luta destes profissionais, mas também para conciliar com os interesses da PMD naquele momento. Naquele período, a PMD não conseguia manter em seus quadros algumas categorias profissionais de nível superior, como engenheiros, arquitetos e analistas de sistema, devido ao déficit salarial. Além disso, prefeituras de cidades vizinhas, como São Paulo e São Bernardo do Campo ofereciam salários maiores. Como a PMD necessitava oferecer algum atrativo para tais categorias, a redução da jornada de trabalho poderia ser um estímulo, sem impactar de forma direta e imediata na folha de pagamento.

No ano seguinte à greve de 2007, a administração da PMD, propôs ao funcionalismo: reajuste salarial de 5%, abono no valor de R\$ 500; liberação de um ou dois meses de licença-prêmio em dinheiro para vencimentos até R\$ 2.000; antecipação do 13º salário; reestruturação parcial da tabela de referência para 1.837 servidores¹¹ e redução da jornada de trabalho sem redução de salários para cargos de nível superior com jornada fixa de 40 horas.

Essa proposta foi aprovada em assembléia dos funcionários realizada em 19/02/2008, na sede do SINDEMA. Os funcionários de nível médio obtiveram reestruturação da tabela de referência, que significou aumento salarial, ao passo que os trabalhadores de

nível superior conquistaram a redução da jornada de trabalho sem redução de salários, fato que, indiretamente, significa aumento salarial.

A implantação das trinta horas semanais para os profissionais de nível superior da prefeitura de Diadema

A redução da jornada de trabalho para o nível superior foi regulamentada pela PMD, em 22 de fevereiro de 2008, por meio da lei complementar municipal nº 260, que estabeleceu que os profissionais de nível superior teriam reduzida sua carga horária de 40 para 30 horas semanais. No parágrafo 3º, a jornada de trabalho dos médicos, cirurgiões-dentistas, dentistas, professores, procuradores e advogados permanece inalterada. Tais profissionais já exerciam carga horária igual ou inferior a 30 horas semanais.

A redução da jornada de trabalho contemplou 1.056 profissionais da PMD, ou seja, 15% do total de trabalhadores do Órgão Municipal. A administração considerou que o baixo índice de trabalhadores nessa situação não impactaria, de forma substancial, no horário do funcionamento dos serviços. Para a adequação da medida à realidade dos serviços, foram criadas leis complementares para o estabelecimento de jornadas diferenciadas para os profissionais do Programa Saúde da Família e para os enfermeiros.

O processo de implantação da redução da jornada de trabalho na PMD não foi tranquilo. No período de um mês, de 22/02/08 a 21/03/08, os profissionais tiveram de adequar seu trabalho para 30 horas semanais, sem que houvesse contratação de outros profissionais ou redução no horário de funcionamento dos serviços. É importante avaliar a interferência da questão salarial na opção pelas 30 horas semanais. Considerando tal situação, uma das lutas empreendidas pelo SINDEMA foi pela implantação do Plano de Cargos e Salários (PCS), que possibilitasse a progressão funcional e valorizasse o investimento do profissional em cursos e aprimoramento. Entretanto, até o ano de 2016, o PCS não foi implementado.

A afirmação do prefeito de que a nova carga horária não deveria redundar em contratação de outros profissionais para não gerar ônus financeiro ao órgão municipal ocasionou dificuldades no processo de implantação das 30 horas semanais, visto que o horário de atendimento dos serviços e respectivas demandas não

11. A mudança de referências salariais significou um aumento salarial variável de 8,42% a 26,67%, conforme a categoria profissional.

sofreram alterações. Pode-se presumir que tenha havido a intensificação do trabalho, na medida em que a quantidade de trabalho permaneceu, mas dentro de um menor período para ser executado.

Destaca-se também o fato de que a PMD limita o pagamento de horas extras a situações excepcionais, como por exemplo, a plantões da área de saúde nos serviços 24 horas. A alternativa oferecida para o trabalho, além da carga horária prevista foi a realização de banco de horas.

Percebe-se, portanto, que a implantação das 30 horas em Diadema foi uma conquista importante para os profissionais de nível superior da PMD e que requer novas lutas, como ampliação desse direito aos demais trabalhadores da Instituição e realização de novas contratações de profissionais para reposição das horas liberadas.

Considerações Finais

A peculiaridade do território de Diadema é importante para entender o processo de luta e conquista das trintas horas semanais aos profissionais estatutários de nível superior da PMD. Trata-se de um município de médio porte, administrado por consecutivas gestões de governos petistas, com forte participação popular e politização, além de um sindicato com perfil combativo e organizativo. Esses elementos foram fatores decisivos para a conquista de uma reivindicação antiga dos trabalhadores pela redução da jornada de trabalho.

A redução da jornada de trabalho para os funcionários de nível superior da PMD foi resultado de lutas coletivas dos trabalhadores, de vários embates com a instituição empregadora, com destaque para a ocorrência de uma greve em 2007, que durou 17 dias. Observa-se a ambivalência das gestões petistas da cidade, nesse período: se por um lado incentivavam a organização popular dos moradores, o mesmo não ocorria em relação ao funcionalismo público, havendo fortes e duras pressões institucionais para a desmobilização da greve e das ações sindicais combativas.

Considerando os conflitos existentes no processo de reivindicação da redução da jornada de trabalho ao conjunto do funcionalismo de Diadema, houve a necessidade de conjugação de interesses entre trabalhadores e PMD, para a conquista das trinta horas. A reivindicação da redução da jornada de trabalho, inicialmente pleiteada para o conjunto do funcionalismo, foi viabilizada somente aos funcionários públicos estatutários

de nível superior. Para a PMD, essa forma de redução da jornada de trabalho foi uma saída para manter determinadas categorias profissionais em seu quadro, sem onerar de forma direta a sua folha de pagamento, uma vez que não seriam contratados outros profissionais em decorrência da redução da jornada. Restringiu-se, dessa forma, a conquista para os trabalhadores de nível superior. Para o funcionalismo público e o SINDEMA, foi o atendimento inicial e possível de um pleito maior.

É importante perceber o avanço desta conquista, uma vez que nos municípios vizinhos, da região do ABC paulista, o funcionalismo público permanece com a jornada de quarenta horas semanais. Além disso, as trinta horas semanais em Diadema continuam a ser reivindicadas pelos trabalhadores de nível médio da PMD. Tal reivindicação é fundamental, bem como o pleito por contratação de outros trabalhadores, em decorrência da redução da jornada de trabalho.

É fundamental ter como norte a importância da conquista pelo trabalhador da redução da jornada de trabalho sem redução de salários, por propiciar tempo livre para a vida, para o descanso e para fornecer um certo limite para a superexploração da força de trabalho.

A produção de pesquisas em relação às conquistas históricas e coletivas da classe trabalhadora é fundamental, tanto para a apreensão das dificuldades e embates surgidos nos processos de luta, como para apontar as estratégias e possibilidades coletivas de construção de direitos, mantendo, assim, a nossa esperança e resistência em relação a ofensiva neoliberal.

Referências

- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo:Boitempo, 2009.
- ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE DIADEMA. *Estatuto da Associação dos Funcionários Públicos de Diadema*. <http://www.afpd.org.br/quem%20somos.htm> Acesso em 20/11/2012.
- BRASIL Lei Complementar 101, de 04.05.2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm. Acesso em 08/08/2012.
- COELHO, Marta Cícera Sari. *Espaço de Direitos é mais que Direito a Espaço: o Processo de Urbanização de Favelas em Diadema (1983–2008)*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

- COSTA, Tania. *A Participação do Conselho Popular de Saúde na dinâmica deliberativa do Conselho Municipal de Saúde de Diadema/SP: um processo em questão. 2008-2010*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.
- DIADEMA. *História. Conheça Diadema*. Portal do governo da cidade de Diadema. <http://www.diadema.sp.gov.br/cidade/conheca-diadema/historia>. Acesso em 12/03/2013.
- . *Perfil Epidemiológico do Município de Diadema*. Secretaria da Saúde de Diadema. Vigilância à Saúde, 2013. (Relatório)
- . Lei nº 05/60, de 15/03/1960. Dispõe sobre a organização dos serviços da Prefeitura, criação de cargos e fixação de vencimentos do pessoal, e dá outras providências. http://www.cmdiadema.sp.gov.br/leis_integra.php?chave=560/ Acesso em 30/01/2013.
- . Lei nº 186/64, de 16/04/1964. Dispõe sobre a organização dos serviços da Prefeitura Municipal, escala de padrões de vencimentos e dá outras providências. http://www.cmdiadema.sp.gov.br/leis_integra.php?chave=18664 Acesso em: 30/01/2013.
- . Lei nº 936/88, de 3/03/1988. Dispõe sobre a Reorganização Administrativa da Prefeitura do Município de Diadema e sobre o Plano de Classificação de Cargos e Empregos, Quadro de Pessoal, Evolução Funcional e dá outras providências. Disponível em: http://www.cmdiadema.sp.gov.br/leis_integra.php?chave=93688 Acesso em 30/01/2013.
- . Lei nº 981/88, de 07/12/1988. Institui o Regime Jurídico Único para os servidores públicos do Município de Diadema, e altera a Lei Municipal 877/87. http://www.cmdiadema.sp.gov.br/leis_integra.php?chave=98188 Acesso em 30/01/2013.
- . Lei Complementar nº 260, de 22/02/2008. Dispõe sobre revisão das referências salariais dos cargos e empregos públicos, e dá outras providências. (Projeto de lei complementar nº 003/2008 - nº 006/2008, na origem). http://www.cmdiadema.sp.gov.br/leis_integra.php?chave=10026008 Acesso em 20/01/2012.
- DRUCK, GRAÇA; FRANCO, Tânia. Terceirização e Precarização: O Binômio Anti-Social em Indústrias. In: DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia. *A Perda da Razão Social do Trabalho – Terceirização e Precarização*. São Paulo:Boitempo, 2007. p. 97-118.
- MONTEIRO, Claudia Lima. *Redução da jornada de trabalho de assistentes sociais para 30 horas semanais: Análise da experiência da experiência na Prefeitura do Município de Diadema/São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.
- REALI, Mário et ALLI, Sérgio. A cidade de Diadema e o Estatuto da Cidade. 2010. <http://www.conselhos.mg.gov.br/uploads/24/03.pdf> Acesso em 22/02/2013.
- SANTOS, Milton. *O Dinheiro e o Território*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 1999. Conferência inaugural do Mestrado em Geografia proferida no dia 15 de março. www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/.../2/2 Acesso em 09/02/2013.
- São Paulo. Seade. *Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados*. <http://www.seade.gov.br>. Acesso em 20/12/2012.
- SINDEMA. *Sindicato dos Funcionários Públicos de Diadema. Jornal do Sindicato*. Disponível em: www.sindema.org.br. Acesso em 08/01/2012.
- . *Estatuto do Sindicato dos Funcionários Públicos de Diadema – SINDEMA*. http://www.sindema.org.br/publicacao/estatuto_sindema.pdf Acesso em 20/12/2012.
- SPOSATI, Aldáiza (Coord.); Ramos, Frederico; Gambardella, Alice. *Topografia Social de Diadema*. PMD/CEDEST/PUC-SP, 2009.
- YACOUN, Leila Baumgratz Delgado. A luta contemporânea pela redução da jornada de trabalho: recuperando antigas bandeiras. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo:Cortez, nº 82, pp. 46-72, jul., 2005.

CAMPONESES FAXINALENSES E OS CONFLITOS E LUTAS PELA PERMANÊNCIA NA TERRA: questões entre a identidade coletiva e classe social

Solange Struwka*

A história do Brasil foi intensamente marcada por disputas no campo, conflitos pelo uso e posse da terra que geraram a expulsão e massacre de camponeses em diferentes momentos e lugares deste país. Temos vivenciado, desde a invasão dos portugueses, a captura, privatização e exploração dos nossos territórios. Processos que atingem diretamente as diversas comunidades camponesas que tem seu modo de vida organizado a partir da relação do trabalho com a terra e se veem obrigadas a defender seus territórios. Assim, se a nossa história carrega as marcas da expropriação e aprisionamento deste bem da humanidade, ela também traz os sinais da contínua, por vezes invisível socialmente, luta pela sua libertação.

Neste sentido, a discussão que norteará este trabalho será evidenciar a continuidade das lutas travadas pelos camponeses no decorrer de sua história, lutas que nem sempre foram realizadas de forma coletiva, às vezes estiveram localizadas em famílias e comunidades, o que as deixa ainda mais a margem da visibilidade histórica e social. Reconhecer as diferentes formas de luta e sua continuidade é um passo importante na apropriação da memória histórica desta classe. Outro ponto importante nesta discussão é a necessidade de inserir na pauta do debate sobre o campesinato e os movimentos camponeses a questão de ser classe social. Reconhecendo na luta pela permanência e retomada da terra sua práxis. Este pressuposto nos norteia e produz as condições de compreendê-los como classe em movimento e disputa que para além do seu passado e presente de conflitos e lutas apontam para as possibilidades históricas de superação da exploração da propriedade privada e do trabalho, ou como bem nos provoca a temática desta coletânea, para uma possível Emancipação. Entretanto, também reconhecemos

que nem todas as lutas acumulam forças no sentido da emancipação; por isso, é imprescindível nos perguntarmos qual emancipação orienta as ações, questões e contradições que consideramos centrais no debate dos espaços coletivos que temos acompanhado.

Para a análise do processo concreto traremos a trajetória da organização do movimento *Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses* (APF), localizado na região Centro-Sul e Centro do Paraná e que tem como uma de suas características a reivindicação pelo reconhecimento de sua identidade coletiva baseada no uso comum da terra. Camponeses, famílias, comunidades que possuem modos de vida diferentes de outros grupos que constituem o campesinato brasileiro, diferenças e semelhanças que compõe esta classe tão diversificada que tem no trabalho com a terra, na família e na comunidade o fundamento de sua relação com o mundo.

A história destes camponeses demonstra que os conflitos e lutas foram e são um contínuo a partir da chegada da lógica privatizante em seus territórios, e apesar de terem obtido maior visibilidade e reconhecimento como Povos e Comunidade Tradicional seguem a mercê dos interesses do sistema econômico. Nesse sentido, compreendemos a reivindicação da identidade coletiva como uma tática importante para criar mecanismos jurídicos que viabilizem formas de “assegurar” o uso comum do parco território que lhe restou. Porém, é preciso considerar os riscos e contradições desse processo que carrega certa expectativa de que as condições concretas que produzem as disputas pelas terras camponesas seriam amenizadas por ações do Estado. Estes equívocos podem conduzir ao que Marx (1969) chamou de luta pela Emancipação Política, além de produzir uma ilusória construção conceitual que diferencia os camponeses faxinalenses de outros grupos de camponeses que compõem essa classe social. Este ponto é central em nosso debate, pois define a essência das lutas travadas e orienta para onde elas conduzirão.

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação de Psicologia Social e do Trabalho da Universidade de São Paulo (USP). Pesquisadora do Instituto de Psicologia Social e do Trabalho da Universidade de São Paulo (USP). Contato: sols.tr@hotmail.com.

Com isso não estamos desconsiderando a importância da luta pelo reconhecimento da identidade histórica e cultural dos diferentes grupos de camponeses, contudo estamos atentando para os limites desta compreensão, tendo em vista que o único caminho possível para a libertação da terra e do trabalho e para a construção de uma Emancipação Humana é a superação do modo de produção capitalista.

A diversidade do campesinato brasileiro: o desafio de conhecer, compreender essa classe social

No decorrer deste texto se utilizará o conceito *camponês faxinalense*, diferente de como usualmente é utilizado pelo movimento e pesquisadores que discutem estes sujeitos políticos. Conceituá-los como camponeses remete para um posicionamento teórico que consideramos imprescindível na superação das contradições apontadas no início deste trabalho. Historicamente os termos “camponês” e “campesinato” foram inseridos pelos movimentos de esquerda ligados às lutas dos trabalhadores nos anos cinquenta, antes recebiam diferentes denominações que mudavam de acordo com a região em que ocupavam. Para Martins (1995), a ausência de um conceito, de uma categoria que localize socialmente esse grupo e os defina, aponta para como tem sido compreendido sua participação social, vista como quem participa sem ser reconhecida sua importância.

O escamoteamento conceitual é o produto necessário, a forma necessária e eloquente da definição do modo como o camponês tem tomado parte no processo histórico brasileiro – como um excluído, um inferior, um ausente que ele realmente é: ausente na apropriação dos resultados objetivos do seu trabalho, que aparece como se fosse desnecessário, de um lado, e alheio, de outro lado (MARTINS, 1995, p. 25).

Incompreensões que ocorreram inclusive nas discussões marxistas em que, por vezes, foram tidos como parte passiva na acumulação primitiva e como classes históricas “em si”, negando sua função social de sujeitos da história. Neste sentido, a concepção do termo “camponês” e “campesinato” está alicerçada nas lutas políticas e confrontos entre classes sociais. Assim, ao mesmo tempo em que aponta para o lugar atual que ocupam na sociedade, também pretende indicar seu destino histórico (SHANIN, 2005).

Entretanto, para não recair em um idealismo ou cristalizações faz-se necessário compreender sua dinâmica, chegar o mais próximo possível da riqueza e das contradições da experiência e isso significa aceitar que o conceito de campesinato não implica a total semelhança em diferentes lugares, tempos e sociedades. Como síntese, são ao mesmo tempo uma classe social e um “mundo diferente”, com relações sociais diferentes que sustentam seus modos de vida (SHANIN, 1979; 2005). Sobre o conceito de *classe social* Thompson (1987) sistematiza:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais (THOMPSON, 1987, p.10).

Para o autor, a classe não pode ser compreendida somente como uma categoria analítica aplicável aos grupos sociais identificados com uma posição no interior das relações de produção. É necessário partir das condições materiais e das vivências destas situações e tomá-las como elementos fundamentais para compreender a formação destes sujeitos políticos e o que envolve suas lutas. Análise que nos exige conhecer na prática sua história e como eles têm vivido, lutado e se organizado.

Sobre a resistência e permanência do campesinato, especialmente no Brasil, Oliveira (1981), aponta as contradições do desenvolvimento do sistema capitalista que, em seu pleno desenvolvimento, permite a existência das relações não-capitalistas e as transforma em um recurso utilizado para garantir a expansão do capital. No caso brasileiro, estas relações influenciam na forma como a renda tem sido extraída, o que se pode caracterizar de duas maneiras: a primeira através da intensificação das relações comerciais, por meio da circulação da mercadoria de origem agrícola, em que a renda diferencial permanece com os intermediários, atravessadores, atacadistas; e a segunda refere-se à parte da renda da terra extraída pelos componentes do capital comercial, os quais atuam no sentido de impor

preços abaixo do valor dos produtos. Desta forma, o capital retém a parcela cada vez maior da renda e do equivalente que seria creditado como lucro médio, com a diferença que o lucro não regula a produção, pois a terra do camponês é terra de trabalho, usada para reposição da força do trabalho familiar. Essa dinâmica é completamente diferente a realizada pelos capitalistas em que ela é regulada pelo lucro médio e meio de exploração do trabalho assalariado (OLIVEIRA, 1981).

Assim, torna-se compreensível como o capitalismo está relacionado, mesmo no atual nível de desenvolvimento, à existência de camadas e comunidades não-capitalistas. A relação existente entre estes não permanece somente na dependência de mercado e produto excedente, pois o capital não pode desenvolver-se sem os meios de produção e forças de trabalho existentes no mundo inteiro. Para avançar no movimento da acumulação, o capital necessita dos tesouros naturais e das forças de trabalho existente na superfície terrestre. Entretanto, algumas se encontram em formas de produção pré-capitalistas e que ele urge em apoderar-se destes territórios e comunidades, ou seja, a acumulação do capital como processo histórico depende, em muitos aspectos, das camadas e formas sociais não-capitalistas (LUXEMBURGO, 1985).

Para nesta perspectiva a contraditória permanência e reprodução do campesinato, observando que tal prática está inserida na estratégia para o capital manter-se e expandir-se, processo sentido cotidianamente pelos camponeses faxinalenses que têm seus territórios e recursos naturais, historicamente grilados pelos grandes proprietários.¹ Tais pressões do capital são geradoras de resistências e lutas tanto de caráter isolado, realizadas por famílias e comunidades, quanto coletivas, organizadas em espaços como o movimento social a ser discutido.

A permanência dos conflitos e lutas pela terra em territórios faxinalenses

Os camponeses faxinalenses possuem modos de vida diferenciados de outros camponeses, sendo que tais características os inseriram na categoria de Povos e Comunidades Tradicionais. Entre estas especificidades, destaca-se algumas: a primeira refere-se aos usos e às

1. Para mais informações sobre a situação da terra no Brasil verificar: OLIVEIRA, Ariovaldo U. *Violência e Barbárie: a grilagem de terra no Brasil*. São Paulo, 2006.

relações com a terra. Os demais camponeses proprietários de terras ou posseiros a tem como instrumento de trabalho para se reproduzir. Utilizam a força de trabalho vivo familiar e, quando precisam de força de trabalho na produção – geralmente em época de colheita – utilizam mão de obra assalariada. Além disso, o uso das terras próprias ou de posse é experienciada de forma individual pelos camponeses proprietários de terras. De modo que, para os faxinalenses, a terra também é instrumento de trabalho para se reproduzir enquanto classe, utilizando a força viva familiar. No entanto, na ausência de mão de obra na produção, utilizam os laços de solidariedade de outros camponeses faxinalenses na forma de mutirão/puxirão (TAVARES, 2008).

A segunda característica se refere aos laços de solidariedade faxinalenses, em que proprietários de terras ou posseiros separam uma parcela de sua propriedade ou posse para o uso coletivo da terra e de seus recursos naturais. Vale assinalar que este território é utilizado por todos os moradores do faxinal, independentemente de serem proprietários de terra, posseiros ou sem terras no espaço de uso comum. Além disso, a solidariedade também se manifesta nas relações de parentesco ou compadrio, em que se cede, aproximadamente, um ou dois litros de terras² de sua propriedade ou posse no criadouro, para camponeses sem terra construir sua casa com quintal de pomar e horta. A organização das terras de uso comum ou criadouro comunitário consiste no espaço onde se cria gado alto e baixo,³ além de diferentes espécies de aves, ambos criados à solta. Nesse espaço, os faxinalenses expressam suas práticas sociais, culturais e religiosas, e afirmam seu modo de vida singular (TAVARES, 2008).

Além disso, há como marcas históricas as migrações forçadas presentes tanto na memória dos imigrantes camponeses vindo de diferentes regiões da Europa, como dos indígenas, negros e caboclos que migraram de diferentes regiões dos estados do Paraná e Santa Catarina. Destas expulsões e fugas, a Guerra do Contestado foi um dos momentos de maior violência⁴

2. Um litro de terra equivale a 605 m².

3. Gado alto: bovinos, equinos e muare. Gado baixo: cabritos, carneiros, suínos.

4. Na pesquisa de mestrado intitulada *Da resistência à luta pela visibilidade: um estudo sobre o modo de vida de jovens de comunidades faxinalenses* (Dissertação, Psicologia Social, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2016), orientada pelo professor Bernardo Parodi Svartman, ouvimos histórias de diversas famílias, especialmente dos faxinais do município de Rebouças e Rio Azul, que migraram para a comu-

nesta região. A luta, resistência e matança destes camponeses brasileiros até hoje são invisibilizadas na história do Sul do Brasil.

A *Guerra do Contestado* foi um dos conflitos ocorridos no Planalto Catarinense entre os anos de 1912 e 1916, sendo esta área de terra contestada localizada entre o Paraná e Santa Catarina desde 1853 – momento da configuração da Província do Paraná desmembrada da Província de São Paulo. O conflito foi alimentado por vários interesses sociais, políticos, econômicos, culturais e religiosos, envolvendo camponeses, coronéis, políticos das esferas estadual e federal, forças policiais, militares estaduais, exército, trabalhadores da ferrovia, operários da empresa Lumber e imigrantes (TONON, 2010).

Um dos estopins do conflito consistiu na contratação pelo governo brasileiro da empresa Francesa Lumber para instalar a estrada de ferro que ligaria São Paulo ao Rio Grande do Sul. Em contrapartida aos trabalhos realizados, a empresa recebeu cerca de quinze quilômetros de terra para cada lado da linha do trem, teve a autorização para construir serrarias e vender as terras limpas, usadas para a inserção dos imigrantes na região. Porém, nestas terras havia ocupação, sendo os que ali residiam, em sua grande maioria de origem cabocla, os quais lutaram para continuar em seu território e defendê-lo da invasão estrangeira.

A Proclamação da República, o governo controlado por coronéis, a chegada dos imigrantes, a implantação da ferrovia e a extração madeireira contribuíram para gerar uma nova conjuntura política, econômica e social ainda mais desfavorável e excludente para os camponeses. Esses preferiram resistir e morrer, a fugir para outros locais com piores condições econômicas: morte e massacre das comunidades foi o desfecho da guerra. Os camponeses que conseguiram sobreviver fugiram e “[...] estão pulverizados em todo o território do acontecimento, nas cercanias das cidades, empobrecidos, nas áreas rurais como meeiros, agregados, bóias-frias, ou em algum faxinal” (TONON, 2009, p. 339).

Compreender a contribuição do processo histórico da Guerra do Contestado e destes camponeses na formação social dos faxinais não é uma tarefa simples, dada a complexidade do episódio e as diferentes visões sobre o conflito apresentadas na ampla literatura acerca dessa região. Porém, tanto a migração dos caboclos do Contestado quanto à imigração de europeus

(especialmente ucranianos e poloneses), foram determinantes para a constituição do modo de vida faxinalense (TAVARES, 2008).

Negros, indígenas, caboclos, imigrantes camponeses europeus foram ocupando a região e na maioria das vezes não acessaram o “papel” que concedia a partir do direito formal burguês, a posse da terra. Acesso intencionalmente negado, e embora haja famílias que conseguiram o título, não foi lhes dada à garantia de permanecer nela. Mais cedo ou mais tarde, com maior ou menor violência, as histórias se repetiram em todas as comunidades: madeireiros, fazendeiros, pistolagem, expulsões, como relatam as lideranças do movimento APF:⁵

É assim, quando se perde (se referindo à área de uso comum), um exemplo muito claro é aqui no Pinhão quando essas comunidades se encontravam uma comunidade com a outra, um enorme território, por exemplo, faxinal do Bom Retiro, faxinal do Silvério, faxinal dos Ribeiros, Faxinal Poço Velho e mais faxinal das Taquaras ia emendando um com outro, sabe? Assim enormes áreas, um terço do município, enormes áreas que emendavam e o sistema era o mesmo. Os animais não seguravam, não tinha cerca para dividir, era uma imensidão de área, tinha muito espaço, não tinha dono particular, tudo aquilo era de todos. E quando começa a se perder isso começa a diminuir o espaço e reflete no empobrecimento. Aqui no Pinhão foi muito claro e depois que nós criamos o movimento e fomos conversar com outros companheiros, a história é a mesma, começou tudo com as madeiras, os latifúndios, as madeiras chegaram nessas comunidades e tiravam, teve comércio muito grande da madeira, uma influência muito grande da madeira e iludiu todo mundo e todo mundo passou a vender madeira. Aqui no Pinhão foi muito pior, porque eles não tiraram só a madeira, eles tiraram também a terra de nós, grilagem. Aqui no Pinhão na década de quarenta o famoso histórico governador Moisés Lupion fez muita malandragem no Estado e pegou muitas terras. Aqui no Pinhão ele pegou nossas terras que eram faxinal e também outras que não eram faxinal, que eram terras devolutas e cedeu, entregou para essa madeireira [cita o nome], latifúndio que instalou aqui no Pinhão e de uma concessão de uso ficou uns vinte, mais de vinte anos tramitando nas esferas do governo e tramando tudo isso.

5. As entrevistas aqui utilizadas fazem parte do trabalho de campo realizado pela pesquisadora no decorrer do ano de 2016 e 2017, dentre eles o acompanhamento das reuniões do Movimento APF que ocorrem a cada dois meses e a participação em diferentes atividades nas comunidades faxinalenses. Todos os nomes utilizados são fictícios.

Lá em 1970 eles conseguiram fazer com que dessa concessão de uso virasse matrícula de propriedade privada para essa empresa. Sessenta mil alqueires onde estavam os faxinalenses e os não faxinalenses também (...) e nesse momento nós perdemos as terras (...) Perdeu a terra perdeu tudo (PEDRO, entrevista realizada em 17/07/2017).

As comunidades faxinalenses do Município de Pinhão são exemplos de processos de grilagem das terras, facilitadas pela ideia de que a região estava “vazia”, “ociosa” e precisava ser “desenvolvida”. A instalação da madeireira contou com o apoio do Estado, tanto governo federal, estadual quanto municipal, respaldada também por órgãos oficiais que asseguraram a execução da grilagem das terras, tais como cartórios, polícia estadual e municipal.

Como aconteceu aqui, o [cita o nome do grupo madeireiro] entrou e veio com a concessão do governo e foi dizendo, “não aqui é meu”. De algum ele comprou; mas outros ele não comprou, mas fez documentinho enganando o povo com as assinaturas das compras das madeiras, e foi acontecendo o que aconteceu. Antes o povo não ligava no documento de terra, tinha gente que tinha terra, mas não ligava com documento e quando a madeireira chegou foi expulsando a gente [...] muita gente, muitas famílias, aconteceu isso; foi embora porque tinha medo, opressão demais e foi encurtando o espaço para o povo. (MARTA, entrevista realizada em 10/07/2017).

A madeireira presente na região chegou a possuir sete mil escrituras de terra no Município de Pinhão. Apesar da forte presença da empresa no território os camponeses continuaram residindo nas áreas em que a indústria passou a ter os títulos e, foram obrigados a fazer contratos de arrendamento, os quais proibiam a retirada dos recursos vegetais da floresta e obrigavam a pagar um terço da produção em troca do direito de permanecerem residindo/ocupando esses territórios. Com isso, houve um aumento dos conflitos, dada a necessidade das famílias retirarem a erva mate, pinhão e outras frutas e madeiras, utilizadas de forma histórica e sustentável (AYOUB, 2013).

Destes embates forjou-se inúmeras formas de lutas e resistência, sendo algumas travadas coletivamente, como no município do Pinhão em que foi construído o Movimento dos Posseiros; porém, observa-se

um número expressivo de enfrentamentos realizados de forma isolada, por famílias ou comunidades, formas de resistência que acabaram sendo ainda mais invisibilizadas.

As ameaças e conflitos se dirigem em especial às lideranças das comunidades que continuam fazendo o uso comum das terras; contudo, se nas décadas de 1950 e 1960 eram as madeireiras que faziam as pressões, atualmente é o agronegócio que cerceia e se torna a principal preocupação:

Tem muitos que têm e acham que a terra é só para eles; eu acho que não porque, que nem aqui, nós moramos em sessenta famílias e estamos vivendo em sessenta e oito alqueires, vivemos todos aqui, antes era muito maior, mais de oitocentos alqueires só o nosso faxinal. Mas perdemos. E veja ali na fazenda tem mil e quinhentos alqueires e vive um só. E antes deles vim e fazer a granja tinha quarenta e três famílias morando. Eles trabalhavam, colhiam erva, faziam roça, criavam porco, vaca. Era tipo um tipo faxinal, as crianças iam pra escola, tinham tudo. Mas quando a filha dela casou (se referindo a antiga proprietária das terras) com o [cita o nome do fazendeiro] acabou tudo. Ele era banqueiro e mandou todo mundo embora; ficou acho que uns dez moradores. Mandou tirar as casas e destocar tudo. Erva nem tem mais, acabou tudo. Eles faziam na base de seis, doze mil quilos de erva seca. Ele destocou tudo, agora usa maquinário em tudo. Hoje não tem mais quase ninguém lá, só usam maquinário e esse povo pra onde foi? Estão nas cidades perdidos, sem nada (ANTÔNIO, Emboque, São Mateus do Sul, entrevista realizada dia 05/02/2017).

Diminuição das áreas de uso comum e apropriação da terra que era utilizada por várias famílias, fragmentada e monopolizada se transformou em propriedade capitalista, transformação, como foi apontada por Antônio e será defendida por Pedro, que enriquece um e empobrece muitos. Neste sentido, compreende-se que a luta pela permanência do uso comum do território está sustentada pela oposição ao aumento das desigualdades sociais, as quais as famílias que perdem a terra são submetidas. Compreensão que se repete nas falas dos camponeses faxinalenses quando são questionados sobre a necessidade de resistir aos conflitos e continuar usando coletivamente a terra.

A perda da área de uso comum não condiz somente dos embates com os grandes proprietários, ela se estabelece também na relação com o Estado que no

processo de demarcação das áreas especiais de uso regulamentado (ARESUR) diminui o tamanho de seus territórios.⁶

E aqui no Pinhão, em todos os faxinais que eu conheço a história é a mesma, onde o criador, esses recursos começam a ficar escassos começam a aparecer a miséria e a pobreza no meio faxinalense que é muito forte isso nos faxinais, principalmente os que virou ARESUR, os faxinais que viraram ARESUR o Estado chegou e demarcou um pedaço do faxinal e o externo que não ficou dentro desse criador se perdeu. E essa demarcação aconteceu de cima para baixo do Estado e não se pensou no futuro. Se demarcou na ARESUR uma área muito pequena que é insuficiente hoje para viver ali dentro e tirar o sustento daquela forma que nós tirávamos lá atrás, hoje já não se tira mais o sustento das famílias somente do faxinal, a não ser esses do Pinhão porque quando nós propusemos a RDS nós já pensamos grande, retomar aquilo que já foi nosso um dia, pensando no futuro das famílias, e daí essa área fornece os recursos naturais, ter as coisas ali dentro que permite o sustento da família. Agora outros que se perderam aí, foram demarcados pelo Estado nas ARESUR, o exemplo muito claro é do faxinal de Marmeleiro de Baixo e Marmeleiro de Cima em Rebouças, ao se demarcar a ARESUR se perdeu oitenta por cento do faxinal, especialmente o faxinal do marmeleiro de baixo. O (cita nome de uma liderança) fala muito isso, e o que demarcou ali é impossível, é muita pouca área para bastante gente (PEDRO, Pinhão, entrevista dia 17/07/2017).

A diminuição das áreas de uso comum no processo de demarcação pelo Estado é uma problemática importante e tem sido acompanhada por pesquisadores. Parte dos resultados da pesquisa intitulada “Territórios faxinalenses em áreas especiais de uso regulamentado (ARESUR): um debate sobre política pública, sujeitos e desenvolvimento”⁷ que se propôs a analisar os processos de construção e implementação de seis ARESUR no Estado do Paraná, foram apresentadas na última reunião do movimento APF, julho/2017, e confirmaram a falta de justificativas por parte das Instituições

6. As ARESUR foram criadas pelo decreto 3466/97 pelo governo do Paraná, são compreendidas como uma espécie de unidade de conservação de uso sustentável que reconhecem às áreas de uso comum dos faxinais como áreas de preservação ambiental. O órgão responsável pela criação das ARESUR é o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) que após mapeá-las e reconhecê-las repassa recursos do ICMS ecológico ao município que devem investir no desenvolvimento sustentável dessas comunidades

7. A apresentação foi realizada pelo professor Jorge Ramón Montenegro Gómez, um dos coordenadores do projeto.

do Estado na diminuição das áreas de uso comum. Essa perda do território acarreta sérios problemas, como a viabilidade das próximas gerações permanecerem na comunidade e viverem do trabalho na terra,⁸ elemento que impõe a necessidade da discussão sobre o aumento do território e realização de uma reforma agrária camponesa e popular.

Como evidenciado, a história dos camponeses faxinalenses foi construída a partir de conflitos e lutas contra a fragmentação e monopolização da terra. Disputa que na maioria das vezes foi vencida pelos grileiros, madeireiras, fazendeiros que possuíam/possuem o aparato jurídico e político pendendo sempre a seu favor. Foi em meio a estes embates que a possibilidade de criar mecanismos jurídicos utilizando a Convenção 169 da OIT surgiu e tem sido usada pelos camponeses faxinalenses.

Sobre o conceito de Povos e Comunidades Tradicionais: continuidade da(s) luta(s) de classe

Não é novidade a histórica união entre o poder jurídico, político e econômico no intuito de manter os interesses das classes dominantes; desse modo, não nos gera espanto os exemplos relatados acima em que as famílias são continuamente expulsas de suas comunidades e da terra por donos de madeireiras, fazendeiros, empresários que artificiam seu respaldo, no uso de documentos forjados em cartórios, com a concessão do Estado, apoio de prefeituras, e a força executora de delegacias municipais e estaduais.

O que temos assistido é a invasão dos territórios ocupados pelos camponeses, principalmente aqueles que fazem parte das terras públicas⁹ e que são utilizados de forma diferenciada da instituída pela propriedade privada. A facilidade de inserção destas terras no mercado é mediada pela ausência intencional de levantamentos criteriosos para a identificação das terras públicas, a não execução da lei sobre a impossibilidade de compra e venda de terras públicas, a legitimação de documentos falsificados de compra e venda de terras emitidos pelos cartórios¹⁰ e a falta de mecanismos jurídicos

8. Na pesquisa de mestrado, já citada, abordamos esta problemática.

9. Oliveira em, *A política de reforma agrária no Brasil* (1981), aponta que mais de 30% do território brasileiro ainda são terras devolutas, ou seja, fazem parte das terras públicas não discriminadas.

10. Muitas vezes sem a realização da Cadeia de Sucessão Dominial.

que abarquem a posse e uso da terra comum, sendo que as duas categorias censitárias atuantes – o estabelecimento e o imóvel rural – não amparam as experiências diversas existentes concretamente no campo brasileiro.

É neste cenário de ausência de mecanismos jurídicos que reconheçam o uso comum das terras que a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) tem sido utilizada. Este processo avançou no reconhecimento destes territórios, porém ainda é muito frágil diante das constantes ameaças de invalidação dos acordos comunitários emergentes e das leis aprovadas a nível municipal e Estadual.

A Convenção 169 da OIT/88 legitimou a chamada “consciência de si” dando possibilidades para auto identificação como fator de reconhecimento destes diferentes camponeses. No Brasil o documento foi ratificado em junho de 2002, treze anos depois pelo Decreto Legislativo nº 143. Alguns pontos essenciais do documento são os artigos 14 e 16 que orienta sobre a compreensão de territórios tradicionalmente ocupados:

Artigo 14. Dever-se-á reconhecer aos povos interessados os direitos de propriedade e de posse sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Além disso, nos casos apropriados, deverão ser adotadas medidas para salvaguardar o direito dos povos interessados de utilizar terras que não estejam exclusivamente ocupadas por eles, mas às quais, tradicionalmente, tenham tido acesso para suas atividades tradicionais e de subsistência (OIT, 2011, pp. 28-29).

Artigo 16. Sempre que for possível, esses povos deverão ter o direito de voltar a suas terras tradicionais assim que deixarem de existir as causas que motivaram seu traslado e reassentamento (OIT, 2011, pp. 31-32).

Importante destacar que as extensões de terras que correspondem às chamadas Comunidades Tradicionais nunca foram catalogadas, quantificadas ou sujeitas às técnicas e métodos estatísticos e de cadastramento de imóveis adotados pelos órgãos de planejamento e intervenção governamental na área rural. Permanece ausente qualquer interesse prático em examinar e compreender estes modos de vida tidos como obsoletos (ALMEIDA, 2009). Desinteresse intencional do Estado que se coaduna com as disputas de território, recursos naturais e grilagens por parte dos grandes proprietários.

Uma das respostas de resistência dada pelas comunidades às pressões e invasões às suas terras tem

sido a organização em espaços políticos em que reivindicam, por meio da Convenção 169 da OIT, o reconhecimento do uso tradicional do território. Como exemplos podem ser citados os instrumentos jurídicos que buscam reconhecer suas especificidades, tais como:

(...) os dispositivos das Constituições estaduais, como aquelas do Maranhão e da Bahia, que falam respectivamente em assegurar “a exploração dos babaçuais em regime de economia familiar e comunitária” (Art.196 da Constituição do Maranhão de 1990) e em conceder o direito real de concessão de uso nas áreas de fundo de pasto (Art.178 da Constituição da Bahia de 1989);

(...) a lei estadual do Paraná de 14 de agosto de 1997 que reconhece formalmente os faxinais como “sistema de produção camponês tradicional, característico da região Centro-Sul do Paraná, que tem como traço marcante o uso coletivo da terra para produção animal e conservação ambiental.” (Art.1); e as leis municipais aprovadas no Maranhão e no Tocantins desde 1997, mais conhecidas como “leis do babaçu livre”, que disciplinam o livre acesso aos babaçuais (ALMEIDA, 2004, p. 9).

De acordo com Almeida (2008) este reconhecimento jurídico surge a partir das diferentes formas da apropriação dos recursos naturais que caracterizam as denominadas “Terras Tradicionalmente Ocupadas”. Nestes territórios o uso comum dos recursos aparece combinado tanto com a propriedade quanto com a posse da terra, de maneira perene ou temporária, envolvendo diferentes atividades produtivas, como o extrativismo, a agricultura, a pesca e a pecuária. Os grupos de camponeses que formam estas comunidades consolidam um significado mais abrangente de natureza, capaz de expressar a diversidade social e étnica em suas reivindicações diante dos aparatos de Estado.

Estes instrumentos jurídicos, especialmente a partir de 1988, deram visibilidade à relação que estas comunidades possuem com a natureza, em que o processo de autodefinição dos sujeitos sociais está no centro da ação e exigem outro esquema interpretativo. Neste os agentes sociais são reconhecidos a partir de suas identidades coletivas, representações políticas e, sobretudo territorialidades específicas ou espaços sociais construídos para amparar sua maneira de ser e existir (ALMEIDA, 2008).

A organização destes grupos avançou para o âmbito do Estado, que “cedeu” as pressões e reconheceu a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável

dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) e o fórum de composição paritária (Decreto de 13 de julho de 2006). Um dos encaminhamentos desta articulação consistiu na realização do I Encontro Nacional de Comunidades Tradicionais, em agosto de 2004, na cidade de Luziânia – DF, em que estiveram presentes os povos indígenas e quilombolas, agroextrativistas, seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, pescadores artesanais e caiçaras, geraizeiros, varzanteiros, pantaneiros, ciganos, pomeranos, comunidades de terreiro, fundos de pasto, faxinais e ribeirinhos do São Francisco e no qual se chegou a algumas definições conceituais (Decreto 6.040, 2007):

I – Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais; que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

II – Territórios Tradicionais: os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os artigos 231 da Constituição Federal e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações.

III – Desenvolvimento Sustentável: o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras.

Neste processo, grupos outrora organizados, além dos que resistiam de formas isoladas, passaram a utilizar o respaldo jurídico-político construído. Neste sentido, observamos a movimentação política ocorrida entre as comunidades faxinalenses que construíram o movimento Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses (APF).

Destacar-se-á alguns momentos importantes na construção de seus espaços coletivos. O primeiro se refere ao Encontro das Comunidades e Povos Faxinalenses, realizado nos dias 05 e 06 de agosto de 2005, em Irati – Paraná, o qual constitui um marco na organização do movimento social. Teve como lema: *Terra de Faxinal: resistir em puxirão pelo direito de repartir o pão*. No lema foi destacada a importância da

terra e da luta para garantir a continuidade de seu modo de vida. O encontro foi um espaço para os camponeses faxinalenses conhecerem pessoas de outras comunidades, debater, denunciar e propor ações futuras àquele espaço político. Após decorridos dois anos deste primeiro momento, foi realizado o segundo encontro, nos dias 10 e 11 de agosto de 2007, também na cidade de Irati, com o lema: *Na luta pela Terra, nascemos faxinalenses*. Nesta ocasião levantou-se a necessidade da realização de um mapeamento sobre o número de comunidades existentes no Estado, pois perceberam que os dados oficiais não coincidiam com as informações que as lideranças obtinham. Assim buscou-se parceria com o *Projeto Nova Cartografia Social dos Povos da Amazônia*, coordenado pelo professor Alfredo Wagner de Almeida¹¹ para realização da cartografia nas comunidades faxinalenses. Deste mapeamento surgiram novas informações sobre o número totalizante e a organização das comunidades. Os resultados demonstraram certa incoerência com os dados reconhecidos pelos órgãos oficiais do Estado. Do número inicial de 44 faxinais reconhecidos, houve a constatação da ocorrência de 227 faxinais nas áreas mapeadas.

A partir desta organização os camponeses faxinalenses conseguiram avanços importantes na legalização do uso comum de suas áreas, tais como: a aprovação de dispositivos legais no âmbito da esfera municipal, estadual e federal; a Lei nº 15.673, de 13 de novembro de 2007, que dispõe sobre os faxinais e o processo de reconhecimento dos faxinalenses no Estado do PR; Decreto nº 6.040 de 07 de fevereiro de 2007, que instituiu a política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais; liminares favoráveis à manutenção do uso comum da terra em alguns faxinais; aprovação de Leis Municipais em Pinhão, Antônio Olinto e São Mateus do Sul em favor do uso comum das áreas; participação no conselho Nacional das Comunidades Tradicionais; criação da Comissão Fundiária dos Faxinais junto ao INCRA-PR (Faxinais, 2007; 2008; SOUZA, 2009).

Os acordos comunitários e as leis aprovadas nos municípios foram baseados na decisão da maioria dos camponeses faxinalenses que moram nas comunidades. Deliberações que respaldam a continuidade do uso comum das áreas e impedem a alteração para o uso

11. Para maiores informações, vide: <http://novacartografiasocial.com/os-povos-e-comunidades-tradicionais-convencao-169-da-organizacao-internacional-trabalho-oit-e-carta-de-belem-pa/>

privado a partir da decisão de um morador ou de sua minoria, fazendo desta definição uma tarefa submetida às determinações do coletivo. Desta forma, para finalização de uma área de uso comum, a maioria das famílias da comunidade precisam realizar uma assembleia e estarem de acordo. Outras demandas, ligadas ao direito, apontaram a necessidade de realizar formações a fim de instrumentalizar os camponeses faxinalenses para defenderem-se de fatos recorrentes nas comunidades, tais como: a matança de animais; o desmanche de cercas; ameaças; assassinato de pessoas; invasão dos territórios; contaminação das fontes de água e outros. Neste sentido, a ONG Terra de Direitos¹² realizou intervenções nas comunidades por meio das oficinas de Operadores de Direito, instrumentalizando os camponeses faxinalenses a utilizar a câmaras de vereadores, assembleia legislativa, delegacia de polícia e fóruns como espaços de luta. Formação que contribui para a aprovação das leis citadas, o aumento dos boletins de ocorrência¹³ e investigação das violências sofridas nas comunidades.

Avanços e contradições em meio aos conflitos e lutas pela terra: qual Emancipação queremos?

A descrição dos conflitos no decorrer do processo histórico dos camponeses faxinalenses, a permanência das práticas de uso comum do território, a organização do movimento APF apontam avanços e contradições importantes de serem discutidas, pois se a necessidade de lutar pela terra se impõe a urgência em romper com o que sustenta as disputas é cada vez mais necessária. É neste sentido, o de buscar compreender os caminhos possíveis para a ruptura com as bases estruturais que capturam e exploram a terra, o trabalho, a vida de mulheres e homens camponeses, que indaga-se sobre onde

12. A ONG Terra de Direitos atua na defesa e promoção dos direitos humanos, especialmente dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais. A organização surgiu em 2002 e trabalha com casos encaminhados por movimentos sociais e organizações da sociedade civil que envolve situações de violação aos direitos humanos. A equipe é formada por assessores jurídicos populares, por uma assessoria de comunicação e integra colaboradores de outras áreas de atuação. Informações disponíveis em: <<http://terradedireitos.org.br/quemsomos-2/>>.

13. Atualmente não existem pesquisas que sistematizaram o aumento do número dos boletins de ocorrência nos últimos anos, porém os próprios faxinalenses comentam que tem realizado com maior frequência, haja vista as pressões sobre o território, o roubo dos animais, desmanche de cercas e demais demandas.

e como tem-se realizado os enfrentamentos, o que se tem mirado e quais melhores estratégias e táticas para compreensão e transformação social.

Reitera-se que o roubo da terra e, conseqüentemente, a exploração do trabalho camponês, se dá pelo capital, pela necessidade intrínseca de tornar mercadoria ela e sua produção, seja madeira, grãos, carne, tudo se transforma em propriedade e mercadoria. O Estado, em contrapartida, respalda as ações de expropriação através do mapeamento e doação das terras públicas, na oficialização jurídica dos documentos que garantem a posse da terra e na execução da retirada daqueles que ousam resistir. Estas ações são compreensíveis, dada a sua natureza alicerçada na proteção da propriedade privada e nas classes burguesas, sendo o indivíduo burguês seu guardião, o cidadão seu dono, ou seja, sem propriedade privada não tem cidadania (MARX, 1969). Nas palavras de Marx, o Estado “[...] longe de destruir a propriedade privada, a pressupõe” (pp. 25-26).

Destacamos este ponto porque acompanhamos os avanços em relação à demarcação das terras de uso comum a partir das reivindicações por meio do Estado e consideramos estas conquistas imprescindíveis para garantir a continuidade dos camponeses no território. Entretanto, nestas disputas dois pontos precisam ser mantidos em constante discussão. O primeiro refere-se à fragilidade dos mecanismos jurídicos, já que por natureza são submissos ao sistema econômico, que como bem aponta Mészáros (2002) é incontrolável e não se furta de utilizar a guerra, a violência, a repressão, a traição, a mentira, a manipulação, o engano, a cooptação; não se importa em causar fome, miséria, pobreza, doenças, devastação da natureza; as normas jurídicas, instituto político, regra moral ou ética, são desconsideradas, a própria sobrevivência da humanidade não é uma barreira para pará-lo.

Esta fragilidade é sentida pelos camponeses faxinalenses que ficam a deriva de interpretações de juízes e promotores sobre os processos que envolvem as comunidades, entretanto, depois do golpe que derrubou a presidência em 2016, também ele ligado a essa insaciabilidade do sistema, as comunidades vêm sofrendo ainda mais com as pressões e perdas de campo dentro do Estado. Dentre as mais preocupantes está o desfecho de um processo na cidade de São Mateus do Sul, primeiro semestre de 2017, em que o promotor do município afirma a ilegitimidade dos acordos comunitários, das leis municipais e estaduais que respaldam

o uso comum, pois defende que elas são contrárias ao que a constituição Nacional preconiza, a propriedade privada:

Nós estamos em uma disputa ferrenha com o judicial em relação à terra, achamos que vamos ganhar, mas ganhar uma coisa que já foi nossa, nós tínhamos o domínio, depois eles tomaram e agora volta para nós definitivamente. Mas agora já é complicado que com a ajuda que eles tiveram na época eles conseguiram esquentar esse documento e essa grilagem virou legal. Por isso essa iniciativa desse promotor de São Mateus que está questionando os meios legais que nós construímos, alguns depois da criação do movimento, que é a lei estadual, as leis municipais que nós temos, o próprio decreto da ARESUR. É [...] e se nós perdermos isso, aí não sei o que acontecerá, porque são essas leis que nos seguram juridicamente (PEDRO, Pinhão, entrevista dia 17/07/2017).

Os camponeses faxinalenses vivenciam as disputas travadas via Estado e reconhecem a quem esta instituição é favorável. Sendo assim, é a partir destes elementos que levantamos nosso segundo questionamento e ele se refere às perspectivas das lutas realizadas. Para Lessa (2007) este é o ponto central, pois não questiona se devemos ou não defender os direitos ameaçados, trata-se de saber em qual terreno devemos nos colocar para que a luta possa acumular forças contra o Estado político e contra a sociedade burguesa, sendo que ambos pressupõem a propriedade privada. A questão sobre os limites da ação por meio do Estado está relacionada fundamentalmente a discussão sobre qual Emancipação se busca. Concordamos com Mészáros (2002) que para não nos perdermos nas entranhas das próprias forças alienadas e devoradoras do capital torna-se necessário que se coloque a questão da propriedade privada e da exploração do trabalho em seu núcleo. Para isso, é primordial deslocar a resistência dos terrenos estatal e governista, dos órgãos públicos, das instituições da “sociedade burguesa” e de seu Estado “político”:

A violência que impera na vida cotidiana (a violência que é a propriedade privada) apenas pode ser superada por um salto ontológico que revogue, no próprio fundamento da vida social, no trabalho, a necessidade por essa mesma violência. E isso significa, de modo absoluto, a “expropriação dos expropriadores”. Ou seja, que na própria organização da transformação da natureza nos meios de produção e de subsistência – o ato mais básico, fundante da reprodução do mundo dos homens – a produção de riqueza mude

inteiramente, não apenas de forma, mas principalmente de conteúdo histórico. A riqueza tem que deixar de ser a riqueza da classe dominante para se converter na riqueza humana, no desenvolvimento mais pleno, livre e completo, das capacidades humanas em todas as suas dimensões (LESSA, 2009, p.79).

Acreditamos que a superação deste sistema só poderá vir da classe camponesa e da classe trabalhadora; neste sentido a questão que se põe é: “Não se trata de investigar, apenas, quem há de emancipar e quem deve ser emancipado. A crítica tem que se indagar, além disso, outra coisa: de que espécie de emancipação se trata; quais as condições implícitas da emancipação que se postula” (MARX, 1969, p. 19).

Assim como acompanhamos as ações das comunidades e do Movimento Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses (APF) no campo do Estado também conhecemos outras que questionam a propriedade privada e seu poder. Estas foram realizadas juntamente com outros movimentos populares e dizem respeito as ocupações das terras griladas pela empresa citada pelos entrevistados.

Nós lutamos e conseguimos uma área de assentamento, conseguimos desapropriar uma área que assentou oitenta famílias, agora nessa outra, nesse outro trabalho que nos estamos à frente, dos faxinais, nessa luta dos faxinais, dos povos tradicionais que não é só aqui no Pinhão é no Estado, mas aqui no município nós já conseguimos assentar oitenta e oito famílias e nessa outra, nesses outros dois projetos que nós temos aqui, que já é ARESUR e que as comunidades já estão se beneficiando, já resolveu o problema da terra para mais de cem famílias, nesses dois projetos. Falta resolver a questão da RDS para tirar a terra do latifúndio e dar para os faxinalenses que estão aqui [cita o nome da comunidade] (PEDRO, Pinhão, entrevista dia 17/07/2017).

Nesse sentido, compreendemos que o movimento tem trabalhado em duas frentes, no Estado buscando a legalização das terras e políticas públicas de apoio às comunidades e ocupando novamente as terras que já foram deles e passaram pelo processo de grilagem. Esta última prática tem sido realizada especialmente no município de Pinhão em articulação com outros movimentos sociais, como Movimento dos Pequenos

Agricultores e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra,¹⁴ Prática produzida pela necessidade de se contrapor a privatização da terra, como explica Pedro:

Hoje pra gente fazer justiça a gente tem que conquistar as coisas dessa forma, lutando, porque pra mim não deveria comprar terra, não poderia ser objeto de negócio, e eu consegui ter terra básica para minha família sem precisar comprar, porque não deve ser vendida, porque quem aqui nesse mundo sabe fazer terra para vender? É um bem da humanidade, a terra e os recursos naturais, a água, são bens da humanidade que não deveriam tar colocados assim: quem tem dinheiro tem, quem não tem dinheiro não tem, fica sem. Não deveria ser assim, porque não iniciou dessa forma, foi o homem que transformou a terra em objeto de venda. Pra mim está errado isso. Eu nesses trinta anos que lutei não precisei comprar terra pra nós, pra viver. Diferente né, eu vi muita gente comprar terra, compra da família, compra do irmão, mas é o meio jurídico, legal que está ai hoje e que prevalece. Mas eu não tenho essa concepção, por isso que acho que a terra que já foi dos faxinalenses e que vai ser deles, por isso nós ocupamos aquelas áreas, nós faxinalenses junto com os outros movimentos. Eles ainda não, não, juridicamente não conquistaram ainda, mas quem tem a posse, a vivência somos nós faxinalenses. Por isso vale a pena a luta (PEDRO, Pinhão, entrevista dia 17/07/2017).

É contra a mercadorização da terra, compreendida como bem da humanidade, que às famílias camponesas faxinalenses do município de Pinhão passaram a ocupar as áreas griladas pela empresa já citada. Contudo, esta prática não é uma característica presente em outras comunidades que integram o movimento APF. Apesar das comunidades dos outros municípios estarem cada vez mais “espremidas” em meio às monoculturas e grandes fazendas e ter cada vez menos espaço de uso comum, devido ao aumento das famílias a cada geração o que inviabiliza a permanência de seus filhos e netos no campo,¹⁵ a prática da ocupação de novas áreas não tem sido discutida como uma possibilidade de mudança. Nesse sentido, aumentar o território é fundamental para garantir as condições concretas de seu modo de vida, em especial para as próximas gerações. Contudo, isso

será possível por meio de enfrentamentos contra o que monopoliza a terra e faz dela uma mercadoria. Prática que vem sendo despontada por parte do movimento e que pode ser entendida como uma das formas de superação das contradições existentes no excessivo investimento realizado pelo movimento nas disputas via Estado.

Compreendemos que o desafio é não perder de vista o ser camponês faxinalense como parte de uma classe social e que assim como outros camponeses participam deste sistema econômico, necessitando da terra para viver e de reforma agrária para dar continuidade a seus diferentes modos de vida. Isso só será possível através do enfrentamento dos pilares que sustentam esse sistema e com a perspectiva de construção de outra sociedade em que a Emancipação Humana seja construída.

Considerações finais

Nesta discussão buscou-se apresentar um pouco dos conflitos e lutas que marcam a história das comunidades faxinalenses. Esses conflitos e lutas ocorreram desde que os camponeses de uma certa região ocuparam a terra e foram construindo uma forma de vida com características e identidade singular. A intenção deste texto foi explicitar a constante necessidade das famílias e comunidades resistirem contra a captura de seus territórios, luta na maioria das vezes perdida, implicando a perda da terra, do uso comum, dos vizinhos e familiares e até da própria vida. Destacou-se as discussões e desdobramentos sobre o reconhecimento destes camponeses como Povos e Comunidades Tradicionais, e como este fator tem um saldo positivo no processo de disputa por meio do Estado, representados pelo poder jurídico, concretizadas na aprovação das leis municipais e estadual que formalizaram o reconhecimento do uso comum do território.

Entretanto, também se apontou os limites desta categorização e prática, seja pela impossibilidade do Estado ser meio de alcançar a superação das condições concretas que geram as disputas e conflitos, alicerçados na propriedade privada e exploração do trabalho; seja pela ilusória diferença conceitual e prática que pode ser construída a partir da categorização das identidades coletivas, alienando da consciência de classe, que se compreende ser a que mantém como necessidade central a

14. Para maiores informações buscar em: Comunidades tradicionais, capitalismo e conflitos agrários – Pinhão in *Memórias dos povos do campo no Paraná – Centro-Sul*. SALLES, J. de O. S. (org). Curitiba: ITCG, 2013.

15. Considerações que têm por base a citada pesquisa realizada no mestrado.

superação do capital, sendo este o único caminho para a libertação da terra e do trabalho, como possibilidade da Emancipação Humana.

Nota-se, por meio da prática do movimento e das famílias que moram nas comunidades que a luta pela permanência do uso comum está alicerçada na compreensão de que quando se individualiza a terra, se produz o empobrecimento de quem utilizava o território, sendo esta uma prática contra a produção e intensificação das desigualdades sociais. Além disso, notou-se que parte dos enfrentamentos do movimento são realizados fora do campo do Estado, como as ocupações realizadas no município de Pinhão, em parceria com outros movimentos populares, prática esta que será imprescindível para viabilizar a continuidade das próximas gerações no campo.

Destacamos que as disputas e lutas pela terra no campo brasileiro precisam ser reconhecidas, ganhar visibilidade social, especialmente nestes períodos que nos parecem tão contra-revolucionários. Buscamos examinar a hipótese de que as identidades culturais dos povos tradicionais podem dialeticamente apoiar a formação de uma consciência de classe e de um processo de unificação das lutas emancipatórias. Insistimos que as lutas no campo não cessaram, e é nosso dever romper com a marginalização desta classe, nos apropriar da memória histórica de resistência e do acúmulo das estratégias e táticas construídas, avaliá-las para melhor compreendermos o presente e construímos os caminhos necessários para superação das condições sociais que sustentam a exploração de homens e mulheres.

Referências

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Antropologia dos arquivos da Amazônia*. Rio de Janeiro: Casa 8 / Fundação Universidade do Amazonas, 2008.
- . *Nas bordas da política étnica: os quilombos e as políticas sociais*. Nuer, Florianópolis: NUER, pp. 1-26, 2004.
- ; SOUZA, R. M. (Org.). *Terras de Faxinais*. Manaus: Edic. da Universidade do Estado do Amazonas, 2009.
- . Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum. In ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. *Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. 2ª ed. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008, pp. 25-131.
- . *Quilombolas, Quebradeiras de Coco Babaçu, Indígenas, Ciganos, Faxinaleses e Ribeirinhos: movimentos sociais e a nova tradição*. XVI Encontro Nacional de Geógrafos. Realizado de 25 a 31 de julho de 2010. Porto Alegre, RS, 2010.
- AYOUB, D. Os posseiros do Pinhão-conflitos e resistência frente a indústria madeireira. In PORTO, L.; SALLES, J.O.; MARQUES, S.M.S. (orgs.). *Memórias dos povos do campo no Paraná-Centro-Sul*. Curitiba: ITCG, 2013.
- BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, 2007.
- FAXINAIS, Articulação Puxirão dos Povos de. *Dossiê - Conflitos Socioambientais e Violação dos Direitos Humanos na Floresta com Araucária*. IEEPPastoral da Terra, Guarapuava, 2007.
- . *Nova Cartografia Social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil*. Fascículo 1. Paraná, 2007
- . *Nova Cartografia Social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil*. Fascículo 3. Paraná, 2008.
- . *Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil*. Série: Faxinalenses do Sul do Brasil. Fascículo 4: Faxinalenses no Setor Metropolitano de Curitiba e Quitandinha/PR, setembro, 2008.
- LESSA, Sérgio. Modo de produção e revolução: Lukács e Mézáros. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Londrina, v. 1, nº 1, pp. 66-83, jun., 2009.
- . A Emancipação Política e a defesa de direitos. Publicado na *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: d. Cortez, junho de 2007.
- LUXEMBURGO, Rosa. *A Acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. Traduções de Marijane Vieira Lisboa e Otto Erich Walter Mass, 2ª ed., São Paulo: Nova Cultural, 1985
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura e Indústria no Brasil. *Boletim Paulista de Geografia*, nº 58, AGB, São Paulo, 1981.
- MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo*. São Paulo: Livraria Pioneira Edit., 1975.
- MARX, K. *A Questão Judaica*. Rio de Janeiro: Edit. Lambert, 1969.
- MÉSZÁROS, I. *Para Além do Capital*. São Paulo: Edit. Boitempo, 2002.
- SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. *Revista Nera*, ano 8, nº 7, julho/dez., 2005.
- . *Campesinos y sociedades campesinas*. México: Fondo de Cultura Económica, 1979.
- SOUZA, R. M. *Mapeamento Social dos Faxinais no Paraná*. Paraná: IEEP, 2008.
- TAVARES, L. A. *Campesinato e os Faxinais do Paraná: as terras de uso comum*, (Tese doutorado), USP, São Paulo, 2008.

THOMPSON, Eric P. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. v. I, Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1987.

TONON, E. A força da tradição: dos Faxinais às Irmandades Místicas do Contestado. In OLINTO, B. A.; MOTTA, M. M.; OLIVEIRA, O. de. (Orgs.). *História Agrária: Propriedade e Conflito*. Guarapuava:Unicentro, pp.319-340, 2009.

———. *Os monges do Contestado: Permanências, predições e rituais no imaginário*. Palmas:Kaygangue, 2010.

A PERIFERIA CONTRA O ESTADO?

Para escapar das ciências tristes*

Alana Moraes**
Henrique Z. M. Parra***
Hugo Albuquerque****
Jean Tible*****
Salvador Schavelzon*****

*Cagaram mil e uma regras de conduta
Eu mandei para a puta que pariu
E sorri, feliz.*
Jeniffer Nascimento¹

Em março de 2017, a Fundação Perseu Abramo apresentou os resultados da pesquisa *Percepções na periferia de São Paulo*.² O trabalho era destinado, nas suas próprias palavras a “compreender, de forma profunda e detalhada, os elementos que têm formado a visão de mundo e o imaginário social nas periferias da cidade de São Paulo”. Dentre suas conclusões, o estudo considerou que “a mistura entre valores do liberalismo, do individualismo da ascensão pelo trabalho e do sucesso pelo mérito, com valores mais solidários e coletivistas relacionadas à atuação do Estado, à universalização de direitos, à ampliação da inclusão social, permeiam a visão de mundo e o imaginário dessa nova classe

trabalhadora das periferias de São Paulo”, gerando intensos debates e conclusões peculiares. A pesquisa da FPA foi movida, entretanto, por uma pergunta inicial: “Por que os pobres não votam mais no PT? ”.

A pesquisa, no entanto, diz muito mais sobre si mesma e sobre a “visão de mundo” que a informa, do que potencializa novas perguntas e entendimentos sobre os processos sociais em curso. Curioso também observar as leituras que surgiram dos resultados publicados. De um lado, uma esquerda que se apresenta esgotada, que sem assumir uma crise de paradigma constata que o território que pensava como próprio foi ocupado pelo inimigo. De outro lado, aparece uma direita triunfalista, que celebrou com matérias ou editoriais nos grandes jornais os resultados da pesquisa da FPA, no que aparece para eles como “capitulação” do estatismo de horizonte socialista frente a um liberalismo que é pano de fundo de uma sociedade “aberta”, do livre mercado, o mérito e o encerramento do conflito ideológico no campo social.

A pesquisa serve a ambos os propósitos. Porém, outras possíveis leituras se abrem nas fissuras e que permitem escapar de um mundo de binarismos, homogeneizações, e guerras culturais ancoradas nas disputas ideológicas do século XX. Esses lugares são os que mostram que a história não acabou, mesmo que algumas formas de construção política, de fato, não sejam mais possíveis. Bairros organizados para lutar por moradia e transporte, respostas políticas da população que não necessariamente se alinham ao jogo eleitoral. Como dizem os zapatistas: “Queremos que se ergam escolas para a formação de cientistas, não oficinas disfarçadas de escola que ensinam só ofícios de trabalho ao serviço do capitalismo (mão de obra barata e mal qualificada)” (ENLACE ZAPATISTA, 2017).

Um trânsito sinuoso, de ondulações e curvas, mostra também a possibilidade de outra ciência e outra política. Nesse texto, defendemos a urgência de

* Os autores colaboram com o projeto editorial *Urucum*: <https://urucum.milharal.org>. Este texto está licenciado de acordo com *Creative Commons Attribution-ShareAlike 4.0 International License*: creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0.

** Feminista, antropóloga, e coorganizadora de *junho: potência das ruas e das redes* (F. Ebert, 2014) e *Cartografias da emergência: novas lutas no Brasil* (F. EBERT, 2015). Contato: alana.ufrrj@gmail.com.

*** Sociólogo, professor do Departamento de Ciências Sociais da Unifesp, e pós-doutorando no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (RJ) e no Instituto de História do Conselho Superior de Investigações Científicas da Espanha (CAPES n. 88881.119261/2016-01). Contato: polart@riseup.net.

**** Advogado, editor da *Autonomia Literária*, ativista, e mestre em Direito Constitucional pela PUC-SP. Contato: htaa1987@gmail.com.

***** Militante, professor de Ciência Política na USP, autor de *Marx selvagem* (Annablume, 2013) e coorganizador de *Junho: potência das ruas e das redes* e de *Cartografias da emergência: novas lutas no Brasil*. Contato: jeantible@usp.br.

***** Antropólogo e professor da UNIFESP. Contato: schavelzon@gmail.com.

1. NASCIMENTO, Jeniffer. Antitese. *Academia Periférica de Letras*, 03, 03, 2016. <<http://academiaperifericadeletras.blogspot.com.br/2016/03/jennyffer-nascimento.html>>

2. <<http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/Pesquisa-Periferia-FPA-04042017.pdf>>

pensarmos formas de conhecimento que não pretendem completar o trabalho da civilização ou do catequismo, e que também não assumem como episteme as fronteiras impermeáveis de um indivíduo-cidadão, da sociedade organizada pelo Estado, nem do mercado, do trabalho e da propriedade privada como únicos, permanentes e estáveis de organização (CLASTRES, 2003).

Todo o debate gerado em torno da pesquisa, nos fez pensar também que disputar o que “são” os pobres é uma armadilha que só pode ser desativada por outras práticas de pesquisa, outros lugares de posicionamento. Essa inquietação a respeito do fundo no qual as questões foram postas nos parece um bom problema de partida: que modos de conhecer podem contribuir para a criação e potencialização de projetos coletivos de autonomia?

Descer a torre e pensar pelas frestas: ritos de desautorização

“Por que os pobres não acreditam mais em nossa promessa de salvação?.” É uma pergunta que ecoa através das décadas. Nas teorias clássicas do populismo, ao menos na sua primeira geração, os pobres eram “cooptados”, imersos em uma cultura rural e atávica cujo sentido era conferido pelas relações clientelistas. Estávamos fadados a ter uma classe trabalhadora vulgar, sem consciência, movida por interesses econômicos individuais, quase sempre manipulada. As teorias sociológicas que afirmavam tais determinações estavam lá para comprovar – isso, é claro, até migrantes nordestinos do ABC paulista restituírem de vez a dignidade da classe contra a teoria. Na cidade de São Paulo, o sindicalismo da oposição metalúrgica (2014), nesse mesmo período, produzia intelectuais-operários e convocava intelectuais das universidades para pensar as possibilidades de luta e autonomia dentro das fábricas. A explosão do movimento operário nos anos 1970/1980 em São Paulo, assim como os movimentos populares de bairro, emergiam na cena política questionando a velha divisão entre sujeito e objeto, que em um dos seus desdobramentos, também se expressa na divisão que separa a vanguarda política da classe trabalhadora. O desejo de radicalização democrática se insurgia também contra as fronteiras do pensamento e a autoridade de enunciação.

De volta a um período de fechamento democrático, com intensificação das práticas autoritárias estatais,

surge também uma necessidade renovada de pensar outras formas políticas que, dentre outros deslocamentos, consiga mais uma vez questionar as formas de produção de conhecimento. Nos deparamos hoje com um mundo em intensa transformação: as formas do trabalho mudaram radicalmente assim como as formas de representação, que hoje se encontram cada vez mais em crise.

O que propomos aqui é uma investigação coletiva que seja demandada pelos problemas que surgem de um novo ciclo de resistência, e que possa assim contribuir para desestabilizar a separação hierarquizante das formas de pensar e agir no mundo. Nossa proposta é simples: uma prática de pesquisa que atue pelas demandas concretas das resistências ao modo de vida neoliberal. É preciso também rejeitar a crítica ao “pensamento intelectual” que vem ecoando entre nós mesmos, lutadores e ativistas. Para superar esses impasses, nosso desafio é ainda maior: afirmar que é da luta e das criações de novas formas de vida que podem nascer reflexões intelectuais criativas e potentes. Da mesma forma, afirmar que não há potência de pensamento que não esteja fortemente implicado em processos coletivos de transformação. Não há pensamento criador sem luta, como não há luta sem produção de conhecimento.

Assumir uma prática de pesquisa na qual estamos todos posicionados, implicados em causas e processos coletivos. Não nos é mais permitido fazer uma ciência ingênua. As feministas bem sabem que sem o corpo, sem a compreensão da economia de relações que fazem os próprios “sujeitos”, suas vulnerabilidades, sofrimentos e cotidianos não é mais possível fazer conhecimento, muito menos política (HARAWAY, 1995). A crença na existência de sujeitos prontos – seja ele o sujeito da classe, seja ele o novo sujeito periférico é uma crença masculina que nunca leva em conta todo o trabalho anterior de relações, vínculos, alimentação, pertencimentos que produz pessoas, pensamentos, “opiniões”. O movimento negro emergente no Brasil também tem produzido formulações imprescindíveis para pensar as formas de ciência. Pensar, por exemplo, como o racismo atua profundamente nas subjetividades, impedindo de forma violenta com que os sujeitos tenham acesso a sua própria fala: como levar a sério essas formulações nas práticas de “aplicação de questionários”, por exemplo? Como cuidar para não estarmos reproduzindo uma certa violência epistemológica contínua?

A dinâmica dos questionários pode ser muito cruel quando ele se torna uma inquisição averiguadora de “valores” dos pobres. Se a aposta for no mundo

do discurso sobre a realidade, não tenham dúvida, ao menos no mundo ocidental, ele sempre estará do lado dos valores dominantes – da periferia de São Paulo ao Bronx. Uma política renovada precisa pensar outras formas de conhecimento sobre a realidade que não estabeleça tribunais, mas ao contrário, que se afete pelos interstícios, pelos escapes – que não negue a dominação, mas que consiga pensar apesar dela e que possa, dessa forma, estabelecer conexões parciais, conversas com aqueles e aquelas com os quais gostaríamos de entender um pouco mais sobre o mundo e as relações (STENGERS, 2017).

Uma ciência que se compromete com a epistemologia das classes dominantes não pode ser outra coisa que não um retrato triste do pensamento colonial e da impotência política, ora pacificando as experiências dos pobres em categorias estranhas como o “liberalismo popular”, ora culpando os próprios pobres por não entenderem nunca as engrenagens da sua própria dominação. É também a expressão de um mundo intelectual que só consegue pensar a si próprio como a vanguarda iluminada da classe – distante, pedagógica, mas intacta em suas certezas.

No entanto, a vanguarda nunca está lá – se estivesse, saberia, por exemplo que o apelo a imagem do “empreendedorismo” é evocado entre várias camadas de experiência: do pragmatismo das “virações” cotidianas de quem sempre foi excluído do assalariamento (especialmente mulheres) até o desejo de poder trabalhar sem um patrão. Quando a pesquisa identifica no “empreendedorismo” um “liberalismo popular” joga fora, de uma vez só, toda uma experiência de classe forjada entre migrações, industrialização e desindustrialização, desempregos constantes, assim como toda a dinâmica pragmática de uma economia popular feita por cabeleireiras, motoboys, faxineiras, ambulantes, as pessoas dos “serviços gerais”, a classe que vive do cuidado.

A pesquisa dispensa também os intelectuais da classe que pensam a periferia porque sentem o que isso quer dizer e desobedecem, mais uma vez, as cercas que pretendem separar “pensadores” de “objetos” de conhecimento: movimentos populares, os artistas periféricos ou que constroem relações com a periferia, as redes de cursinhos populares, movimento negro, feministas, secundaristas, aqueles que fazem as novas batalhas de *slam*, os saraus – deixam de pensar também a partir das tensões geracionais que hoje explodem dentro da própria classe. Uma pesquisa sobre os “pobres”

que se pretende crítica dos poderes dominantes – da ciência ao golpismo – deveria convocar aqueles que estão produzindo pensamento na periferia, nos emaranhados de suas contradições e modos de vida, para pensar desde as hipóteses iniciais até as interpretações dos dados. Toda pesquisa deve ser também a possibilidade de encontros.

Uma das consequências não previstas da ampliação do acesso à universidade no Brasil, com todos os limites desse processo, foi a entrada massiva dos mais pobres, negros e mulheres nas universidades; a proliferação de coletivos feministas, coletivos negros, a luta por melhores condições nas universidades. Um processo não desprezível de tomada de assalto dos lugares de enunciação do conhecimento e que estabelece, pouco a pouco, ritos de desautorização da figura do homem branco intelectual portador da ciência. Desautorizam também as arenas de disputas em torno do que são ou devem ser os pobres. Nos convidam, mais uma vez, a embaralhar as fronteiras que separam pensamento e luta, transformar as práticas de fazer conhecimento.

Não queremos afirmar a “experiência” como um lugar de autoridade: ela é um campo atravessado por inúmeros fatores e circunstâncias. Ela também é produzida por poderes e contra-poderes, violência, a vaga na creche que nunca chega, a passagem que aumenta novamente. No entanto, uma prática transformadora de conhecimento deve por isso apostar na fricção com a experiência ao mesmo tempo que deve também recusar, sempre que possível, a autoridade de um saber “explicativo” e especializado. A pesquisa do Eder Sader (1988) sobre os novos personagens que entram em cena na periferia de São Paulo nas décadas de 1970-80, por exemplo, já levava muitas dessas questões e era movida também por um espírito de criação emancipadora e coletiva que apostava na relação orgânica com a classe para pensar outros caminhos de ação. Aliás, naquela época, a desconfiança dos pobres em relação ao Estado já era evidente. No entanto, muitos intelectuais petistas como Eder Sader extraíam dessa desconfiança, proposições radicais sobre novas formas democráticas, um novo fazer político.

Para derrotar o modo de vida neoliberal, precisamos voltar a perseguir problemas complexos. Eles estão por todos os lados, são produtos também das próprias práticas de resistência. Seria um problema muito mais interessante, por exemplo, pensar como é possível que essa fração de classe que a pesquisa identifica como “liberal” e “solidária aos seus empregadores”

seja também aquela que compõe a base social de movimentos sociais como o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto). Pensar os problemas levantados pelas experiências de arranjos comunitários em curso: cozinhas coletivas, práticas de educação popular, produções artísticas que vem construindo novas linguagens e dispositivos de “politização” mais horizontais, as novas experiências de clínicas públicas de psicanálise, os coletivos de comunicação e midiativismos periféricos, as redes e movimentos que vêm denunciando a violência policial (Mães de Maio, 2012). É que as verdadeiras questões dão trabalho (nascem do trabalho de toda construção coletiva!) e, no fundo, precisamos escolher se vamos pensar com a classe (a classe preta, mulher, jovem, universitária), sobre ela ou contra ela. Pensar, finalmente, como a classe é feita e não dada.

Para além do binarismo Estado x Mercado

A esquerda que só se concebe do lado do Estado, e contra o mercado, também pode ser produtora de subjetividade neoliberal, criando condições para que, no final do caminho, o sujeito revolucionário transmutado em consumidor do mercado, dispense suas vanguardas e padrinhos, sem que a transição a um governo abertamente pró mercado, por mais diferente, não se constitua em clivagem determinante para a vida das famílias da periferia.

O estudo da FPA conclui inequivocamente que a recusa ao Estado, e afirmação de alternativas a ele, são liberalismo. As massas pobres das periferias só poderiam estar alienadas, embebidas no sonho do mercado. A resposta, e antes dela, a pergunta, diz mais, novamente, sobre quem a fez do que quem a respondeu. Os pobres sujeitos à repressão sistemática do Estado mediante o aparato de segurança e, por outro lado, excluídos dos modos de autopreservação e cuidado público – a educação, a saúde etc – deveriam amar o Estado – e ainda que este funcione mal, talvez, deveriam ter a consciência do seu funcionamento ideal. Deveriam?

A mesma conclusão esbarra em uma armadilha conceitual: como poderia o liberalismo ser contra o Estado? Não foi sob o regime neoliberal que se constituíram enormes redes de repressão policial, desenvolvimento bélico, apropriação dos fundos públicos e expropriação do patrimônio coletivo, espionagem de cidadãos e de fantásticos aparatos de aprisionamento e

punição? O liberalismo, ainda que conteste o “Estado grande”, jamais atuou no sentido de sua abolição, tampouco advogou pela sua diminuição de garantidor da ordem capitalista.

As multidões periféricas, ao conseguirem habitar, cuidar de sua saúde e se proteger da violência física perpetrada pelo Estado, podem ser mais antiliberais do que as tais estruturas antiliberais: a ideia vã de uma dicotomia entre Estado e Mercado, quase como uma batalha do fim do mundo, gera um sistema no qual em um polo está um Mercado planejado pelo Estado e, no outro, um Estado a serviço de um Mercado – a despeito dos arranjos e das gradações, Estado e Mercado estão sempre ali, interdependentes.

O liberalismo pode ser inclusive interpretado como provocação e resposta dos pobres, frente ao Estado da esquerda que não oferece saídas políticas viáveis, nem projetos de sociedade sedutores, e menos ainda o mercado, frente ao qual os pobres sabem, sim, reivindicar o Estado ou, quem sabe, um outro lugar para além da representação e burocratização da vida.

O binômio Estado X Mercado apresentado pela pesquisa perde de vista uma das principais engrenagens do modo de funcionamento do neoliberalismo que, para avançar, precisa que mercado e Estado produzam uma coexistência intrínseca: seja nas ações públicas orientadas por critérios de “produtividade” ou “eficácia”, a “gestão de resultados”; seja no papel crescente das polícias como garantidoras extra-legais da propriedade privada, da especulação imobiliária e na criminalização dos movimentos questionadores da ordem de mercado.

Se a romantização dos pobres e da pobreza é um equívoco, isso não pode ser dito nem pensado sem uma necessária desromantização do saber técnico, neutro e, literalmente, iluminado da ciência pura que se pressupõe, ainda hoje, uma espécie de demiurgo, de ente transcendental capaz de organizar o mundo a partir de seu local privilegiado de observação.

Uma ciência comum para uma política do comum

Toda ciência fabrica mundos. Um ato de descoberta científica produz novos objetos, novos processos, novos sujeitos e com eles surgem outras recomposições do mundo. É por isso que podemos dizer que a ciência é também política, no seu melhor sentido. Ela cria novas partições, novas dobras e novos pertencimentos com o

real. Na sua versão etnocêntrica e colonial, no entanto, a ciência é política no mal sentido; ela fecha mundos, se interpõe sobre caminhos divergentes, ela “limpa”, “barra” as diferenças, classificando e organizando tudo no lugar narcisista do Eu. É política do poder, da ordem e do progresso.

O desafio de construir outras formas de produção de conhecimento exige também a invenção de outras formas políticas. Outros corpos: nos exige presença. Como seria essa ciência comum potencializadora de outros mundos compartilhados? E o que pode acontecer se partirmos de uma perspectiva parcial, situada e incorporada e que fosse movida pelos problemas dos modos de existência? O que acontece se renunciarmos de partida às ambições projetivas e as totalidades pré-constituídas ou mesmo à eleição de um ponto de vista privilegiado a partir do qual explicamos todo o ordenamento do social? Se todo saber é também poder, como seria produzir um saber insurgente de uma forma política também desconhecida?

Inspiramo-nos aqui na experiência de diversos movimentos sociais, comunidades afetadas (por problemas de saúde, desastres ambientais, conflitos etc), minorias organizadas que a partir de sua experiência e saberes produzem junto a outros atores cognitivos e políticos (pesquisadoras e pesquisadores profissionais ou amadores, ativistas, gestores engajados entre outros), novas formas de organização e luta simultaneamente à produção de conhecimentos contra-hegemônicos. Neste processo, surgem também novos sujeitos políticos. Encontros de saberes e formas diferentes de vida interessadas na co-criação de mundos. A experiência de mulheres que se organizam e que produzem saberes que interrogam as práticas e protocolos médicos, num ataque direto à biopolítica dos sistemas de saúde; os trabalhadores então invisibilizados ou silenciados que criam seus centros de pesquisa e documentação e confrontam as estatísticas oficiais (como foi a criação do Dieese); indígenas e quilombolas cujos saberes são indissociáveis da produção das formas de suporte à vida em comum; hackers e suas comunidades cujas práticas modificam o regime de visibilidade da vida contemporânea tecnicamente mediada, produzindo política através de tecnologias aparentemente neutras, criando clivagens que dão a ver os novos processos de produção de valor e as técnicas renovadas de governo das populações.

Se criamos espaços de escuta, novas linguagens podem ser inventadas (ao invés de ficarmos operando

mediações que encaixam o pensamento dos outros em nosso mundo). Talvez seja mais do que tradução, mas a pura invenção de uma outra linguagem comum, por isso, também criadora de outras comunidades políticas. Os regimes de subjetivação que nos constituem são muito heterogêneos. Se desejamos criar novos entendimentos, capazes de fazer proliferar a multiplicidade do real, teremos que aceitar as indeterminações e os trajetos experimentais. Disputemos a imagem do laboratório! Ao invés da sala limpa, pensemos num laboratório contaminado (LAFUENTE; ESTALELLA, 2015). Nossa hipótese é de que podemos constituir um novo laboratório (que fabrica novos sujeitos, novos objetos, novos mundos) junto àqueles que estão produzindo novas formas de vida em comum, agindo contra o desmanche de algo que é comum e encontra-se ameaçado pelas forças em jogo. Porém, este comum não é necessariamente conhecido ou visível. Ele é aquilo que é produzido entre todos, e não para todos. Mas justamente por isso, é frequentemente imperceptível. Ele pode ser o silêncio da noite, a qualidade do ar que respiramos, o tempo que temos para cuidar dos próximos, nossos trajetos na cidade e até o trabalho que temos (como é difícil definir hoje as bordas do trabalho e do não-trabalho!).

Como seria a política dessa forma de conhecer? Talvez, ela também seja inventada justamente ali onde se produz a vida mais ordinária. Nossa hipótese, é que esta forma de conhecer surge simultaneamente à formação de novas comunidades políticas que, para além do regime da representação, produzem a política de forma imanente à vida. Se ela realiza no presente sua política, não é que ela seja prefigurativa da forma política a se construir noutras escalas. Sua política é da ordem de uma singularidade. Ela é menor, situada, parcial, incorporada, da mesma forma que o conhecimento que a produz.

Apostamos que nesta forma de conhecer por meio desta política do comum, novas individuações coletivas – de ordem transindividual – podem emergir. Por isso, não há forma política a ser preenchida. E isso é o mais difícil no atual momento. Manter os canais de enunciação, de práticas cotidianas, de formas múltiplas de pertencimento, todos abertos à proliferação de outras formas de vida (mais solidárias, mais emancipatórias, mais autônomas etc) também demanda a capacidade de lutar contra todas as formas de opressão,

homogeneização, sujeição e exploração. Essa forma de conhecer que desejamos praticar com essa política, é sempre feita a favor de algo e contra algo.

Conclusões tão precárias como a classe: por outras práticas de pesquisa-luta!

Uma ação política emancipatória que realmente queira sair de seu beco sem saída precisa, sem dúvida, atravessar os muros que nos separam não apenas fisicamente, mas os muros que interditam o desejo, o pensamento, as práticas de existência em comum

O problema da liberdade e da emancipação coletiva, da construção de mundos que buscam superar opressões e muros, é um problema que nos situa, todos e todas, em um terreno comum. Isso quer dizer que, apesar de todas as experiências de lutas, das mais vitoriosas até as derrotadas, apesar de todas as teses, ensaios, questionários, não há fórmula-guia que possa nos confortar e mostrar a salvação. Não sabemos. Ou apenas sabemos que nosso saber não pode ser interposto a outros saberes. Não há um plano pronto a ser executado e nesse sentido, toda pesquisa que se pretende comprometida com um projeto de transformação deve conter, desde o início, a possibilidade de experimentações e criações. A relevância de uma pesquisa engajada pode ser testada pela possibilidade que ela oferece de fazer sentido para as pessoas, em suas vidas comuns, para a produção de novos mundos.

Perseguiamos a hipótese de que um conhecimento ativo pode ser produzido a partir dos ruídos com a experiência, extrapolando os lugares de autoridade e ser o resultado de alianças e relações entre diferentes saberes situados e desejantes de um projeto comum. Não é mais permitido (ou legítimo) produzir um saber sobre os “outros” de modo instrumental, reificado e não-solidário. Uma pesquisa acontece quando compomos alianças. Nossa prática de investigação se deseja híbrida e acontece no meio, no entre pesquisa-luta, sua terceira margem. Em certo sentido, é uma forma de conhecer antiga, mas que no atual contexto adquire novas configurações graças às metamorfoses nos regimes de poder e suas formas de saber: os antigos centros de produção de verdades e seus dispositivos multiplicaram-se e há também novas concentrações, fazendo emergir novos campos de lutas.

Um laboratório ocupado por corpos e saberes interpelados pelo problema da fabricação de um mundo

em comum. Pesquisadoras, pesquisadores que sejam capazes de farejar onde estão as dobras que podem nos mover, as questões que os poderes dominantes tentam esconder a qualquer custo, que possam produzir interferências no sistema hierarquizado de saberes e que possam, de fato, sonhar com outros mundos mas também praticá-los. Enfim, abandonar o delírio de fazer uma ciência neutra que revele as “percepções” dos pobres (pra quê? pra quem?) e ensaiar novos laboratórios povoados de corpos, afetos, interferências.

Fazer mundos exige escuta, é entender com outros, exatamente o que precisa ser feito: novas infraestruturas para a vida coletiva; espaços que possibilitem decisões coletivas sobre a vida comum, pensar o compartilhamento dos cuidados, gerir o problema do desemprego e produzir novas sustentabilidades, criar novas práticas de co-formação que possam se multiplicar, redes de proteção contra violência do estado, novas linguagens e, dessa forma, apontar para outras formas de vida que não estejam encerradas no binarismo Estado X Mercado. Pensar com outros – levar a sério as diferenças, suas contradições, formas de vida, práticas de existência. A classe sempre está por fazer-se, não há uma substância a ser revelada.

Contra a melancolia da vida neoliberal e suas práticas de conhecimento impotentes, cultivemos os afetos alegres de uma ciência implicada e comprometida com a produção de formas de vida em comum, mais solidárias e emancipatórias.

Referências

- CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. Tradução de Theo Santiago. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- ENLACE ZAPATISTA. Algumas primeiras perguntas às ciências e suas consciências. *Enlace Zapatista*. México: EZLN. <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2017/01/19/algumas-primeiras-perguntas-as-ciencias-e-suas-consciencias/>, 2017.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial, *Cadernos Pagu*, 5, pp. 7-41, 1995.
- LAFUENTE, Antonio; ESTALELLA, Adolfo. Modos de ciência: pública, abierta y común. In ALBAGLI, S.; MACIEL, Maria Lucia; ABDO, Alexandre Hannud. (Org.). *Ciência Aberta*, questões abertas, 1º ed., v. 1, pp. 121-142, Rio de Janeiro, 2015. <http://livroaberto.ibict.br/handle/1/1060>. Acesso em 10/07/2017.
- MAËS DE MAIO. *Mães de Maio: Mães do cárcere – a periferia grita*. São Paulo: Nós por nós, 2012.

OPOSIÇÃO SINDICAL METALÚRGICA DE SÃO PAULO. *Investigação Operária: Empresários, Militares e Pelegos contra os trabalhadores*. São Paulo:IIEP/Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas, 2014.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1988.

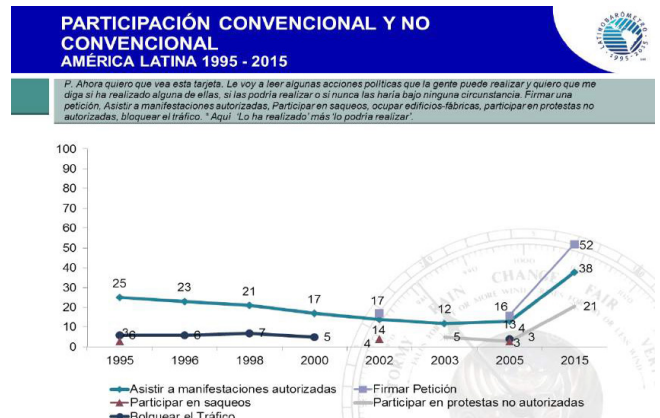
STENGERS, Isabelle. Reativar o animismo. *Caderno de Leituras*, n° 62, Belo Horizonte, Horizonte:Chão de Feira, 2017 (Tradução: Jamille Pinheiro Dias).

LOS RECIENTES MOVIMIENTOS SOCIALES EN AMÉRICA LATINA, EL CASO COLOMBIANO

Mauricio Archila Neira*

Del hiperpresidencialismo de la década del 2000 pasamos a la hipermovilización de la década del 2010 (...) Lo que vemos en la última década es la manera como la democracia le ha entregado a la ciudadanía el derecho a protestar más allá del miedo a la autoridad (LATINBARÓMETRO, 2015, p. 55).

Sin que estemos totalmente de acuerdo con el análisis del Latinbarómetro, sobre todo en aquello del tránsito de un supuesto hiperpresidencialismo a una hipermovilización, si creemos que la protesta en América Latina tiende a aumentar a medida que entramos en el siglo XXI. Ya en un escrito anterior señalábamos esta tendencia para el primer decenio de este siglo basándonos en el seguimiento realizado por el Observatorio Social de América Latina – Osal– (ARCHILA, 2011). Ahora, apoyados en el Latinbarómetro resaltamos la misma tendencia como se percibe en el Gráfico 1, que mide la opinión continental en torno a la participación en formas de protesta.¹



Fuente: Latinbarómetro, 2015, p. 55.²

Gráfico 01 – Participación convencional y no convencional: América Latina 1995-2015.

Pues bien, en este texto pretendemos acercarnos a la trayectoria reciente de los movimientos sociales en el continente para, desde ese contexto, abordar el caso colombiano, especialmente lo ocurrido en torno al plebiscito por la paz del 2 de octubre de 2016.³

2. Nos fue difícil encontrar estadísticas confiables sobre protestas en América Latina, al menos de un tenor similar a las que construye el equipo de movimientos sociales de Cinep para Colombia con una base de datos desde 1974. Parecería que Osal, que es parte de Clasco (Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales) ha dejado de hacer los informes periódicos sobre la movilización social que hacía antes. Y en el trabajo sobre la *Protesta social en América latina* coordinado por Fernando Calderón para Pnud (Programa de Naciones Unidas para el Desarrollo), hay mucha cifra económica, social y política pero no se cuantifican las protestas en el tiempo, salvo para el año de corte del estudio –octubre de 2009 a septiembre de 2010–, periodo sobre el cual vagamente se dice que Latinoamérica debió “procesar alrededor de 2.318 conflictos nuevos” (CALDERÓN, 2012, p. 270); algo que nos parece que subvalúa la dinámica de protesta del continente ya que solo en Colombia, que no es un país que muestre altos índices de protesta, en ese año hubo cerca de 800 (ver gráfico 2 más adelante).

3. Para nosotros los movimientos sociales son aquellas acciones sociales colectivas –de más de 10 personas–; que duran en el tiempo –al contrario de las protestas–; se oponen a injusticias, inequidades y exclusiones; tienden a ser propositivos; y se dan en contextos espaciotemporales concretos (ARCHILA, 2003, pp. 74-76).

* Historiador, profesor titular Universidad Nacional de Colombia-Bogotá e investigador del Cinep (Centro de Investigación y Educación Popular). Contacto: marchilan@gmail.com.

1. Como se dice en la misma fuente: “La participación convencional, asistir a manifestaciones autorizadas se ha duplicado de 13% a 27% entre 2005 y 2015. Se duplican asimismo los que firman una petición, aumentan de 16% a 35% en la década. Sin embargo, lo que más aumenta es la participación no convencional, que es asistir a manifestaciones no autorizadas, ésta aumenta de 3% a 21% multiplicándose siete veces en la década entre 2005 y 2015” (Latinbarómetro, 2015, p. 55).

Tendencias en la movilización social latinoamericana

Desde 1994 con los neozapatistas y más claramente desde el cambio de milenio hay nuevos signos en la movilización social de América Latina. Pensamos en los casos de Bolivia –con las guerras del agua y del gas, y luego el ascenso de Evo Morales que no ha refrenado disputas por autonomías regionales ni por la defensa de territorios ancestrales ante algunos megaproyectos–; Ecuador –con amplia movilización ciudadana y especialmente indígena que ha marcado la caída de varios gobernantes incluyendo a Lucio Gutiérrez, aliado de los indígenas por un tiempo, y las recientes tensiones con el presidente Correa por la autonomía territorial étnica–; Argentina –la movilización contra restricciones financieras a las capas medias con el llamado “corralito” y de los piqueteros, el posterior ascenso de los Kirchner y su reciente caída–; Brasil –la actividad del Movimiento sin Tierra (MST) y la amplia movilización urbana y laboral que llevaron al Partido de los Trabajadores (PT) al poder, hasta la reciente destitución de Dilma Rousseff, por una artimaña parlamentaria, y las jornadas de denuncia de la corrupción, el alto costo de vida y los excesivos gastos en los mundiales de fútbol y en los olímpicos–; México –la construcción de territorios autónomos en Chiapas, las movilizaciones de apoyo a López Obrador en dos ocasiones, la lucha de los maestros de Oaxaca contra un gobernador corrupto, y movimientos estudiantiles como “soy 132” opacados por la reciente violencia como la desaparición de 43 escolares en Ayotzinapa; las disputas territoriales y étnicas en Perú y en Chile –en donde retorna una izquierda aliada con el centro para enfrentar movilizaciones estudiantiles de los “pingüinos” y luego de universitarios, y con más permanencia las de los mapuches–; la continuidad izquierda en Uruguay en medio de disputas ambientales que tocan las relaciones con Argentina; el ascenso al poder en El Salvador de la izquierda en medio de una violencia cotidiana que no cede; la discutida continuidad del sandinismo en Nicaragua; el derrocamiento del presidente Zelaya en Honduras a pesar del amplio apoyo popular con que contaba; así como el golpe parlamentario a Lugo en Paraguay y la creciente polarización en Venezuela –país en donde se originó el giro a la izquierda con la subida de Chávez, pero que hoy encuentra muy limitado el proyecto del “socialismo del siglo XXI”

por la crisis petrolera y el desgaste del chavismo sin la figura carismática de su líder–. Todo esto se ha dado en medio de una refrescante oleada mundial iniciada con la primavera árabe y los indignados de varios países occidentales (CASTELLS, 2012).

Colombia también ha tenido su reverdecer manifestante, especialmente en el segundo decenio de este siglo, entre las que destacamos la agitación estudiantil en 2011 y los paros agrarios en 2013 y 2015, a las que habrá que agregar las recientes movilizaciones por la paz, que veremos luego.

¿Qué muestra este rápido panorama? En primera instancia que, como ya señalamos, hay un aumento movilización tanto en cantidad como en calidad, después de un cierto reflujo en los años 90, cuando se dio la implantación del neoliberalismo junto con el retorno a la democracia, dos fenómenos con tendencias distintas pero que juntos desmovilizaron a sectores ciudadanos, especialmente en torno a los Derechos Humanos (CALDERÓN, 2012). La mejor calidad de la protesta está dada también por la claridad y contundencia con que reclaman transformaciones estructurales y por la aparición de nuevos rostros en las multitudes. Así a los ya tradicionales sectores obreros, campesinos, indígenas y de pobladores urbanos se les agregan estudiantes, feministas, negros, ambientalistas de todas las clases y miembros del sector Lgbti, para solo mencionar a los más visibles.

En segunda instancia se habla de un giro a la “izquierda” iniciado con el ascenso de Chávez al poder en 1999 y que arrojaba un decenio después una América Latina gobernada casi en 3/4 partes por movimientos (socio)políticos autodenominados de izquierda, que en realidad albergan una gran variedad política, tal vez con el único rasgo común de ser antineoliberales. Los movimientos sociales apoyaron el ascenso de esas fuerzas progresistas, algunas de ellas provenientes de su seno –como Lula y Evo–, pero muy pronto se vieron enfrentados porque, si bien sus gobiernos superaban las limitaciones más fuertes del neoliberalismo como la pobreza o la privatización y desmonte del Estado, no había mayor cambio en el modelo de desarrollo porque se mantenía la orientación extractivista, a veces argumentada como la fuente principal de riqueza nacional para ser luego redistribuida. Con todo, según el estudio de Pnud coordinado por Fernando Calderón, hubo una marcada disminución de indicadores sociales desde los años 90, pero se ha estancado en lo que va del segundo decenio de este siglo. Así, mientras

América Latina ha pasado en diez años de ser el 5% de la economía mundial al 8%, la tasa de pobreza ha caído de 48% en 1990 a 30% en 2011 y 28% en 2013; mientras la de indigencia ha pasado de 22.6% en 1990 a 11.6% en 2011 para subir levemente a 11.7% dos años después. Por su parte el coeficiente de Gini, que mide la desigualdad, cayó de 54.2 en 2002 a 48.6 en 2013 (CALDERÓN, 2012, cap. 4).

Los logros de muchos gobiernos progresistas en materia socio económica, a pesar de los problemas estadísticos que puedan esconder por el cambio de categorías de medición, significaron hasta comienzos los 2010 una creciente confianza en la democracia representativa en América Latina como lo confirma el citado estudio de Pnud (Ibíd, cap. 6). Pero eso ha ido cambiando en los últimos años, y algunos gobiernos progresistas han perdido apoyo popular. En efecto, hubo manejos autoritarios por parte de algunos gobernantes de izquierda que ante el recorte de sus ingresos por la crisis de las exportaciones disminuyeron el gasto social, lo que propició el aumento de la movilización social en su contra. Algunos respondieron con dureza a esa creciente oposición no solo haciendo censura de prensa para controlar la opinión pública, sino que severamente han recortado las libertades democráticas rayando en dictaduras.

Estos factores, entre otros tantos como el resurgimiento de un fundamentalismo cristiano de cara a otros fanatismos religiosos o políticos, han debilitado a algunos gobiernos progresistas, lo que ha marcado el parcial retorno de las derechas al poder, no siempre en forma transparente o incluso democrática. Así ha ocurrido en Argentina y Brasil, pero ya se había visto antes en Paraguay y Honduras. La polarización y la creciente fuerza de la oposición en Venezuela no augura un futuro estable para el gobierno de Maduro. En Bolivia y Ecuador se acercan elecciones cruciales para medir la correlación de fuerzas. En Perú ganó el centro derecha con apoyo de la izquierda en contra del fujimorismo, pero es un gobierno débil. Y en Colombia la extrema derecha se impuso en el plebiscito del 2 de octubre por estrecho margen para negar los acuerdos de paz con la guerrilla más grande y antigua de América Latina, las Farc (Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia) y seguramente se opondrá a los que están por pactarse con la otra guerrilla histórica, el ELN (Ejército de Liberación Nacional), en la que militó el

famoso cura-guerrillero, Camilo Torres. Las próximas elecciones en este país serán muy polarizadas en torno a los acuerdos de paz.

El anterior cuadro descriptivo de los recientes movimientos sociales en América Latina nos lleva a reflexionar sobre cinco rasgos que, nuestro juicio, los marcan en la actualidad.⁴

Decíamos que irrumpen nuevos rostros en las multitudes que se agitan a lo largo del continente, al lado de otros actores más tradicionales. Pues bien, este fenómeno refleja una mutación en las identidades de los movimientos sociales, que cada vez menos se circunscriben a las clases para abarcar otras dimensiones de la conflictividad social contemporánea como la étnica, de generación, género, sexualidad, y en general cultural. En América Latina, como en el resto del mundo, hay una pluralización del conflicto social para abarcar otras dimensiones de la vida más allá de la material. Pero las clases sociales históricas no han desaparecido, como muchos áulicos del neoliberalismo y del fin de la historia quisieran. Así vemos que hay huelgas laborales en el Brasil contemporáneo, y no necesariamente contra el gobierno del PT; en Argentina se observa un poderoso movimiento de recuperación de fábricas y empresas en crisis; por todo el continente hay paros obreros en actividades extractivas acompañados de creciente movilización ciudadana en torno al medio ambiente; y no faltan sorprendentes luchas agrarias como la que ocurrió en Colombia en 2013 y las que siguen librando hasta el presente loa indígenas bolivianos y chilenos, y el MST en Brasil.

Ahora bien, esta mutación identitaria también implica una renovación en las formas organizativas hacia estructuras más horizontales y participativas, así como la conformación de redes descentralizadas. E igualmente arrastra una modificación en los repertorios de protesta (TARROW, 1997) que incluye nuevas tecnologías comunicativas, formas cada vez más teatrales y carnales de protesta, y modalidades asamblearias de deliberación permanente y de búsqueda de consenso. Si bien no se descalifican los escenarios institucionales, e incluso algunos movimientos sociales

4. El mismo Latinbarómetro, en su informe de 2013, resaltó algunos temas por los que tienden a protestar, en alto grado, los latinoamericanos. En orden de importancia son: salud y educación, defensa de derechos democráticos, condiciones de trabajo, propiedad de la tierra y explotación de recursos naturales. Es un cuadro muy parecido al que encontramos para el caso colombiano, y de alguna manera son motivos de movilización que están incorporados en el análisis que sigue.

incursionan en lo electoral, no todos adelantan su acción en esos marcos, puestienden a privilegiar la acción directa extrainstitucional.

Un segundo rasgo de los recientes movimientos sociales latinoamericanos es lo que Maristella Svampa (2012) ha llamado el “giro eco-territorial”. Se trata del despertar cada vez más generalizado de una conciencia ambiental que trata de preservar los territorios –entendidos como espacios físicos sobre los que se asientan los grupos humanos y elaboran su cultura– de la voracidad del capitalismo en su fase actual de acumulación por desposesión. No se restringe solo a las comunidades étnicas, quienes de un tiempo para acá superaron la visión de la tierra como un medio de producción para percibirla y vivirla como el escenario de existencia material y cultural y en el que ejercen su autonomía. También otros sectores rurales y urbanos construyen y territorios defendiendo los recursos naturales no ya como materias primas sino como bienes comunes. Esto implica una ruptura sustancial en la histórica relación que la modernidad occidental tenía con la naturaleza, que pasa de ser subordinada y sometida por el ser humano, a ser considerada como la madre de la vida –la “pachamama”– y sujeto de derechos, como se consagró en la Constitución de Ecuador (ACOSTA, 2012).

Como lo hemos desarrollado en otra parte (Archila y otros, 2015), lo anterior significa no solo cuestionar las convencionales ideas de la modernidad occidental sobre el desarrollo sino construir alternativas a esos modelos depredadores de la naturaleza y los seres humanos, una de ellas las nociones andinas de buen vivir. En efecto la reciente irrupción de movimientos en torno a lo eco-territorial opone al universo cerrado de Occidente, el pluriverso abierto de sus cosmovisiones. Estamos ante lo que autores como Arturo Escobar (2011) y Eduardo Gudynas (2011) llaman “ontologías” relacionales que no son excluyentes, sino que se complementan, pues integran distintas tradiciones culturales occidentales e indígenas. De acuerdo con Escobar (2011), estas ontologías se actualizan en las luchas sociales convirtiéndolas en luchas ontológicas que van más allá de la política moderna polarizada entre derecha e izquierda. Así se oponen a la lógica binaria del pensamiento occidental; cuestionan el individualismo y el consumismo; plantean nuevas territorialidades en contra de las políticas de reorganización y descentralización modernas; proponen geografías de la responsabilidad que cuestionan el encerramiento

ecológico y cultural.⁵ Pero no están exentas de cierto esencialismo y en algunos casos parecen estar más en las mentes de intelectuales y dirigentes sociales, que en las bases de estos movimientos sociales. Conviene advertir también que las nociones andinas de buen vivir no son un retorno idílico a un pasado autárquico e incontaminado, ni excluyen las innovaciones tecnológicas o un papel más interventor y regulador del Estado. Por esa vía se plantean transiciones al post-extractivismo, pues como dice Alberto Acosta (2012), la idea no es abandonar los recursos naturales –bienes comunes– sino pasar de la maldición de ellos a su bendición. Todo esto implica una nueva ciudadanía que se viene construyendo desde muchos movimientos sociales, algo que lleva a roces y tensiones con no pocos actores políticos del continente, incluidos muchos gobiernos progresistas que no renuncian a formas de extractivismo y en el fondo a nociones de desarrollo ancladas en pensamiento moderno occidental, del cual hace parte el marxismo ortodoxo.

Otro rasgo de los movimientos sociales actuales en América Latina, como en otras partes del tercer mundo, es tener una proyección continental y global sin descuidar lo local. Por lo común los movimientos sociales articulan esos ámbitos sin mayores tensiones, pero lo nacional sigue siendo el espacio político privilegiado ya que el Estado-nación, a pesar de su debilidad por presiones globales y locales, todavía es el lugar principal de poder en nuestras sociedades. En esta dirección se mueven las propuestas de integración como Mercosur, el Alba –al contrario del Alca–, Unasur –más allá de la OEA–, y sobre todo coordinaciones de movimientos sociales como la Cloc (Coordinadora Latinoamericana de organizaciones del campo, parte de Vía Campesina), la CSA (Confederación de Trabajadores y Trabajadoras de las Américas) la renovada Orit (Organización Regional de Trabajadores), la Coordinadora Indígena Andina, la Minga informativa de los movimientos sociales, la Alai (Alternativa Latinoamericana de Información),

5. Estas diversas ontologías relacionales coincidirían en algunos elementos del buen vivir andino contrarios al “mal vivir” occidental, tales como apoyarse en otros principios éticos para asignar valores; una radical descolonización del conocimiento moderno occidental y la apelación al diálogo de saberes; el rechazo de toda manipulación del ser humano y de la naturaleza para pensar en comunidades ampliadas; y proponer un lugar no solo para el disfrute material sino para las vivencias y afectos (GUDYNAS, 2011, pp. 13-16).

al antiguo Foro de Sao Paulo y el más reciente Foro Social Mundial, que se ha reunido periódicamente en Porto Alegre con gran presencia continental.

Por último, las anteriores mutaciones, junto con cambios propios de las ciencias sociales y humanas, producen nuevas formas de conocer y actuar en y con los movimientos sociales. Ellos ya no son considerados como meros “objetos” de investigación, ni como seres pasivos y subordinados, sino como actores con capacidad de acción autónoma y sujetos de sus propias formas de conocimiento, hasta contar en forma creciente con intelectuales orgánicos de sus movimientos (Archila y otros, 2015). Estas novedades exigen formas más horizontales y colaborativas de investigación en las que las comunidades tengan control de sus resultados. Por tanto, los nuevos movimientos sociales están demandando un verdadero diálogo intercultural de saberes y disciplinas que cuestiona de fondo los paradigmas vigentes en nuestras ciencias sociales y humanas, incluida por supuesto la historia. En ella cobra fuerza la vieja historia social en su versión desde abajo hacia arriba, con el aporte de las historias subalternas, de los feminismos, así como de los trabajos de la memoria y con las fuentes orales sobre la vida cotidiana y la cultura en general. Es temprano para hablar de cambios paradigmáticos, pero las nuevas exigencias de los actores sociales nos obligan a pensar en nuevos horizontes disciplinarios.

El caso colombiano del plebiscito por la paz

Colombia parece coincidir con muchas de las tendencias ya vistas para los movimientos sociales de América Latina, pero con algunas particularidades. Como se observa en el Gráfico 2, la trayectoria de las luchas sociales en el país coincide con el reflujó continental de los años 90 así como con el posterior aumento de protestas, especialmente en el segundo decenio de este siglo. Igual podemos decir de los rasgos arriba anotados en los movimientos sociales recientes en América Latina. Pero hay particularidades como un relativo bajo número de acciones y de participantes en comparación con sus vecinos, y la ausencia de una sólida izquierda que sea alternativa nacional de poder, pues escasamente ha podido llegar a algunas alcaldías y gobernaciones, tal vez la más destacada la de Bogotá por tres periodos entre 2002 y 2015.⁶ Con toda la

particularidad que más marca la trayectoria histórica de Colombia es la persistente violencia política de bastas dimensiones. Dos cifras ilustran esta dramática situación: según el informe *Basta Ya* hubo 220.000 muertos entre 1958 y 2012 (Grupo de Memoria Histórica (GMH), 2013, 31);⁷ y tenemos cerca de 7'000.000 de desplazados hasta el día de hoy, lo que nos convierte en el segundo país en desplazamiento interno en el mundo.⁸ Tal violencia política de alguna forma explica no solo los relativos bajos niveles de protesta y la debilidad de la izquierda, sino los altos grados de concentración de la riqueza y de las tierras especialmente.⁹

Este oscuro panorama era el que se pretendía superar con los acuerdos con las Farc luego de cuatro años de discusión abierta más dos de preparación, acuerdos que se firmaron solemnemente ante la comunidad internacional encabezada por el secretario de la ONU el 26 de septiembre en Cartagena y se esperaba que fueran ratificados con el plebiscito el 2 de octubre. No ocurrió así; veamos desde el ángulo de los movimientos sociales qué significa el triunfo, por pequeño margen, del NO y qué tareas se derivan de la actual coyuntura.

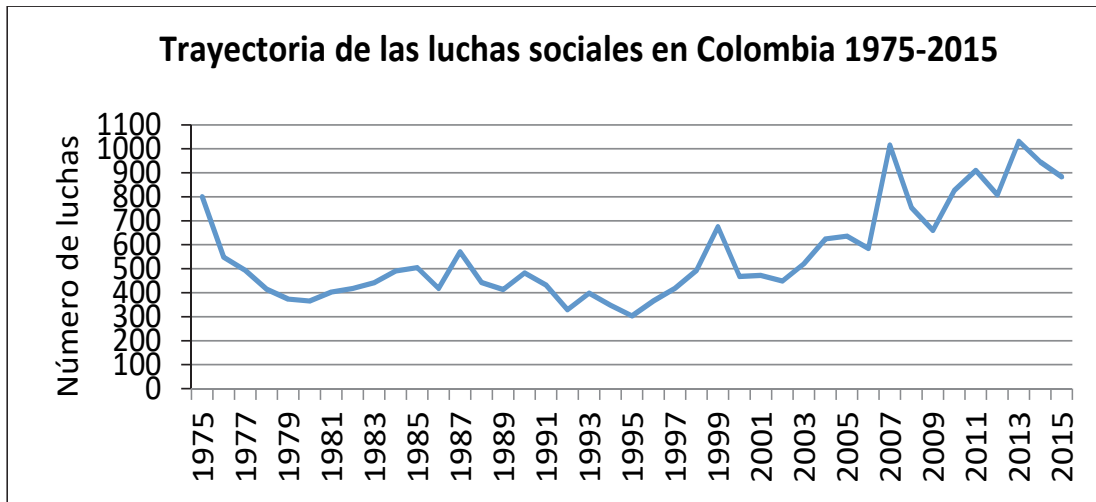
Moreno, fue destituido en 2011 por corrupción y hasta el día de hoy sigue detenido en instalaciones de la Policía.

7. Piénsese que una dictadura como la chilena que duró 17 años cobró entre 3.000 y 5.000 vidas, casi las mismas que mueren en Colombia en un solo año.

8. Según cifras de Cinep, entre 1984 y 2010 el número de sindicalistas víctimas de violaciones de derechos humanos fue de 4.785, de las cuales 3.000 fueron en la modalidad de asesinatos (ARCHILA y otros, 2012). Otro grupo social vulnerable es el indígena, a pesar de no ser más del 3% de la población. En el periodo 1974-2004 la cifra de violaciones de derechos humanos fue de 6.745, de los cuales más de 2.000 fueron asesinatos (HOUGHTON y VILLA, 2004). Libardo Sarmiento, aporta otras cifras sobre la violencia contra indígenas entre 2002 y 2009: más de 1.200 asesinatos, 176 desapariciones forzadas, 187 violaciones sexuales y torturas, 633 detenciones arbitrarias, más de 5.000 amenazas y 84 ejecuciones extrajudiciales (SARMIENTO, 2010, p. 8). Los datos sobre el genocidio de la Unión Patriótica (UP) –el partido creado luego de la tregua con la insurgencia en 1984– son más imprecisos, pero se suele hablar de entre 2.000 y 3.000 militantes asesinados desde 1986 hasta nuestros días (ARCHILA, 2008, p. 364).

9. De acuerdo con el Pnud en 2010, Colombia exhibía un coeficiente Gini de 59,2 lo cual nos deja muy por encima de la media latinoamericana. Según Jorge Iván González, el coeficiente Gini de concentración de propiedad agraria en Colombia bordea el 0,80, lo cual es a todas luces “escandaloso” (GONZÁLEZ, 2010).

6. Es bueno aclarar que el segundo alcalde de izquierda, Samuel



Fuente: Base de Datos de Luchas Sociales en Colombia, Cinep.

Gráfico 02 – Trayectoria de las luchas sociales en Colombia, 1975-2015.

En los acuerdos originalmente firmados con las Farc no había concesiones nuevas a los movimientos sociales, pues básicamente lo convenido era una forma de concretar los avances del Estado social de derecho consagrados en la Constitución de 1991, muchos de los cuales se han quedado en letra muerta.¹⁰ Esto significa que lo pactado en La Habana no afectaba el modelo de desarrollo imperante en el país, salvo parcialmente en el primer punto en el que se hablaba de Reforma Agraria Integral, pero allí incluso se respetaba la propiedad privada y no se atentaba contra los grandes propietarios. Si a alguien beneficiaban estos acuerdos era precisamente a las víctimas de la violencia de lado y lado, quienes fueron el centro de la negociación. Pero incluso mucho de lo acordado con relación a la restitución de tierras para ellas, ya había sido estipulado por la ley 1448 de 2011, conocida como ley de Víctimas. De modo que, al contrario de lo que se dijo de mala fe por algunos propagandistas del NO, en los acuerdos de La Habana por ningún lado se asomaba el tal castrochavismo o el llamado socialismo del siglo XXI.

En lo que sí se tuvo en cuenta explícitamente a los actores sociales fue en el punto dos de los Acuerdos al reiterar los procedimientos participativos y el derecho a la protesta estipulados en el artículo 37 de la Constitución colombiana.¹¹ Con todo algunos voceros

10. Puede consultarse en línea la versión original de los Acuerdo (sometidos al plebiscito del 2 de octubre) y la nueva y definitiva versión modificada (firmada nuevamente el 24 de noviembre en Bogotá). Ver: <http://www.altocomisionadoparalapaz.gov.co/procesos-y-conversaciones/Paginas/Texto-completo-del-Acuerdo-Final-para-la-Terminacion-del-conflicto.aspx>

11. Los otros cuatro puntos acordados son: fin del conflicto; sustitución de cultivos de uso ilícito; víctimas y sistema de verdad y

del NO han salido a criticar un supuesto estímulo desproporcionado a la movilización, al que le mezclan un pretendido desborde de consultas previas ante proyectos que impulsan el desarrollo en territorios de comunidades étnicas o campesinas. Pero eso segundo no se menciona sino en los apartes finales de los Acuerdos, en la sección dedicada a las minorías étnicas, que tienen garantizado ese derecho desde la adopción del Convenio 169 de la OIT por el Estado colombiano por medio de la ley 21 de 1991.

Por tanto el mandato de La Habana parecería ser que les toca a los movimientos sociales darle contenido social a los Acuerdos desde las agendas que históricamente han construido en torno a demandas como mejorar las condiciones de vida, un trabajo digno, el respeto al medio ambiente, la oposición al extractivismo, el reconocimiento de la diversidad sexual, étnica y de género, el respeto de la autonomía de las organizaciones, y que el Estado cumpla lo concertado en movilizaciones pasadas y lo consagrado en las propias leyes colombianas, entre otros reclamos.

Independientemente de la causalidad atribuida al conflicto armado colombiano –tema en el que no se pusieron de acuerdo los 14 historiadores convocados para tal fin (Varios, 2015)–, la injusticia, la desigualdad, y la exclusión social han sido un motor de la violencia política, especialmente en el campo. Esto quiere decir que hay una agenda social represada históricamente (recordar el Gráfico 2) que no se iba a resolver en La Habana porque allí estaban negociando el Estado y un grupo insurgente. Y aunque ambos, de una forma u

justicia transicional; y procedimientos para implementar el acuerdo.

otra, dicen representar al pueblo, en realidad ninguno lo hace a cabalidad y por ello muchos actores sociales se quejaron de que no los tuvieron en cuenta. Antes de la votación del plebiscito se preveía un aumento protesta para implementar los acuerdos e ir más allá en pos de la rezagada agenda histórica de demandas sociales. Pero se atravesó el triunfo del NO a lo pactado en La Habana –es cierto que, por un pequeño margen de casi 50.000 votos, menos del 1%, pero esas eran las reglas del juego democráticas–, y el país entró en una gran incertidumbre porque nadie esperaba que ganara el voto negativo, incluso entre quienes lo impulsaban. Por tanto, no había plan B, ni para el gobierno y las Farc ni para la oposición, éste ha tendido que ser construido en el camino.¹²

Parece conveniente hacer un análisis de los componentes “sociales” de la votación del SI y del NO, sin profundizar en detalle ni especular sobre cómo fue la jornada, asuntos que requerirían otro tipo de estudio.¹³ Lo primero que se debe resaltar es que la mayoría del pueblo colombiano se abstuvo en esas votaciones, cerca del 65%. Es cierto que en el país la abstención es un fenómeno histórico que bordea el 50% en las elecciones presidenciales,¹⁴ pero en esa ocasión escaló mucho más de lo normal, tal vez porque la gente no sintió que estuviera en juego algo crucial o los políticos no vieron amenazados su poder local y por tanto no movilizaron sus bases. Este es un tema que retomaremos más adelante.

Por el SI estuvieron la mayoría de los partidos políticos, salvo la extrema derecha del Centro Democrático –partido del expresidente Álvaro Uribe Vélez– y un sector conservador, el de María Lucía Ramírez y Andrés Pastrana, a los que se puede sumar

12. El triunfo del NO obligó a la renegociación de los acuerdos para lo que se recogieron más de 400 enmiendas solicitadas por los voceros del NO. Muchas de ellas se incorporaron, pero no las más negativas para la insurgencia: el pago de penas carcelarias y la no elegibilidad política. Pero existía el riesgo, como se hizo evidente luego de la renegociación, que los sectores más retardatarios se opusieran a cualquier negociación hasta las elecciones presidenciales de 2018 y ahí sí acceder al poder para enterrarlas definitivamente.

13. Por ejemplo, se ha especulado que el huracán Mathew asoló la Costa Atlántica en esos días e impidió que muchos votantes acudieran a las urnas, y en la Costa ganó el SI. Pero la verdad es que el clima afectó a la jornada electoral y no solo a un bando... Y así hay detalles y argumentos que, sobre todo desde el SI, se han esbozado y que se han elaborado como demandas judiciales, que solo muestran que algunos son malos perdedores.

14. <http://www.eltiempo.com/multimedia/infografias/asi-ha-sido-el-abstencionismo-en-colombia/14136597>

el exprocurador Alejandro Ordoñez. Entonces con el SI estuvieron los partidos de centro derecha –Cambio Radical, la U y el Partido Liberal– y los de izquierda –Alianza Verde, Progresistas, expresiones electorales indígenas y el Polo Democrático– los mismos que apoyaron a Juan Manuel Santos en la segunda vuelta presidencial en 2014 en la que también se jugaba la paz.¹⁵ Pero no todos los partidos fueron muy entusiastas y activos en la campaña por el SI, especialmente los de centro pero también algunos de izquierda, salvo en los sectores más cercanos a las víctimas. E incluso algunos grupos minoritarios de izquierda, por privilegiar una supuesta asamblea constituyente, dijeron que no estaban ni por el SI ni por el NO.¹⁶

A su vez la mayoría de las organizaciones sindicales y sociales estuvieron con el SI. Su derrota en el plebiscito, en medio de una gran abstención, debe llevar a los dirigentes sociales a cuestionar sus métodos pedagógicos y las relaciones con sus bases. Tal vez ésta fue una decisión de las cúpulas y no fue construida desde abajo. Ahora bien, hubo algunos sectores sociales resentidos con políticas particulares del gobierno Santos que llamaron a sus afiliados a votar por el NO, por ejemplo, los taxistas ante la falta de control oficial de la plataforma Uber. Pero no fueron muchas las organizaciones sociales que hicieron ese tipo de apelación y tampoco creo que hayan sido efectivos en movilizar sus bases.

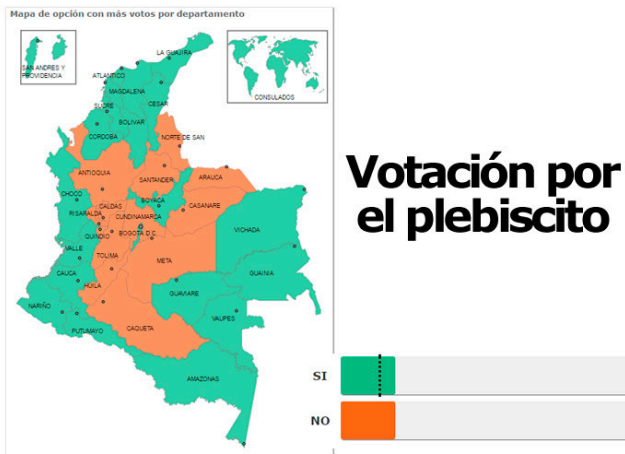
La mayoría de las víctimas del conflicto armado, incluidas las de las Farc, hablaron de perdón y llamaban a votar por el SI.¹⁷ Como se ve en el mapa del plebiscito, las regiones más afectadas por el conflicto armado como el corredor Pacífico, la costa Atlántica, Urabá, el Magdalena Medio especialmente Barrancabermeja, el Catatumbo y partes del sur amazónico, votaron por el SI. El centro del país, más andino y urbano, relativamente más consolidado económicamente y con menos violencia, votó por el NO con excepción de

15. No sobra recordar que en la primera vuelta Santos perdió ante el candidato uribista, Oscar Iván Zuluaga, por cerca del 5% y en la segunda vuelta revirtió la diferencia y se ubicó por encima con una proporción similar.

16. Aunque la proporción de los votos nulos o equivocadamente marcados fue superior al margen de diferencia entre el SI y el NO, no creo que estos comportamientos electorales sigan los llamados de esta izquierda recalcitrante.

17. En esto fue importante el cambio de tono de los comandantes de las Farc, quienes al principio en forma desafiante no reconocían daños a la población desarmada y más bien se proclamaban víctimas. Con el tiempo reconocieron sus errores e iniciaron unos valiosos actos de pedir perdón a las verdaderas víctimas.

Boyacá y de Bogotá, capital nacional que siempre ha tenido un comportamiento más progresista que el resto del país.¹⁸



Fuente: <http://plebiscito.registraduria.gov.co>

Imagen 01 - Mapa Votación Departamental, 02 de octubre de 2016

Por su parte, aparentemente la mayoría de la clase empresarial estuvo con el SI, salvo algunos gremios de ganaderos y del transporte. Los unos radicalmente opuestos a la política agraria, mientras los otros también resentidos con Santos por sus incumplimientos a raíz de un reciente paro camionero. Y decimos que aparentemente el grueso de los empresarios estaba con el gobierno porque, como ocurrió con muchos de los que votaron por el NO, fue un voto vergonzante, que no se proclamaba abiertamente.¹⁹ De la misma forma algunos empresarios decían públicamente apoyar el SI pero por debajo de cuerda financiaron el NO, como lo confesó pocos días después el coordinador de la campaña uribista, Juan Carlos Vélez Uribe.²⁰

Por tanto, hasta donde vamos en el análisis, la votación del plebiscito del 2 de octubre no se puede leer en clave de una cruda lucha de clases. Si bien podemos decir que el SI beneficiaba a los sectores populares y

a los movimientos sociales, especialmente agrarios y a las víctimas, la votación no reproduce un patrón de división de clases. Incluso hubo zonas del país muy empobrecidas y barrios de estratos bajos en los que ganó la votación negativa.

No tenemos una explicación contundente para este fenómeno, aunque hay que reconocer que en muchas partes del país y especialmente en las zonas urbanas, las Farc no son muy apreciadas. Pero no sobra recordar que la votación no era a favor o en contra de la insurgencia, como equivocadamente se hizo creer, sino por su desarme y reintegración a la vida política. Era una votación por la paz y no por un grupo insurgente.

Lo que sí parece ser un factor novedoso e importante en esta votación fue la participación del voto cristiano que decía oponerse a los acuerdos porque destruían las familias, empoderaban a los homosexuales y estaban impregnados de una “ideología de género”. Aquí afloraron grupos evangélicos y pentecostales de pequeñas y grandes iglesias (BELTRAN, 2013),²¹ y algunos católicos ortodoxos, uno de cuyos voceros fue el ex procurador Ordoñez, conocido lefebrista ultraconservador. Pero también hubo sectores del clero católico, incluidos algunos obispos, que en público se proclamaron neutrales, pero que por debajo de cuerda y a veces explícitamente estuvieron por el NO. Ello implica tomar en serio el fundamentalismo cristiano que se inclina a la extrema derecha, algo que no es exclusivo de Colombia.²²

En la actual coyuntura los movimientos sociales son claves no sólo para impulsar el ACUERDO YA, incluyendo la negociación ELN,²³ sino para decirles a los políticos de todos los colores que la paz es algo muy serio como para dejarla en sus manos. Aunque siempre se adujo que el plebiscito no era un pulso para las elecciones presidenciales de 2018, terminó siendo una especie de primera vuelta de esas votaciones. Hay también el riesgo de que se vuelva a dar la vieja práctica colombiana de acuerdos por arriba entre elites

18. Conviene señalar que los datos departamentales esconden dinámicas subregionales disímiles. Por ejemplo, en Antioquia el SI ganó en Urabá, bajo Cauca y partes del Magdalena Medio, en donde se vive con intensidad el conflicto armado.

19. Este voto vergonzante y políticamente incorrecto puede explicar en parte el error de todas las encuestas, que daban al SI como ganador por amplio margen. Parece que cierta gente, al ser preguntada no decía realmente su intención de voto... Algo similar a lo que ocurrió el 8 de noviembre con la votación por Trump en Estados Unidos y unos meses antes con el Brexit en Gran Bretaña.

20. Ver <http://www.elpais.com.co/elpais/colombia/proceso-paz/noticias/polemicas-revelaciones-juan-carlos-velez-promotor-sobre-plebiscito>

21. Aunque no todos, como el partido Mira que dijo apoyar el SI. Tampoco se puede decir que todos los grupos protestantes estaban por la negativa a la paz, los que militaron por esa causa fueron sobre todo los grupos revivalistas evangélicos y pentecostales.

22. Como se vio en las elecciones a alcaldía y gobernaciones en Brasil y en la última campaña presidencial de Estados Unidos y más recientemente en Costa Rica.

23. Proceso que sigue empantanado por actos provocadores de esta guerrilla una vez terminada la tregua bilateral en enero de 2018. Más de fondo el problema de ese grupo parece yacer en su estructura federada que impide tomar y ejecutar decisiones unificadas.

con exclusión de los de abajo, que pueden terminar enterrando los aspectos progresistas de los acuerdos firmados en La Habana, e incluso derechos previamente conseguidos de equidad de género y de respeto a la población Lgbti.

A la agenda represada de demandas sociales que ya mencionábamos se le superpone ahora la movilización por la paz y otra que se opone a nuevos proyectos gubernamentales como la reforma tributaria —que es necesaria pero no ha sido oportunamente planteada en esta coyuntura—, pues como está diseñada afecta más a las capas medias y bajas que a los poderosos. Esto pone a los movimientos sociales en una encrucijada: apoyar los esfuerzos de paz del gobierno, pero oponerse a sus políticas más regresivas. No se debe olvidar que Santos es un hombre de centro derecha con convicciones neoliberales que quiere hacer la paz manteniendo el actual modelo de desarrollo: ¡la cuadratura del círculo!

De continuar y fortalecerse la movilización ciudadana que se viene dando desde el 2 de octubre, especialmente de los jóvenes, podemos esperar (y desear) que se produzca en el país una nueva expresión sociopolítica que cuestione y desborde la forma tradicional de hacer política en Colombia. Recordemos los cambios producidos por fenómenos masivos como la primavera árabe o la irrupción de los indignados en varias partes del planeta y los recientes movimientos sociales que estamos viendo en América Latina, como indicábamos en la primera parte. De esta forma lo que fue una derrota para las fuerzas progresistas del país, se puede convertir en una oportunidad no sólo para salir del atolladero en el que estamos, sino para comenzar a hacer política de una manera radicalmente diferente y novedosa. Repetimos: ¡la paz es algo tan serio que no la podemos dejar en manos de los políticos!

Referencias

- ACOSTA, Alberto. Extractivismo y neo-extractivismo: dos caras de la misma maldición, en Varios, *Más allá del desarrollo*, Quito:Abya Yala/Fundación Rosa Luxemburg, 2012.
- ARCHILA, Mauricio. *Idas y venidas, vuelta y revueltas, protestas sociales en Colombia 1958-1990*, Bogotá:Cinep/Icanh, 2003.
- . Los movimientos sociales 1958-2006, en OCAMPO, José Fernando (editor), *Historia de las ideas políticas en Colombia*, Bogotá:Pensar/Taurus, 2008.

- . Latin American Social Movements at the Start of the Twenty-first Century:A Colombian Case Study, *Labor*, primavera, 8:1, pp. 57-76, 2011.
- . y otros. *Violencia contra el sindicalismo 1984-2010*, Bogotá:Cinep, 2012.
- . y otros. *Hasta cuando soñemos”, extractivismo e interculturalidad en el sur de La Guajira*, Bogotá:Cinep, 2015.
- BELTRÁN, William Mauricio. *Del monopolio católico a la explosión pentecostal*, Bogotá:Universidad Nacional, 2013.
- CALDERÓN, Fernando (Coord.). *La protesta social en América Latina*, Buenos Aires:Siglo XXI/Pnud, 2012.
- CASTELLS, Manuel. *Redes de indignación y esperanza*, Madrid:Alianza, 2012.
- ESCOBAR, Arturo. América Latina en una encrucijada: ¿Modernizaciones alternativas, postliberalismo o postdesarrollo? en *Controversia*, n° 197, 2011.
- GONZÁLEZ, Jorge Iván. Más inversión, más pobreza y más desigualdad, en *Cien Días Vistos por Cinep*, Bogotá, n° 70, agosto, 2011.
- GRUPO DE MEMORIA HISTÓRICA (GMH). *¡Basta Ya! Colombia: memorias de guerra y dignidad*, Bogotá:Centro Nacional de Memoria Histórica, 2013.
- GUDYNAS, Eduardo. Buen Vivir: germinando alternativas al desarrollo, en *América Latina en Movimiento*, Quito:Alai, junio. 2011.
- LATINBARÓMETRO, *Informe 1995-2015*, Santiago, 2015.
- SARMIENTO, Libardo. Uribe 2001-2010, hecatombe social, en Varios, *Uribe 2002-2010. El día después*, Bogotá:Desde abajo. 2010
- SVAMPA, Mariestela. Extractivismo Neodesarrollista y Movimientos Sociales ¿Un giro ecoterritorial hacia nuevas alternativas?, en Varios, *Más allá del Desarrollo*, Quito:Abya Yala/Fundación Rosa Luxemburg, 2012.
- TARROW, Sydney. *El poder en movimiento*, Madrid:Alianza, 1997.
- VÁRIOS, 2015. *Contribución al entendimiento del conflicto armado en Colombia*, Bogotá: PDF.
- VILLA, William y HOUGHTON, Juan. *Violencia política contra los pueblos indígenas en Colombia, 1974-2004*, Bogotá:Cecoin/Oia, 2004.